

Revista **Linguística**

Número 13 volume 3 dezembro 2017

Organizador da edição:

Andrew Nevins e Gean Damulakis

Neste volume, elegemos dois temas bastante instigantes, mas que ainda carecem de estudos mais sistemáticos no Brasil: empréstimos linguísticos e ensino/aprendizagem de L2 e L3. O que une esses dois temas são o contato entre gramáticas distintas e os fenômenos que dele decorrem, levando em conta o uso de elementos linguísticos de uma língua por falante nativo de outra.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

Comissão Editorial

Editor Responsável

Aniela Improta França, UFRJ/CNPq, Brasil

Comitê Editorial

Aniela Improta França, Pós-Ling, UFRJ | Aleria Lage, Pós-Ling, UFRJ |
Alessandro Boechat de Medeiros, Pós-Ling, UFRJ | Cecília Mollica, Pós-
Ling, UFRJ | Christina Abreu, Pós-Ling, UFRJ | Marcus Antonio Rezende
Maia, Pós-Ling, UFRJ

Conselho Editorial

Andrew Nevins | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Cilene Rodrigues | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil
Fernanda Ferreira | Michigan State University, EUA
Gabriel de Ávila Othero | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Gabriela Matos | Universidade de Lisboa, Portugal
Kees Hengeveld | Universidade de Amsterdam
Leticia Sicuro Corrêa | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil
Marcus Maia | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lilian Ferrari | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Amaral | University of Massachusetts, EUA
Maria Armanda Costa | Universidade de Lisboa, Portugal
Maria Luiza Braga | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Miriam Lemle | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Almeida | Concordia University, Canada
Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes | Universidade Estadual de Campinas, Brasil
W. Leo Wetzels | Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Organizadora da Edição

Aleria Cavalcante Lage

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras/UFRJ
Endereço Postal: Av. Jequitibá, 2151, Ilha do Fundão - Cidade Universitária
CEP: 21941-590 - Rio de Janeiro (RJ) e-mail: posling@letras.ufrj.br

Layout da Capa

Camila Rodrigues | LabLab Design
Endereço eletrônico: <http://www.lablab.com.br>

Design e Diagramação

Rafael Laplace | IGEAD
Endereço eletrônico: <http://www.igead.com.br>

Edição

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFRJ

Revista **Linguística**

Número 13, volume 3 de dezembro de 2017

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Faculdade de Letras UFRJ

Sumário

Entre gramáticas: empréstimos linguísticos e aprendizagem de línguas <i>por Gean Damulakis e Andrew Nevins</i>	5
Interview with Ellen Broselow <i>por Gean Damulakis</i>	19
Sobre inter-relações de gramáticas durante os estágios iniciais de aquisição fonológica de L3 <i>por Brenda da Silva Barreto</i>	24
Tupi-Guarani loanwords in Southern Arawak: taking contact etymologies seriously <i>por Fernando O. de Carvalho</i>	41
‘Noruega’, <i>Ndo ro hwêkê</i>, Peido na cara <i>por Rafael Bezerra Nonato</i>	75
A contribuição do português para a constituição lexical do Hunsrückisch em situação de contato linguístico <i>por Karen Pupp Spinassé</i>	94
Uma nota sobre medir e contar com palavras emprestadas do português no kadiwéu <i>por Filomena Sandalo</i>	110
Adaptação de empréstimos de origem japonesa no português: uma análise preliminar <i>por Lara Bertazzo Richter, Ana Livia Agostinho</i>	127
Jogos de sinais híbridos e empréstimos do português na Língua Brasileira de Sinais-Libras <i>por Paulo Jeferson Pilar de Araújo, Thaisy Bentes</i>	150

ENTRE GRAMÁTICAS: EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

Gean Damulakis¹ e Andrew Nevins²

Neste volume, elegemos dois temas bastante instigantes, mas que ainda carecem de estudos mais sistemáticos no Brasil: empréstimos linguísticos e ensino/aprendizagem de L2 e L3. O que une esses dois temas são o contato entre gramáticas distintas e os fenômenos que dele decorrem, levando em conta o uso de elementos linguísticos de uma língua por falante nativo de outra. Tanto a aquisição de L2 e L3 quanto os empréstimos linguísticos, ao evidenciar relações estabelecidas entre gramáticas, podem apontar para a natureza da Gramática Universal (GU) e também de fatores cognitivos universais (perceptuais, por exemplo), bem como para questões de natureza extralinguística (como grau de prestígio da língua fonte e da língua alvo, ou da L2/L3 e da L1/L2, respectivamente).

Além disso, vários são os aspectos teóricos que podem ser desenvolvidos e várias questões podem ser respondidas a partir da investigação dos fenômenos relacionados à adoção e à adaptação de empréstimos e da constituição da interlíngua (recurso linguístico utilizado por aprendizes de L2, L3, muitas vezes com características independentes das línguas envolvidas). Entre as questões teóricas ainda controversas na fonologia de empréstimos está a relevância da percepção na formação da representação lexical: os itens adaptados sofreriam a ação de um filtro perceptual para a formação do *input* a receber ajustes fonológicos (Silverman, 1992) ou eles seriam representados no léxico com a mesma configuração segmental da língua fonte (Jacobs & Gussenhoven, 2000)? Silverman (1992) postula a existência de dois níveis para a adaptação de empréstimos: um nível perceptual e um operativo. No primeiro, estaria um filtro forjado pela gramática nativa, que indicaria quais

1 Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: damulakis@letras.ufrj.br

2 Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: andrewnevins@letras.ufrj.br

são os segmentos correspondentes, no inventário fonológico nativo, ao “sinal acústico superficial” (sem representação fonológica) do item a ser adaptado. No segundo, estariam as regras de ajustes de caráter fonotático na língua nativa. Já Jacobs & Gussenhoven (2000) defendem que o que serve de *input* seria “representação fonológica completamente especificada”, idêntica ao *input* de uma criança adquirindo língua. Dessa forma, o nível perceptual seria abandonado; o que forja a adaptação seria a satisfação de restrições, altas na hierarquia da língua nativa. Formulando de outro modo: haveria a incapacidade de discriminar características fonológicas presentes em línguas não-nativas e ausentes na nativa? Ou seria uma questão apenas da produção, restringida pela gramática nativa? Outro ponto importante seria saber se o grau de bilinguismo consegue afetar essa inabilidade de discriminação (e/ou produção) e, conseqüentemente, a representação das estruturas linguísticas na L1. Da mesma forma, é importante considerar a influência da mídia a partir da qual os itens foram emprestados, se através da fala ou da escrita. Na primeira situação, as pistas para a adaptação tendem a ser acústicas; na segunda, as pistas são ortográficas.

Em relação aos empréstimos no PB, um caso digno de nota seriam as adaptações de vogais não existentes no sistema vocálico dessa língua. Sabemos que línguas tendem a adaptar segmentos de acordo com o seu sistema. Por exemplo, no PB, sistema no qual não há distinção entre longas e breves, palavras como ‘loop’ [u:] e ‘look’ [ʊ] serão adaptados pela mesma vogal [u], mesmo a primeira sendo longa e a segunda breve (ou *tense/lax*) no inglês: ‘o avião deu um l[u]p[ɪ]’ e ‘ela/ele mudou de l[u]k[ɪ]’. A seguir, indicamos outros exemplos de adaptações vocálicas em empréstimos.

1. Adaptações de vogais do francês e do alemão

Podemos dizer que há determinadas características não contrastivas na língua receptora que não são percebidas e/ou reproduzidas. O caso também se dá quando o sistema vocálico não é capaz de interpretar a co-ocorrência de alguns traços. No PB, se uma vogal é [+alto, +arredondado], ela será previsivelmente [+recuado]; analogamente, se ela for [+alto, -recuado], será previsivelmente [-arredondado]. Por conta disso, uma vogal percebida como contendo o primeiro par de traços, será adaptada por [u] e com o segundo par de traços, [i]. Isso justifica a flutuação em alguns itens lexicais no PB, como p[u]rê e p[i]rê ou b[u]fê e b[i]fê, para a adaptação do [y] do francês, vogal que tem, conjuntamente [+alto], [-recuado] e [+arredondado]. Essa oscilação, entretanto, parece ser fonte de origem diversa: as adaptações com [i] devem ter surgido através da fala e as com [u], através da escrita. Isso pode ser reforçado pela adaptação dessas vogais com origem no alemão, como vemos a seguir.

Segundo Peperkamp (2004), há dois tipos de empréstimos lexicais: os integrados (aqueles que entraram no léxico da língua alvo e dos quais muitos falantes não recuperam o *status* de ‘empréstimos’) e os empréstimos lexicais com adaptação *online* (os que são emprestados ‘aqui e agora’). Várias palavras do alemão, muito marcadamente sobrenomes, são adaptadas para o sistema vocálico do PB. Por exemplo, *Sch[y]rmann*, *K[y]rten*, *B[y]ndchen*, *M[y]ller*, todas pronunciadas em PB, quase invariavelmente, com a alta anterior não-arredondada [i], como em (Família) ‘Sch[i]rmann’, (Gustavo) ‘K[i]rten’, (Gisele) ‘B[i]ndchen’, (Otávio) ‘M[i]ller’³, ou seja, com a perda do arredondamento nessas vogais. O mesmo traço é abandonado em palavras como *Schr[ø]der*, pronunciados como *Schr[e]der*⁴, nome de município em Santa Catarina, ou mesmo *G[e]the* para *G[ø]the*, o grande escritor alemão. Da mesma forma, para itens vindos do francês, o mesmo ocorre: *chauffeur* [ʃo'føer], adaptado em PB como [ʃo'fex]. Assim, vemos que a altura e a anterioridade dos segmentos vocálicos são mantidas, e o arredondamento, descartado:

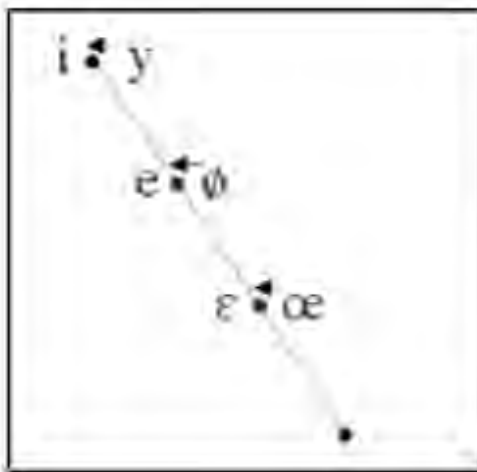


Figura 1 – Adaptação de vogais anteriores arredondadas no PB

Uma questão a ser resolvida é por que o traço sobrevivente é [-recuado] no lugar de [+arredondado]. Em outras línguas, como o inglês, por exemplo, o traço abandonado pode ser [-recuado]. O padrão do PB é bastante consistente com a adaptação da mesma vogal em empréstimos do francês no crioulo mauritano (CM), como demonstra por Jacobs & Gussenhoven (2000; 203) em uma análise otimalista. Segundo a análise proposta, o traço [+arredondado] seria marcado para as vogais anteriores, o que favorece a adaptação com as vogais anteriores não arredondadas. A restrição que proíbe a co-ocorrência da associação dos traços [Labial] e [Coronal] ao Ponto de Vogal estaria

3 Uma outra maneira de adaptar vogais anteriores arredondadas no PB é desmembrar a vogal em duas raízes: /y/ → [iw], como em *Führer* → F[iw]rer ou em *über* → [iw]ber, de *Übermensch* e *Übermodel*.

4 Em todos esses casos, a ortografia aponta para a vogal posterior: *Schürmann*, *Kuerten*, *Bündchen*, *Schroeder*, *Goethe*.

alta na hierarquia do CM, o que impede que vogais anteriores arredondadas apareça na superfície do CM, mesmo que figurem no input.

Aparentemente essa proposta poderia ser seguida com os dados do PB, uma vez que o sistema vocálico dessa língua e o do CM exibem certa similaridade⁵. Entretanto, os dados do PB não são tão bem-comportados. Como dissemos acima, ainda para a vogal [y], por exemplo, temos itens do francês simetricamente opostos em relação à adaptação: p[y]rée, b[y]ffet e men[y]⁶, adaptados no PB com [u] (*purê, bufê, menu*) co-ocorrem com formas com [i] (*pirê, bifê, meni*). Considerando que os empréstimos *online* com essas vogais, que demandam uma adaptação instantânea, favorecem a perda do arredondamento (como vistos nos dados provenientes do alemão), consideramos que as adaptações com [u] se devem à influência da ortografia. Ainda em relação à via de entrada no léxico, se pela fala ou pela escrita, e suas repercussões distintas nas adaptações, Araújo & Agostinho (2009: p. 322) nos fornecem o exemplo do par ‘tricô’ e ‘fricote’, ambos vindos do francês com adaptações distintas no que se refere à consoante flutuante /t/. Segundo os autores, ‘tricô’ (*tricot*), adaptado sem a consoante, teria entrado pela fala, ao passo que ‘fricote’ (*fricot*), com a manutenção da consoante e com reparo da epêntese da vogal, teria entrado pela escrita.

2. Adaptações de vogais do inglês

Em PB, os empréstimos do inglês com a vogal anterior baixa não arredondada [æ] costumam oscilar entre [a] e [ɛ]. Os super-heróis podem ser B[a]tm[a]n ou Fl[ɛ]sh, embora venham da mesma vogal do inglês ([æ]). A maior parte, entretanto, passa a [ɛ]: j[ɛ]zz, tr[ɛ]sh, c[ɛ]sh⁷, Superm[ɛ]n etc. Defendemos que, em princípio, as adaptações com [a] sejam influenciadas pela ortografia; por outro lado, as adaptações com [ɛ] são influenciadas por pistas acústicas. A vogal [æ] do inglês possui o seguinte conjunto de traços [+baixo, -rec, -arred, (-ATR)], o que não encontra interpretabilidade em PB. Sendo assim, há duas possibilidades: ou se mantém o subconjunto [+baixo, -arred, -ATR], logo /a/; ou se mantém o subconjunto [-rec, -arred, -ATR], logo /ɛ/. A preferência mais robusta, no entanto, é por [ɛ]. Casos mais raros como o de *B/a/tm/a/n* podem ser explicados, muito provavelmente, pela

5 O sistema vocálico do CM apresenta 5 vogais: [a, e, i, o u], equivalente ao sistema reduzido do PB nas pretônicas, por exemplo. Entretanto, a maior similaridade à que nos referimos aqui, mais particularmente relevante a esse tipo de adaptação, é referente à inexistência de anteriores arredondadas (e de posteriores não-arredondadas).

6 O caso de *menu* pode sofrer adaptações especializadas para alguns falantes: *men[i]* para cardápio e *men[u]* para ‘série de opções’ (no computador, por exemplo).

7 Para um tratamento da assimetria da inserção da vogal em contexto de fricativas coronais, pela Teoria da Otimalidade, veja-se Damulakis, 2017.

influência da escrita. De todo modo, a análise por traços parece ser menos efetiva que aquela referente a pistas acústicas e ortográficas. Consideramos, portanto, que a preferência por [ɛ] se deva ao F2 dessa vogal, muito mais próximo de [ɛ] que de [a] (esta última muito mais alicerçada por pistas ortográficas).

No caso da adaptação de [ʌ] do inglês, observamos uma flutuação um pouco maior no PB: [ẽ], [ə], [a] ou [u]. No caso de ‘bug’, temos a possibilidade de ser adaptado como [ẽ], [ə], [a] ou até mesmo [u], dependendo de questões fonológicas (como tonicidade) e morfológicas (como categoria lexical ou status flexional). O caso mais interessante nesse caso é que o sistema vocálico do português apenas contém [ə] como alofone de [a], não permitindo essa vogal do tipo *schwa* em posição tônica, exceção feita a alguns dialetos, apenas em palavras em que a vogal [a] se encontra antes de consoante nasal. Vejamos abaixo uma pequena lista de palavras com essa vogal:

(1)

a) *blush, bug* (e derivados: *bugar, bugado*), *cluster, crush* (e derivados: *crushar, descrushar*), *hub, kitesurf, cup* (~ cake), *muffin, nugget, rush, shuffle, truck* (food ~), *trust* (mas *ketchup* [u])

b) *Duster* (carro), *Scruff* (aplicativo), *Starbucks, Subway, Speak Up* (revista), *Up* (Fiat)

c) *backup, upload* [‘upar’], *Pickup* (picape), *setup, startup, pop-up*

d) *lunch, brunch, dumping*

Os dados acima foram subdivididos da forma a seguir. Em (1a), temos a maior parte dos dados (nomes) verificados, com um comportamento de adaptação de <u> muito similar entre si (excetuando-se, nesse caso, os derivados), normalmente com [ə]. Em (1b), encontramos nomes de marcas, cujos itens exibem um comportamento de adaptação da vogal associável a (1a). Em (1c), encontramos dados com o formativo *up*, adaptado, normalmente com [a]: esse composto pode ser considerado lexicalizado com essa vogal. Já (1d) apresenta itens com <u> seguido de nasal (normalmente adaptada com [ẽ]), como a adaptação ortográfica ‘lanche’ (e derivados).

A variação entre [ẽ], [ə], [a] (à exclusão de [u]) é bastante razoável, uma vez que essas vogais são muito próximas entre si, foneticamente, pois são todas vogais centrais. No PB, especificamente,

podemos dizer que as três são variantes posicionais da vogal /a/⁸. O problema surge quando há associação com o [u]. Vejamos as sentenças:

(2)

Deu um b[ə]g no jogo.

B[u]guei com o que ela falou.

Fiquei b[u]gado com essa afirmação.

A adaptação de nomes parece favorecer a adoção da vogal central. Dessa forma, as pistas para essa adaptação devem ser de ordem acústica. Já os itens adaptados como verbos (ou uso adjetival do participípio) parece favorecer o uso de [u], o que exemplifica o fenômeno tratado por Jurgec (2014) como ‘Efeito Oprah’ no holandês. No caso do PB, essa oscilação está muito recente no léxico. É possível imaginar uma situação em que derivados sejam tão usados, de forma passar a influenciar a vogal do nome (como o caso de ‘surf’, como veremos adiante), devido à necessidade de associação lexical. Ainda sobre as correlações entre os empréstimos e as derivações e sobre o ‘Efeito Oprah’, falaremos a seguir, na seção 4.

3. A influência da ortografia (da L1 e da L2)

Como dito acima, os itens com [y] advindos do francês foram adaptados ora com [u] ora [i]. Defendemos que a adaptação com [u] ocorra por influência da escrita. Sobre a influência da escrita em adaptações de empréstimos, Hamann & Colombo (2017) propõem tratamento formal de como a gramática de leitura (*Reading Grammar*, doravante RG) influencia a realização fonética de itens emprestados, atribuindo a esses um mapeamento grafema-fonema bastante similar ao mapeamento executado na L1. Esse modelo complementa, com restrições ortográficas (do tipo *ORTH*), o modelo proposto por Boersma & Hamann (2009), que propuseram o *BiPhon*, no qual restrições de cunho perceptual interagem com restrições estruturais. Como as autoras afirmam, o mapeamento na RG é operante entre línguas que apresentem escrita alfabética e de mesmo alfabeto. Ainda segundo as autoras, uma vez adquirida a escrita da L1, será esse a gramática de leitura utilizada para a L2.

8 O som [ə], por exemplo, também pode ser ouvido no PB em hesitações e nas reproduções metalinguísticas de sons ou fones consonantais (talvez por soar como uma não-vogal nesse sistema). Exemplos: [fə], [pə], [sə] para os sons [f], [p], [s], respectivamente.

Ainda segundo Hamann & Colombo (2017), as vogais tendem a ser mapeadas por restrições acústicas, ao passo que as consoantes por pistas ortográficas. O exemplo tratado pelas autoras é da adaptação de itens do inglês no italiano, segundo as quais, mesmo que não haja nenhuma pista acústica, uma vez que o inglês não dispõe de consoantes geminadas, palavras em inglês grafadas com consoantes duplas são adaptadas com esse tipo de segmento no italiano, devido ao fato de ser a duplicação de consoantes o recurso ortográfico usado nesta língua para as geminadas. As autoras assumem a interação entre restrições ortográficas e acústicas, atuantes no italiano, nos seguintes formatos, respectivamente:

(3)

- a) <βiβi> /C:/: Assinale uma marca de violação se um grafema de duas letras idênticas não for mapeado em geminada na superfície, e vice-versa.
- b) [midF2]/a/: Assinale marca de violação a toda forma auditiva com valores médios de F2 que não seja mapeada na vogal /a/ na superfície.

Pelo fato de a restrição ortográfica <βiβi> /C:/, do RG do italiano, exercer uma forte atuação nessa língua e as restrições acústicas [midF2]/a/ e [highF2]/ε/ dominarem as restrições da RG do italiano <u> /u/ e <a>/a/ (que exigem mapeamento de <u> em /u/ e de <a> em /a/), respectivamente, uma palavra como *buffer* pode emergir como [ˈbaf.fer] e *rally* como [ˈrɛl.li].

No caso do PB, defendemos a existência de interações de restrições ortográficas da L1 e restrições acústicas. Assim:

(4)

- a) [midF1]/VM/: Assinale marca de violação a toda forma auditiva com valores médios de primeiro formante que não seja mapeado na superfície como vogal média.
- b) [mid F2] /A/: Assinale marca de violação a toda forma auditiva com valores médios de segundo formante que não seja mapeado na superfície como vogal central.

- c) <u>/u/: Assinale uma marca de violação a todo grafema <u> que não seja mapeado por /u/.

A atuação conjunta das restrições acústicas [midF1]/VM/ e [mid F2] /A/, acima de <u>/u/ (da RG do PB), faz com que os exemplos de (1a) e (1b) sejam adaptados com [ə]. Nesse caso, apenas as derivações estariam sujeitas à restrição <u>/u/. Isso se deve ao ‘Efeito Oprah’ (JURGEC, 2014), como veremos a seguir.

4. Das formas derivadas

Outra questão relevante a ser considerada é a derivação (sobretudo a verbalização). Verbos são categorias muito mais difíceis de sofrerem empréstimos (HASPELMATH & TADMOR, 2009). No caso de verbalizações no PB a partir de empréstimos, a tendência maior é que as vogais sejam nativizadas, mesmo que convivendo em paralelo com o nome contendo uma adaptação diferente. É o caso de *crush* [ə] (mas ‘crushar’, ‘descrushar’, com [u]) e *surf* ([u]~[ə]), mas *surf* [u], *s[ə]rfar.

Casos de assimetria entre os empréstimos e suas derivações são recorrentes em empréstimos em outras línguas. Jurgec (2014) descreve o que chama de ‘Efeito Oprah’ (*Oprah Effect*), através do qual palavras derivadas de um empréstimo costumam se aproximar mais dos padrões nativos que o termo originalmente emprestado. Os dados do holandês exibidos em Jurgec (2014) são mostrados abaixo. Nos exemplos, vemos que a aproximante [ɪ] ocorre em empréstimos, mas nos derivados aparecem o equivalente nativo [R].

(5) Reprodução de JURGEC (2014: p.1)

Dutch affixation: ɪ → R

BARE ROOT	ɪ	AFFIXED	R	
Op[ɪ]ah	‘Oprah’	Op[R]ah-tje	*Op[ɪ]ah-tje	‘DIM’
Ba[ɪ]ack	‘Barack’	Ba[R]ack-se	*Ba[ɪ]ack-se	‘ADJ’
[ɪ]eading	‘Reading’	[R]eading-je	*[ɪ]eading-je	‘DIM’
Flo[ɪ]ida	‘Florida’	Flo[R]ida-tje	*Flo[ɪ]ida-tje	‘DIM’

Importante questão é qual seria o substituto do elemento que aparece nos derivados. Seria ele mais suscetível a restrições ortográficas ou a restrições acústicas? Os exemplos trazidos por Jurgec (2014) não conseguem responder satisfatoriamente a essa pergunta, uma vez que o grafema <r>

veicula um fonema na língua fonte muito próximo fonema que o mesmo grafema veicula na língua alvo. Se mantivéssemos a mesma relação, era de se esperar que surgisse o fonema /a/, mais próximo de [ə]. Entretanto, no caso em pauta, o que emerge é o /u/. Ou seja: a atuação da restrição ortográfica da L1 <u>/u/ é o que parece prevalecer. Vejamos:

(6)

Raiz	Derivado (Recategorizado)
b[ə]g	b[u]gar, b[u]gado, *b[ə]gar, *b[ə]gado, *b[a]gar, *b[a]gado
cr[ə]sh	cr[u]shar, descr[u]shar ⁹ , *cr[ə]shar, *descr[ə]shar, *cr[a]shar, *descr[a]shar
s[ə]rf~s[u]rf	s[u]rfar, s[u]rfista, *s[ə]rfar, *s[ə]rfista, *s[a]rfar, *s[a]rfista

Ponto importante de interface com restrições fonológicas, nesse caso, é o fato de que essas derivações ‘escondem’ a vogal alvo em uma posição menos proeminente, em termos de acento. Notem que é essa interação que permite que a prefixação não promova a mesma alternância na base vista com processos que envolvem adição de sufixos. Vejamos:

(7)

Raiz	Derivado
trust	(lei) anti-tr[ə]st, (lei) *anti-tr[u]st (←tr[ə]st)
rush	(horário) pré-r[ə]sh, (horário) *pré-r[u]sh (←r[ə]sh)

A manutenção dessa alternância de vogais cria um problema de associação de itens lexicais, comuns em casos de derivação e recategorização, de forma que é possível pensar na pressão de derivados sobre os nomes originalmente emprestados. Esse seria o caso de *surf*, que, a partir dos derivados (‘surfista’, ‘surfista’) tenha sofrido a padronização para *surf*, também com /u/¹⁰. Por esse

9 Note-se que aqui temos também uma alternância do rótico muito próxima daquela que ocorre no holandês: c[ɹə]sh → (des)c[ru]shar.

10 A adaptação ortográfica reforça essa ideia: ‘surfe’. Note-se, no entanto, o uso de kitesurf, que não apresenta,

motivo, podemos pensar em um momento em que *surf* tenha sido adaptado com [ə], em seguida tenha passado a ser pronunciado com [u] por pressão dos derivados.

5. Influência da ortografia da L2

Casos que parecem não ter sido abarcados pela análise acima são apresentados por itens como (biscoito) *waffle*, lojas *duty(-free)* e (música) *country*, que são adaptados, respectivamente, por *w[ej]ffle*, lojas *d[ə]ty(-free)* e (música) *c[au]ntry*. Esses itens não podem ser justificados por pistas acústicas – uma vez que as vogais do inglês são [æ], [u] e [ʌ], respectivamente –, nem por restrições ortográficas da L1 – que levariam às adaptações com [a], [u] e [ou]. Defendemos que esses casos sejam uma aplicação de restrições ortográficas da língua fonte, ou seja, do inglês. Assim, haveria uma sobregeneralização das regras ortográficas dessa língua <a>/ej/, <u>/ə/ e <ou> /au/.

Os casos exemplificados aqui podem ser vistos como decorrentes da existência de cofonologias, no sentido de que algumas raízes são levadas a comportamentos fonológicos distintos, a depender de status derivacional, e de co-ortografias, no sentido de que relações grafo-fonêmicas do inglês são levadas em consideração para algumas palavras. De forma esquemática, podemos pensar nos seguintes mapeamentos:

(8) Interações entre restrições ortográficas e restrições acústicas (para /æ/)

Tipo de adaptação para /æ/	Exemplos	Causa
<a> → [a]	<i>Batman</i> ‘personagem’	Restrição ortográfica da L1: <a>/a/
/æ/ → [ɛ]	<i>Flash</i> : ‘personagem’	Restrição acústica
<a> → [ej]	<i>Waffle</i> ‘tipo de biscoito’	Restrição ortográfica da L2: <a>/ej/

(9) Interações entre restrições ortográficas e restrições acústicas (para /ʌ/)

Tipo de adaptação para /ʌ/		Causa
<u> → [u]	<i>bugar, surfar</i>	‘Efeito Oprah’ (JURGEC, 2014)
/ʌ/ → [ə]	<i>bug, rush, crush</i>	Restrição acústica: [midF1]/VM/ e [mid F2] /A/.

nesse momento da língua, ocorrência de derivação e recategorização. A derivação para ‘kites[u]rfar’ ou ‘kites[u]rfista’ poderia dar azo à pronúncia *kites[u]rf*.

6. Os artigos deste volume

Começamos o número com uma entrevista com Ellen Broselow, linguista da Stony Brook University (Nova Iorque), cujo trabalho investiga a fonologia de empréstimos, aquisição e a relação desses com a percepção. Seu trabalho procura unir métodos experimentais e modelos teóricos na investigação sobre esses temas. Entre as questões abordadas na entrevista estão a importância da percepção para esses fenômenos, GU e universais linguísticos, assim como comparação sobre modelos baseados em regras e aqueles baseados em restrições. Como bem lembra a pesquisadora, há um corrente debate acerca do papel da percepção sobre a adaptação de empréstimos: falantes não-nativos percebem padrões inexistentes na sua língua, mas não os produzem ou eles simplesmente não discriminam esses padrões e, por isso, não os realizam? É provável que nenhum desses polos consiga analisar satisfatoriamente todas as situações envolvendo tais adaptações, o que demanda a consideração de fatores extralinguísticos. Além disso, é necessário considerar que fatores perceptuais universais devem interferir nesses casos.

O *squib* **Sobre inter-relações de gramáticas durante os estágios iniciais de aquisição fonológica de L3**, de Brenda da Silva Barreto (doutoranda/UFRJ), intitulado, traz algumas reflexões acerca das interferências (e da possibilidade de previsibilidade dessas interferências) que podem ocorrer entre as três línguas envolvidas nesse processo. Muitas são as pesquisas que lidam com as interferências da língua materna na L2 e com as hipóteses de acesso à GU durante esse processo. O campo de trabalho com a L3 (e Ln) tem mostrado que há especificidades nessa aprendizagem, sobretudo devido ao fato de que, na L3 (em diante), o número de possíveis gramáticas candidatas a fornecer padrões é maior que em um processo de aquisição (ou aprendizagem) de uma L2. A autora também nos traz a hipótese de a L3 ser uma fonte de interferência na L2, diferentemente do que ocorre com a L1, o que pode ser uma dica importante sobre o acesso à GU após o período crítico. Para isso, também reflete para a relevância da proximidade ou distanciamento tipológico entre as línguas envolvidas.

Os casos de empréstimos também nos fornecem indicação de contatos entre povos falantes de línguas distintas, embora não necessariamente atestados por fontes ou documentos escritos, por exemplo. Não é à toa que dados reputados como empréstimos devem ser cuidadosamente retirados da base de análise para se chegar ao parentesco entre línguas. Tangenciando esse aspecto, o artigo

Tupi-Guarani loanwords in Southern Arawak: taking contact seriously, de autoria de Fernando Orphão de Carvalho (Unifap), fornece uma análise que desfaz crenças sobre a existência de alguns empréstimos de línguas Tupi-Guarani em línguas Arawak. O trabalho faz uma análise bem acurada de itens, tomados como empréstimos por outros autores, mostrando que há justificativas plausíveis para considerá-los como desdobramentos lexicais internos a línguas da família Arawak; para tanto, o autor se utiliza de argumentos embasados em aspectos fonológicos e morfológicos de línguas dessa família. O autor também fornece uma lista de itens de empréstimos do Guarani (Família Tupi-Guarani) na língua Terena (família Arawak).

Itens emprestados podem também oferecer casos de insubordinação a padrões linguísticos internos, tanto na fonologia quanto na morfossintaxe. Em relação a este último subnível linguístico, o artigo **Uma nota sobre medir e contar com palavras emprestadas do português no kadiwéu** (família Guaikurú, falada no Mato Grosso do Sul), de autoria de Filomena Sandalo (UNICAMP), mostra exemplos de empréstimos de numerais do português no Kadiwéu, os quais se comportam diferentemente dos numerais nativos nessa língua. O Kadiwéu é uma língua classificadora, e os numerais dessa língua (até ‘três’) exigem classificadores. Entretanto, os numerais emprestados do português (quatro em diante) podem dispensar esse elemento. Dessa maneira, a autora defende que esse fenômeno aponta para a coexistência de duas gramáticas: uma que exige classificadores para numerais nativos e outra que os dispensa diante de elementos lexicais análogos emprestados do PB.

O artigo **‘Noruega’, Ndo ro hwêkê, Peido na cara**, do pesquisador Rafael Nonato Bezerra (Museu do Índio do Rio de Janeiro), traz alguns exemplos de um tipo de ampliação lexical motivada por contato linguístico, ainda pouco descrito e analisado: o pareamento fonológico, que se dá através seleção de itens ou de potenciais expressões pré-existentes e seu consequente reinvestimento de significado devido à similaridade fonética dessas formas com o item da língua alvo. No caso da língua analisada, o Kĩsêdjê (língua da família Jê, falada no Parque Indígena do Xingu), esse processo costuma ser motivado particularmente pela geração de humor que a expressão cria na língua. O autor indica e analisa exemplos desse processo, que, ao invés de exibir a adaptação fonológica, através da substituição de segmentos e padrões do português pelos do Kĩsêdjê, exibe a busca por similaridade fonética com palavras e sintagmas da língua alvo, com o propósito de criar expressões *nonsense* ou jocosas, como no caso exemplificado no próprio título do artigo.

O mesmo tipo de investigação sobre a transposição entre dois sistemas de morfofonologia completamente diferentes (e os resultados jocosos) se encontra no trabalho de Paulo Jeferson Pilar

Araújo e Thaisy Bentes, intitulado **Jogos de sinais híbridos e empréstimos do português na língua brasileira de Sinais – Libras**. Os autores focalizam o uso de trocadilhos em línguas de sinais, nos quais os falantes de Libras pegam emprestados aspectos da língua falada, no caso o PB, apropriando-se de elementos não-nativos para efetuar uma brincadeira.

O português do Brasil (PB), além de ter contato com as línguas indígenas (as chamadas autóctones), também tem contato com as línguas de imigração (também conhecidas como línguas alóctones). Esse contato também produz situações de adoções de empréstimos de ambas as partes, como não poderia deixar de ser. O artigo **A contribuição do português para a constituição lexical do Hunsrückisch em situação de contato linguístico**, de Karen Pupp Spinassé (UFRGS), analisa alguns padrões lexicais do Hunsrückisch (língua germânica, falada predominantemente no Sul do país) e mostra alguns casos de empréstimos que essa língua recebeu do PB. A autora ressalta, entretanto, que, apesar de emprestados do PB, esses elementos lexicais costumam se conformar à morfossintaxe do Hunsrückisch.

Por conta de questões referentes à história da constituição do país, o português do Brasil apresenta contribuições lexicais das línguas mais diversas. Um desses exemplos é o japonês, que oferece uma gama de contribuições ao léxico do português, muitos de adoção bem recente na história do PB. O artigo **Adaptação de empréstimos de origem japonesa no português: uma análise preliminar**, de autoria de Lara Bertazzo Richter (UFSC/CNPq) e Ana Livia Agostinho (UFSC), analisa como empréstimos do japonês são adaptados no português do Brasil, considerando as diferenças fonológicas entre essas duas línguas, sobretudo as concernentes aos padrões acentuais e silábicos.

Como vimos acima, os trabalhos recobrem um espectro amplo de abordagens teóricas e línguas diversas, tanto do ponto de vista tipológico quanto do parentesco. Com esses trabalhos, e com sua multiplicidade de temas, esperamos que o interesse sobre esses assuntos seja intensificado. A investigação sobre esses fenômenos pode ser relevante por desvendar diversos aspectos sobre a natureza da linguagem e de sua interação com outros fatores cognitivos e sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gabriel de; AGOSTINHO, Ana L. Nativização e manutenção do acento paroxítono em Português. *Signótica*. Goiânia, v. 21, n. 2, p. 305-340, jul/dez. 2009.

BOERSMA, Paul & HAMANN, Silke. Loanword adaptation as first-language phonological perception. In: CALABRESE, Andrea & W. Leo Wetzels. *Loan phonology* 11–58. Amsterdam: Benjamins, 2009.

DAMULAKIS, Gean Nunes. Opacidade da inserção vocálica em contexto de fricativa coronal: o caso de empréstimos no PB. *ReVEL*, vol. 15, n. 28, 2017. [www.revel.inf.br]

JACOBS, Haike & GUSSENHOVEN, Carlos. Loan Phonology: Perception, Saliency, the Lexicon and OT. In: Dekkers, J.; Leeuw, F. van der; Weijer, J. van der (Eds). *Optimality Theory, Phonology, Syntax and Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JURGEC, Peter. Morphology affects loanword phonology. In: HUANG, Hsin-Lun; POOLE, Ethan & RYSLING, Amanda (Eds). *Proceedings of NELS 43*, v. 1. Amherst, MA: GLSA, 192-202, 2014.

HAMANN, Silke; COLOMBO, Ilaria E. A formal account of the interaction of orthography and perception: English intervocalic consonants borrowed into Italian. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 35, n. 3, 2017.

HASPELMATH, M. & TADMOR, U. *Loanwords in the World's Languages: A Comparative Handbook*. Berlin: De Gruyter Mouton. 2009.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

PEPERKAMP, Sharon. A Psycholinguistics Theory of Loanword Adaptations. *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 30, p. 341-352, 2004.

SILVERMAN, Daniel. Multiple scansion in loanword phonology: evidence from Cantonese. *Phonology* 9. Cambridge University Press, p. 289-328, 1992.

INTERVIEW WITH ELLEN BROSELOW¹



Interview by Gean Damulakis

1. Your work has often focused on loanword phonology. From a linguistic point of view, what are the most important findings one can reach in investigating phenomena involving loanword adoption and adaptation?

I have been fascinated by loanword and second language phonology ever since I took a summer

¹ Ellen Broselow is a Professor of Linguistics at Stony Brook University and a Fellow of the Linguistic Society of America. Her work investigates loanword phonology, acquisition, and their interfaces with perception. She has authored dozens of articles on phenomena such as syllable structure, stress-epenthesis interactions, vowel insertion, and syllable weight. Her work employs a combination of experimental methods and theoretical models in order to formulate novel research hypotheses. E-mail: ellen.broselow@stonybrook.edu

intensive course in spoken Egyptian Arabic following my first year of graduate school. My classmates and I, all native speakers of English, struggled with a persistent problem: we tended to hear word boundaries where they did not exist, and to miss word boundaries where they did occur. To our great frustration, this mis-segmentation occurred even when the initial parse yielded nonsensical strings of non-words for utterances that should have been entirely predictable from context, and even when the utterances contained real words with which we were familiar. As the only linguist in a group of aspiring diplomats and Foreign Service officers, I was able to understand the source of this problem: Arabic allows greater freedom than English in resyllabifying segments across word boundaries. But this conscious knowledge was not sufficient to suppress the effect of my native grammar on my initial, automatic division of the speech stream into potential words.

The study of loanword and second language phonology relates directly to the central question of phonology: how are speakers able to produce and understand forms they have never heard before? In language contact, speakers are presented not only with new forms, but also in many cases with new structures, such as the cross-word syllabifications that led to such frustration in my Arabic class, or monosyllabic words in a language with a minimal disyllabic word size, or forms with word stress in a position that is impossible in the native language. It is precisely the fact that foreign language contact exposes speakers to new structures that makes language contact phonology such a valuable tool for seeing how learners generalize beyond the data to which they are initially exposed. And in some cases, where the data of the native language are compatible with multiple analyses, foreign language data provide evidence for choosing among competing analyses of native language patterns.

Language contact phonology is not only a probe into the native language grammar; it can also reveal patterns that appear not to be based in either the native or the foreign language. Some of these emergent patterns involve cases in which certain foreign structures are more readily mastered than other, equally novel structures: for example, why did Japanese speakers, whose native language forbids sequences of both [ti] and [si], begin almost upon initial exposure to maintain [ti] in English borrowings while continuing to palatalize [s] before [i] in both foreign and native words to the present day (as in [ʃitibaŋku] ‘Citibank’)? Other emergent patterns involve the choice of different repair strategies for different but equally novel foreign structures: for example, why do speakers of so many languages lacking any sort of complex syllable onsets repair rising sonority onsets in foreign forms differently than [s]+stop onsets, inserting a vowel between the two consonants of a rising sonority onset, but before the two consonants of an [s]+stop onset? And why is the vowel inserted within a rising sonority onset so frequently a copy of the next vowel, while the vowel inserted before an [s]-stop

onset is generally a default vowel? The emergence of apparently unmotivated patterns in language contact phonology, particularly patterns that arise among speakers of different native languages and different foreign languages, gives linguists an intriguing window into the language faculty.

2. How should one investigate UG and language universals in loanword phonology and in L2/L3/Ln acquisition?

Emergent patterns—those that appear not to be motivated by either the native or the foreign language data—have often been taken as evidence for innate language universals. The connection between putative universal markedness scales and language contact phonology is clear, and it is not surprising to find that less marked foreign structures often emerge in foreign language learning before equally novel but more marked structures (such as voiceless before voiced final obstruents). Similarly, the choice of different repairs for equally novel foreign structures (such as rising vs. falling sonority onsets) can be taken as evidence for sensitivity to universal principles governing sonority sequencing, even in speakers whose native language provides no evidence for such sequencing, at least in any obvious way.

What we need to be wary of, however, is being satisfied with simply pointing to these phenomena as effects of universal grammar and stopping there. The term ‘universal grammar’ is a label, not an explanation, and we need to look more deeply for explanations of why these patterns appear.

3. In your opinion, in contrast with its predecessors, what kind of advantages does OT provide in handling loanword phonology and L2/Ln acquisition?

OT differs from its predecessors in being a model not only of language competence but also of language acquisition. In SPE phonology, a grammar consists of a set of rules, and language acquisition is a matter of acquiring the rules of the adult grammar. In this approach, it is puzzling that the analysis of children’s productions often requires different rules than the adult grammar, and that many of the rules found in child language (such as devoicing of final obstruents) are unsupported by data of the target language, though they often enforce cross-linguistic preferences. Classical OT builds these universal preferences into the model directly by defining the initial state for the language learner in terms of the ranking of markedness constraints above faithfulness constraints. Demotion of a markedness constraint is motivated by forms in the ambient language that violate this constraint. OT therefore provides an explicit model of the interaction between grammar and data.

The advantage of OT for the investigation of language contact phonology is that it forces us to ask hard questions about the source of second language patterns. The initial state for language learners and loanword adapters encountering a new language is generally assumed to be the native language grammar. Where patterns of loan adaptation and language learning require rankings different from those of the native language, coming up with a grammar that describes these patterns is only half the job—an equally important step is to determine whether that grammar could have been learned from the available data, and if not, how it could have arisen.

4. Perception has a special role in loanword phonology, as can be seen in your research on this topic. What is the dimension of perception in loanword phonology? How is it possible to measure or capture it? What kinds of factors (e.g., linguistic typology, bilingualism) constrain perception in this case? Do you see a correlation between bilingualism and loanword phonology?

Just as the mapping from underlying to phonetic representation is shaped by language-specific grammars, so too is the mapping from the speech stream to a phonological representation: listeners' perception of speech is very much dependent on their native language, and much evidence has accumulated that listeners have difficulty perceiving contrasts that do not play a role in their native language.

The role of perception in loanword adaptation has been a subject of ongoing debate: do non-native speakers' adaptations of foreign forms reflect their misperception of those forms, or do non-native speakers accurately perceive the foreign forms but alter the foreign-like representations in their production grammars? Positions have been staked out on the separate ends of this continuum, with the claim on one side (associated most frequently with Sharon Peperkamp) that all loanword adaptation takes place in perception, and on the other side (associated most frequently with Carole Paradis) that loanword adaptation is carried out by bilinguals who perceive the foreign forms precisely as native speakers of the foreign language do. Clearly, neither of these views can fit every situation on the spectrum of language contact, and any analysis of loan phonology must take into account socio- and extralinguistic factors, including the extent of adapters' familiarity with the foreign language, the medium of contact (spoken vs. written), the prestige of the lending language, and many others.

What is increasingly clear is that a true understanding of language contact phonology can only come from careful study of both perception and production as well as their interaction. The study of perception can be particularly useful in helping to understand production patterns that appear not

to be learnable from either the native or the foreign language data. For example, the fact mentioned above that Japanese adaptations of English words frequently maintain English [ti] but not English [si] was initially analyzed by Ito and Mester as a reflection of constraint rankings—specifically, the constraint *[si] was argued to be ranked above the constraint *[ti] in the native grammar. The loanword grammar maintained the relative ranking of these two markedness constraints but promoted faithfulness constraints to intervene between the two, allowing /t/ to surface faithfully but forcing /s/ to undergo palatalization, as in native forms. This account poses a learnability problem: neither native Japanese data, in which both /t/ and /s/ are always palatalized before [i], nor English data, in which both structures occur, provide evidence for ranking *[si] above *[ti]. Thus, this account leaves unanswered the question of how Japanese speakers could have arrived at the ranking *[si] >> Faithfulness >> *[ti], as the only evidence for this ranking comes from the loanword adaptation pattern—exactly the data that the ranking is intended to account for.

Fortunately, perception studies, along with the widely accepted assumption that markedness constraints are highly ranked until the learner is exposed to surface forms that violate them, provide a motivation for the rankings of the loanword grammar. A speaker of Japanese, where both /s/ and /t/ palatalize before [i], has no need to perceive a contrast between palatal and non-palatal coronals in this context. In order to demote the constraints that forbid [ti] and [si], Japanese speakers exposed to English would need to correctly perceive the foreign forms that violate these constraints. The speedy demotion of *[ti], as opposed to *[si], would be motivated if there were an asymmetry in the perceptibility of the [ti- tʃi] and the [si- ʃi] contrasts. In studies at Stony Brook University and in Japan, we found just such a difference in perceptibility: both Japanese and English speakers more reliably discriminated [ti- tʃi] than [si- ʃi]. This suggests an alternative account of the loanword pattern which no longer rests on the assumption of a domination relationship between the two markedness constraints in the Japanese grammar—if Japanese speakers were able to correctly perceive that [ti] but not [si] as distinct from native language structures, because of language-independent differences in the perceptibility of the [ti- tʃi] vs. the [si- ʃi] contrasts, it follows that they were motivated to demote *[ti] but not *[si]. Crucially, this explanation does not simply ascribe the pattern to universal grammar—in the form, perhaps, of a universally specified ranking of *[si] >> *[ti] (a ranking that would in fact be problematic given at least one language, a dialect of Fijian, that is reported to allow [si] but not [ti]). Rather, this account assumes that learners arrive at a particular grammar on the basis of the data to which they are exposed, but that their interpretation of the data is affected by universal factors rooted in perceptual salience.

SOBRE INTER-RELAÇÕES DE GRAMÁTICAS DURANTE OS ESTÁGIOS INICIAIS DE AQUISIÇÃO FONOLÓGICA DE L3

Brenda da Silva Barreto¹

RESUMO

Neste artigo, pretende-se apontar os principais fatores que possam caracterizar e atuar na transferência linguística durante a fase inicial de aquisição fonológica de uma terceira língua em fase adulta. Além disso, trataremos do trabalho de autores que se ocupam em explicar o papel da Gramática Universal no processo, apresentaremos a proposta de transferência regressiva de Amaro & Rothman (2010) e defenderemos a influência das relações tipológicas entre as línguas como um dos possíveis fatores determinantes da transferência linguística.

Palavras-chaves: Aquisição de L3, aquisição fonológica, Gramática Universal, transferência regressiva, tipologia linguística

ABSTRACT

In this paper we intend to indicate the principal aspects that can characterize and influence language transfer during the initial stage of the phonological acquisition process of a third language in adulthood. Moreover, we will present the contributions of some authors who concern themselves with

¹ Doutoranda do Programa de Pos-Graduação em Linguística da UFRJ. E-mail: brenda_sibar@yahoo.co.uk

explaining the role of the Universal Grammar in the process, present Amaro & Rothman (2010)'s regressive transfer hypothesis and defend the influence of typological relations among languages as a possible determining factor of transfer.

Keywords: L3 acquisition, phonological acquisition in adulthood, Universal Grammar, regressive transfer, linguistic typology

Introdução

Apesar de reconhecer a importância dos estudos em aquisição² de segunda língua e suas possíveis contribuições na área de aquisição da linguagem em geral, acreditamos que a aquisição de uma terceira língua, doravante L3³, por exemplo, não seja simplesmente uma extensão do bilinguismo e, por conseguinte, deva ser diferenciada da aquisição de L2. Isso indica que embora o termo L2 seja frequentemente utilizado como termo guarda-chuva, deve-se ter um olhar atento e não tratar o aprendiz de uma L3 como um simples aprendiz de mais uma L2. Muitos fatores envolvem o aprendizado de uma terceira língua, devendo, portanto, ser examinados. Concernente ao processo de aquisição e da representação de L3, deve-se levar em conta primeiramente a possibilidade de que os sistemas das línguas estrangeiras sejam independentes do sistema linguístico da língua nativa, devido à possibilidade de que a Gramática Universal já não esteja mais disponível após o período crítico, conforme veremos adiante. Um dos argumentos em favor de tal hipótese é a existência da interlíngua. Como interlíngua, entendemos se tratar da língua produzida por aprendizes de uma língua estrangeira durante o processo de aprendizagem em estágio intermediário. O termo foi cunhado por Selinker (1972), que pretendia descrever a competência dos aprendizes na língua alvo e descobrir qual seria a fonte dessa competência. Algumas características são particulares das interlínguas. Na fonologia, por exemplo, os aprendizes realizam alguns ajustes, tais como: velocidade reduzida da fala, uso de pausas e tonicidade em demasia, articulação mais cuidadosa, nível de entonação exagerada e o uso de formas completas em detrimento de contrações (cf. TAVAKOLI, 2012, 140, 188). Nessa fase, é comum a existência de estruturas inexistentes tanto na língua nativa ou língua anterior quanto na língua alvo, o que corrobora a hipótese de que se tratem de sistemas linguísticos independentes, conforme

2 Neste artigo, usaremos os termos aquisição e aprendizagem de forma intercambiável. É sabido que tais termos referem-se a diferentes processos. No entanto, devido à irrelevância da seleção de um termo em detrimento de outro aqui, não nos preocuparemos com tal distinção terminológica.

3 Entendemos como L3 a terceira língua adquirida por um falante em ordem cronológica. Levando-se em conta as especificidades e diferenças entre os processos de aquisição e aprendizagem, poderíamos dizer que L3 se trata da segunda língua estrangeira aprendida por um falante em ordem cronológica.

mencionado anteriormente. Embora não estejamos trabalhando diretamente com interlíngua neste artigo – nosso estudo concentra-se em estágios iniciais de aquisição fonológica – acreditamos que seja necessário mencioná-lo devido à possibilidade de encontrar fenômenos comuns durante as duas fases supracitadas.

A competência em dois sistemas linguísticos pressupõe a existência de gramáticas que podem se inter-relacionar principalmente durante os estágios iniciais de aprendizagem de uma terceira língua. Com isso, percebe-se a importância de se considerar cuidadosamente a influência translinguística e nos ocuparmos em investigar a aquisição de uma língua através da relação estabelecida entre a língua que está sendo aprendida num determinado momento e outras que tenham sido aprendidas anteriormente. Daí a relevância em se observar cuidadosamente a língua do aprendiz numa fase específica de desenvolvimento, em nosso caso, o estágio inicial – uma fase da aprendizagem que, assim como a interlíngua, pode ser dotada de regularidade e que não deve ser tratada como um sistema inferior ao sistema da língua alvo.

Odlin (1989, 27) aponta que a transferência linguística resulta da influência de aspectos semelhantes e divergentes entre as línguas envolvidas no processo de aquisição, ou seja, aquelas que já foram aprendidas e a língua alvo. O autor completa dizendo que muitos fatores podem estar relacionados e, como tais, podem conduzir o processo de medição da transferência linguística, tais como: o que se entende por transferibilidade, por tipologia linguística e por universais linguísticos (cf. ODLIN, 2007, 437). É necessário, por exemplo, observar como a proximidade entre as línguas irá influenciar a transferência, ou seja, se línguas cujos componentes da gramática sejam semelhantes poderão favorecer ou não um tipo de transferência em detrimento de outro.

Os subsistemas linguísticos são afetados pela transferência de formas diferentes e por fontes diferentes. Isso significa que os componentes da gramática sofrem a influência das línguas dominadas pelo aprendiz de formas distintas. O debate continua sendo um tópico importante, pois existem evidências de que a morfossintaxe e a semântica, por exemplo, não sofram efeitos do período crítico da mesma forma que sofre a fonologia. Ellis (1989, 106) afirma que em se tratando da aprendizagem, no que diz respeito ao sistema fonológico de adultos, a puberdade “é particularmente o caso no qual se trata de pronúncia (...). Em outras palavras, na medida em que se trata de sucesso na pronúncia, aprendizes mais jovens se saem melhor.”⁴. Letica & Mardesic (2007, 309) complementam dizendo

4 “(...) is particularly the case where pronunciation is concerned (...) In other words, as far as success in pronunciation is concerned, younger learners do better.” (tradução nossa)

que:

Parece óbvio que a influência translinguística possa ser encontrada em todos os subníveis linguísticos, mas a direção e a frequência da transferência podem variar consideravelmente. Na área da fonologia é bem sabido que o sotaque baseado na L1 na produção oral de falantes não nativos pode ser encontrado muito frequentemente mesmo em estágio avançado de aprendizagem.⁵

Dito tudo isso, pressupõe-se que a fonologia seja o componente da gramática mais afetado pela transferência linguística e, por isso, surge nosso interesse em estudá-lo. Neste artigo, portanto, pretendemos apontar os principais fatores que possam caracterizar e atuar na transferência linguística durante a aquisição fonológica de uma terceira língua. Em consonância, trataremos do trabalho de autores que se ocupam em explicar o papel da Gramática Universal no processo, devido à importância em saber se os universais linguísticos ainda estariam disponíveis durante a aquisição de uma terceira língua em fase adulta. Além disso, apresentaremos a proposta de transferência regressiva de Amaro & Rothman por considerarmos-a uma inovação, visto que grande parte dos trabalhos em aprendizagem de língua estrangeira trata da transferência progressiva. E defenderemos o papel das relações tipológicas entre as línguas como um dos possíveis fatores determinantes da transferência linguística por acreditarmos que a proximidade ou distância entre as línguas atue durante o processo. Antes, entretanto, trataremos sucintamente da aquisição fonológica de terceira língua.

1. Aquisição de Fonologia de Terceira Língua

Conforme mencionado na seção introdutória deste artigo, há autores que defendem que a transferência linguística se dá de diferentes formas, de acordo com o subsistema linguístico com o qual estamos lidando. Interessa-nos, portanto, especificamente a aquisição da fonologia de uma L3. Defendemos que o aprendiz de L3 seja diferente do aprendiz de L2 porque para o primeiro os possíveis candidatos para a transferência estão em maior número. Tanto a L1 quanto a L2 podem fornecer material fonológico durante a aquisição da L3. Num primeiro momento, quando se pensa em transferência fonológica entre línguas, considera-se que a L1 seja a principal fonte do fenômeno. No entanto, ao tratarmos de uma L3, não podemos ignorar o papel da L2. Conforme Amaro (2012, 38), a transferência de L2 para L3 pode depender da psicotipologia, por exemplo. A psicotipologia, sobre a qual trataremos mais adiante, refere-se à percepção do aprendiz em relação às diferenças e

5 “It seems obvious that cross-linguistic influence could be found at all linguistic sublevels, but the direction and frequency of transfer can vary considerably. In the area of phonology it is well known that L1-based accent in the speech of non-native speakers can be found very often even at an advanced stage of learning.” (tradução nossa)

semelhanças entre as línguas. Outro fator que pode contribuir para que o falante recorra à L2 são os fatores psicoafetivos, ou seja, o falante acaba se apoiando no sistema da L2 ao evitar conscientemente a L1 na tentativa de se esquivar do sotaque estrangeiro.

O que muitos estudos têm mostrado, na verdade, é que tanto a L1 quanto a L2 são fontes da transferência fonológica durante a aquisição de L3. É o que De Angelis (2007) chama de transferência combinada. Levando em conta uma perspectiva gerativa, o fenômeno da transferência combinada inclui, na verdade, todos os sistemas das línguas já adquiridas, assim como os universais linguísticos, que são os aspectos fonológicos presentes em todas as línguas, incluindo a GU, os princípios de aquisição, a marcação, restrições e universais estilísticos (cf. MAJOR 2008, 76).

Por fim, vale ressaltar que neste artigo trataremos da transferência fonológica durante as fases iniciais do processo de aquisição. Com o aumento da proficiência em L3, as fontes de transferência podem e tendem a mudar significativamente. Podendo, assim modificar os fenômenos e sua natureza.

Conforme mencionado anteriormente, são muitos os estudos dedicados aos fenômenos que possam ocorrer durante a aquisição fonológica de uma terceira língua. A maioria deles concentra-se no sistema linguístico da L3 que está sendo adquirido no momento da investigação. Nossa proposta aqui, no entanto, é que se observe com mais cuidado os efeitos durante os estágios iniciais de aquisição fonológica de uma terceira língua no sistema fonológico da língua anterior, ou seja, a transferência regressiva. Com isso, não podemos, entretanto, ignorar todas as especificidades do processo de aquisição de terceira língua, embora estejamos mais interessados em analisar o sistema que já está “consolidado” – que seria o sistema fonológico da L2, ou seja, os possíveis efeitos da aquisição fonológica de L3 no sistema fonológico da L2. Apresentaremos adiante e mais detalhadamente, as bases teóricas que possam contribuir para o desenvolvimento de nossa proposta.

2. A Gramática Universal (GU) e a Aquisição de Língua Estrangeira

Embora não seja o foco deste artigo, cabe-nos mencionar que a diferença primordial entre aquisição e aprendizagem é instituída levando-se em conta a idade com a qual o falante está tendo contato e recebendo *input* de uma determinada língua. Muito dessa discussão advém da postulação chomskiana da Gramática Universal (1965) e da discussão do período crítico postulado por Lenneberg (1967). Daí surge uma das questões mais importantes concernente aos estudos em aquisição de línguas: a possibilidade de que as propriedades da Gramática Universal governem a aquisição de uma

língua estrangeira.

A priori, a GU é uma parte biológica e inata da faculdade da linguagem, através da qual o falante tem acesso à gramática da língua à qual está sendo exposto e da qual ele recebe o *input* durante os primeiros anos de vida. Além disso, a GU fornece todas as possibilidades de organização dessa gramática (WHITE, 2003, 02).

A gramática de uma língua particular será, então, suplementada pela gramática universal que acomoda o aspecto criativo do uso da língua e expressa as regularidades profundamente assentadas que, sendo universais, são omitidas da gramática propriamente dita. (...) Somente quando suplementada pela gramática universal é que a gramática de uma língua fornece uma prova completa da competência do falante-ouvinte.⁶

Considerando-se que a capacidade humana de adquirir uma língua não é vitalícia, ou seja, é determinada pela idade do falante e não permanece ativa durante toda sua vida, a grande questão que surge é se existiria um período crítico na aquisição de uma língua diferente da língua materna e, por conseguinte, se a representação da produção linguística do aprendiz seria afetada pela GU. Conforme afirma White (2007, 22), há dois pontos que devem ser levantados ao tratarmos da aquisição de língua estrangeira: (i) o problema lógico e (ii) a disponibilidade da GU.

O primeiro é se os aprendizes de L2 alcançam conhecimento inconsciente (uma representação mental) que vai além do input em L2. (Não haveria absolutamente nenhum problema lógico se os aprendizes de L2 acabassem não alcançando conhecimento que vai além do input.) A segunda questão é se tal conhecimento (se encontrado) é alcançado através dos meios da GU.⁷

White defende que tais questionamentos não podem ser considerados como sendo apenas um, pois não seria apenas a observação o meio através do qual o aprendiz aprendeu a língua alvo. Por outro lado, isso não bastaria para afirmar que a GU ainda estaria ativa, pois o sucesso no aprendizado pode ter ocorrido devido ao auxílio da L1 e não a uma GU ainda em funcionamento. Além disso, há ainda a hipótese de que alguns módulos da gramática possam ser mais afetados que outros pela

6 “The grammar of a particular language, then, is to be supplemented by a universal grammar that accommodates the creative aspect of language use and expresses the deep-seated regularities which, being universal, are omitted from the grammar itself. (...) It is only when supplemented by a universal grammar that the grammar of a language provides a full account of the speaker-hearer’s competence.”(tradução nossa)

7 “The first issue is whether L2 learners attain unconscious knowledge (a mental representation) that goes beyond the L2 input. (There would be no logical problem at all, if L2 learners turned out not to achieve knowledge that goes beyond the input.) The second issue is whether such knowledge (if found) is achieved by means of UG.” (tradução nossa)

possível existência de um período crítico, sendo a fonologia possivelmente um dos ou o mais afetado (AMARO; ROTHMAN, op.cit., 276), conforme apresentado anteriormente.

Segundo Ellis (2003, 69), as hipóteses levantadas concernentes ao acesso à GU durante a aquisição trabalham com a possibilidade de que o aprendiz possa ter (i) total acesso a Gramática Universal, segundo o qual, o aprendizado de uma língua após o período crítico seria idêntico ao processo que acontece quando a criança está aprendendo sua língua materna; (ii) acesso parcial, ou seja, o acesso aos parâmetros da GU dar-se-ia através da língua materna do aprendiz e o reativamento de parâmetros relevantes à L2 aconteceria por intermédio da correção de erros e instrução formal; (iii) acesso dual, isto é, os aprendizes utilizariam tanto a GU quanto estratégias de aprendizagem; ou (iv) nenhum acesso, ou seja, a GU não estaria disponível para os aprendizes adultos, que teriam que utilizar estratégias gerais de aprendizagem, não especificamente relacionadas à linguagem.

Na seção seguinte, trataremos da Hipótese da Permeabilidade Fonológica de Amaro & Rothman, cuja proposta é de que existam diferenças fundamentais concernentes à representação fonológica de línguas adquiridas durante o período crítico e posteriormente a ele. A ocorrência de transferência regressiva poderia indicar o acesso ou não à GU durante o processo de aquisição fonológica.

3. A Hipótese da Permeabilidade Fonológica (HPF)

Muitos dos estudos em aquisição de língua estrangeira são realizados pautando-se na possibilidade de transferência progressiva de um sistema para outro, ou seja, a influência da L1 ou L2 na produção oral (ou até mesmo escrita) das línguas aprendidas posteriormente. A hipótese levantada por Amaro & Rothman (op.cit.), a Hipótese da Permeabilidade Fonológica (HPF; em inglês *Phonological Permeability Hypothesis*, PPH), no entanto, irá tratar da possibilidade de que o sistema fonológico da L3/Ln possa afetar o sistema fonológico de uma língua adquirida anteriormente – L2 ou, até mesmo, L1. Para os autores, tal hipótese poderia mostrar se o aprendiz de uma nova língua pós-período crítico ainda tem acesso à Gramática Universal, pois

Se a aquisição fonológica da L1 e da L2 faz uso dos mesmos universais fonológicos (princípios e parâmetros) e/ou alcançam o mesmo nível de estabilidade (um estado fixo permanente), por que haveria diferença nos efeitos da L3 nos dois sistemas? A HPF afirma que tal diferença provê indireta, mas importante evidência, sugerindo que os sistemas não são, na verdade, representados mentalmente da mesma forma.”⁸ (Amaro & Rothman, op. cit., 280-281)

8 “If L1 and L2 phonological acquisition make use of the same phonological universals (principles and features) and/or achieve the same level of stability (a truly steady state), why would there be a difference in L3 effects on the two systems? The PPH argues that such a difference provides indirect but important evidence suggesting that the systems are not, in fact, mentally represented in the same manner.” (tradução nossa)

O acesso ou não à Gramática Universal pós-período crítico poderá ser observado através da interação entre as línguas. À luz dessa hipótese, os autores discutem a possibilidade de transferência regressiva através de um estudo sobre multilinguismo, no qual eles examinam o início do processo de aquisição do português brasileiro por dois grupos de falantes: (i) bilíngues simultâneos de inglês e espanhol e (ii) falantes nativos de inglês que aprenderam espanhol posteriormente. Vale ressaltar que os participantes do primeiro grupo adquiriram tanto o inglês quanto o espanhol antes do período crítico, enquanto no segundo grupo encontram-se os participantes que adquiriram somente o inglês como língua materna. Nesse artigo, o mesmo onde os autores apresentam a HPF, sugere-se que o contato com uma terceira língua (português brasileiro) após a puberdade possa revelar o status das línguas adquiridas anteriormente do ponto de vista do processo de aquisição, ou seja, o contato com um novo sistema linguístico pode influenciar (ou não) os sistemas linguísticos anteriores distintamente dependendo do processo de aprendizagem que tenha ocorrido. Amaro & Rothman (op. cit., 292-293) comprovaram que a transferência da L3 ocorreu somente no sistema da L2 dos participantes que tinham aprendido o espanhol após a puberdade. Isso mostra que, pelo menos do ponto de vista da aquisição fonológica de adultos,

Com mais frequência é marcadamente diferente a aquisição fonológica normal de nativos. A hipótese nula é: a aquisição fonológica entre adultos é fundamentalmente diferente da aquisição fonológica na infância em sua representação mental (...) há diferenças condicionadas de forma maturacional pela maneira na qual sistemas fonológicos alvos adquiridos são diferentes em termos de estabilidade e não necessariamente de processos de desenvolvimento e acessibilidade a mecanismos internos que levem a tais processos (...) a HPF prevê especificamente que outras evidências de tal instabilidade serão vistas no cenário da aquisição de L3 através das assimetrias no grau e no tempo de interferência regressiva nas línguas adquiridas na idade adulta em oposição àquelas adquiridas na infância.”⁹

Com isso, ao adotarmos a HPF como hipótese norteadora de nossa investigação, assumiremos num primeiro momento que não haja acesso à GU após o período crítico, pois isso foi o que ficou claro no trabalho dos autores. Além disso, deve-se considerar que muitas são as variáveis a serem controladas na tentativa de verificar a transferência regressiva, tais como (i) a proficiência e o status da L2, ou seja, o contato que o falante tem com essa língua (em que contexto, com que propósito e

9 “(...) it is most often markedly different from normal native phonological acquisition. The null hypothesis is thus: adult phonological acquisition is fundamentally different than childhood phonological acquisition in its mental representation.(...) there are maturationally conditioned differences for the manner in which newly acquired target phonological systems are different in terms of stability and not necessarily developmental processes and accessibility to internal mechanisms that drive these processes (...) the PPH specifically predicts that further evidence of such instability will be seen under the scenario of L3 acquisition via asymmetries in the degree and timing of regressive interference on languages acquired in adulthood as opposed to those in childhood” (tradução nossa)

quão frequente); (ii) se o processo de aquisição da L2 já está completo ou não durante a realização de coleta de dados; (iii) qual foi o contexto de aquisição de L2 – formal ou informal (Amaro, 2013b, 102,103). Além disso, outro fator determinante pode ser a proximidade tipológica entre as línguas, assunto ao qual dedicaremos a próxima seção deste artigo.

4. Considerações acerca da Tipologia Linguística

As semelhanças tipológicas entre as línguas podem exercer influência tanto positiva quanto negativa (principalmente se partirmos para uma abordagem não só tipológica, mas também psicotipológica) durante o processo de aquisição. Muito se fala sobre os benefícios da interação de línguas consideradas “semelhantes”, visto que alguns componentes da gramática familiares seriam aplicados sem muito esforço pelo aprendiz. Por outro lado, a proximidade entre línguas pode atuar também negativamente. É possível encontrar falantes que tentem evitar realizações aceitas pelo sistema da L1, por exemplo, durante a aquisição de uma L2 e, com isso, acabem por não realizar determinados padrões que, embora idênticos nas duas línguas, lhes pareçam inadequados por fazerem parte do sistema de sua língua materna. Tal fenômeno pode ocorrer porque o aprendiz tem consciência de que está aprendendo uma nova língua, o que significa um novo sistema linguístico – novo que significa também diferente do anterior. Por isso, interessa-nos a tipologia linguística como uma abordagem capaz de esclarecer muitos questionamentos no que concerne à aquisição de língua estrangeira.

De acordo com Croft (2003, 01-03), o termo tipologia linguística pode assumir, na verdade, várias definições e referir-se à:

(i) Classificação tipológica – a tipologia seria responsável por definir os tipos de línguas, enumerá-los e classificá-los. Para Croft, essa é a conotação básica do termo na contemporaneidade, que implica em comparação translinguística de alguma natureza;

(ii) Generalização tipológica – daria conta do estudo dos padrões (universais linguísticos) que ocorrem de forma sistemática nas línguas;

(iii) Abordagem tipológica (funcional) – seria uma abordagem ao estudo da língua ou metodologia de análise linguística. Este modelo contrastaria com abordagens tais como o estruturalismo americano e a gramática gerativa. O termo funcional advém da ideia de que a estrutura linguística possa ser explicada primeiramente através da função linguística.

Do ponto de vista da aquisição, a abordagem tipológica pode contribuir através da comparação translinguística, conforme apontado por Croft, visto que os universais tipológicos podem explicar as dificuldades encontradas pelos aprendizes de uma língua estrangeira, bem como antecipar as possíveis transferências e, conseqüentemente, esclarecer a organização do sistema que está sendo adquirido.

No que diz respeito à aquisição de língua estrangeira, podemos nos apropriar da teoria para explicar como se dá a competência linguística do adulto. De acordo com Eckman (2011, 618), os estudos em tipologia linguística podem fornecer as fontes das restrições de aprendizagens às quais parecem estar sujeitas as gramáticas de aprendizes de língua estrangeira.

A tese central desse programa de pesquisa é que as generalizações unidirecionais, implicacionais formuladas pelos tipologistas refletem as restrições nas línguas humanas e que é razoável levantar a hipótese de que as mesmas generalizações restringem os tipos de gramáticas das interlínguas que os aprendizes de uma L2 podem adquirir.¹⁰

Vários são os fatores utilizados para determinar se uma língua é semelhante ou diferente da outra tipologicamente. Um deles é a família linguística a qual um idioma pertence, que pode ser ou não considerada para estabelecer critérios de proximidade ou distinção tipológica. Não é difícil encontrar línguas tipologicamente próximas no que diz respeito a determinado padrão linguístico, mas advindas de famílias distantes. Com isso, podemos dizer que semelhança tipológica refere-se a duas ou mais línguas de acordo com um parâmetro pré-estabelecido pelo pesquisador. No nosso caso, como tratamos de fonologia, esse módulo da gramática será nosso ponto de partida para identificar semelhanças e/ou diferenças tipológicas entre duas ou mais línguas. Para tanto, é necessário um recorte ainda mais restritivo, isto é, a seleção de um fonema, grupos sonoros ou características fonotáticas das línguas a serem analisadas.

Por se originarem teoricamente de uma língua primeira comum, línguas de mesma família tendem a ser mais semelhantes tipologicamente em muitos aspectos e componentes da gramática.

¹⁰ “The central thesis of this research programme is that the unidirectional, implicational generalizations formulated by typologists reflect constraints on human languages, and that it is reasonable to hypothesize that these same generalizations constrain the kinds of interlanguage grammars that L2 learners can acquire.” (tradução nossa).

Na tabela abaixo, vemos como se comporta o *onset* complexo do tipo [SC]¹¹ em quatro línguas indo-europeias: português, espanhol, inglês e alemão.

[S] +	Português	Espanhol	Inglês	Alemão
Oclusiva	-	-	+	+
Fricativa	-	-	+	+
Nasal	-	-	+	+
Lateral	-	-	+	+
Rótico	-	-	+	+

Percebe-se, com relação a esse grupo fonológico, o quão semelhantes são as duas línguas neolatinas (português e espanhol) e as duas línguas germânicas (inglês e alemão) entre si.

Além de abordagens que deem conta de características intrínsecas das línguas, durante os estudos em aquisição de línguas estrangeiras, julgamos ser necessário investigar e levar em conta a postura do falante em relação ao idioma que se está aprendendo. Por isso a importância da psicotipologia linguística, termo apresentado por Kellerman (1978), definido como “a consciência das relações tipológicas entre línguas distintas.”¹² Jarvis & Pavlenko (2008, 174) defendem que a transferência linguística esteja mais propensa a acontecer quando o falante enxerga as línguas envolvidas no processo de aquisição como línguas semelhantes. Em contrapartida, as estruturas analisadas como específicas da língua estrangeira e, por isso, marcadas com relação à língua materna teriam menos chance de ocorrer.

Embora muito frequente, nem sempre a proximidade percebida pelos aprendizes será corroborada pelo sistema da língua. No entanto, mesmo não sendo um princípio linguístico, a psicotipologia como abordagem pode se mostrar reveladora dos fenômenos que ocorrem na língua do aprendiz, pois assim como a semelhança entre dois ou mais idiomas pode exercer tanto papel positivo quanto negativo, conforme apontado anteriormente, a sensação de que duas ou mais línguas sejam semelhantes ou não também pode interferir positivamente ou negativamente no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira.

Falk & Bardel (2010, 193) também consideram as relações tipológicas um dos fatores que

11 Em [SC], [S] representa as fricativas coronais [s,ʃ].

12 “ (...) awareness of the typological relations between distinct languages”. In: HAGHVERDI; TABRIZI, 2012, 44.

podem contribuir na ocorrência de padrões provenientes de línguas anteriores durante a aquisição de uma nova língua. Os autores propõem três noções que possam estar inseridas no termo tipologia como conceito guarda-chuva. São elas: (i) proximidade linguística baseada na relação genética, (ii) a tipologia propriamente dita tal qual definida por Croft (1990), que seria a presença de estruturas semelhantes entre as línguas e (iii) a psicotipologia proposta por Kellerman (1983) e apontada anteriormente.

Considerar os universais tipológicos e as abordagens tipológicas como uma possibilidade de esclarecer a aquisição fonológica de L3 entra em consonância com a tese de que não se pode ou deve tratar o aprendizado de uma terceira língua como um processo que apenas sucede o aprendizado de uma segunda língua. Não se trata apenas de processos em sequência. Os estudos tipológicos baseiam-se, sobretudo, na comparação translinguística. Por conseguinte, quanto mais línguas estiverem envolvidas no processo, mais numerosos serão os elementos passíveis de comparação, isto é, tanto a L1 quanto a L2 podem ser fontes de transferência progressiva para a L3, ao mesmo tempo em que, no caso de transferência regressiva, a L3 e a L2 exerceriam esse papel em direção à língua anterior (L2 e L1, respectivamente).

Através da análise da aquisição de *clusters* na produção oral de aprendizes de L3 envolvendo as quatro línguas acima, por exemplo, poderíamos verificar não apenas a importância da tipologia linguística nas fases iniciais de aprendizagem, mas também confirmar (ou não) a Hipótese da Permeabilidade Fonológica. Para tanto, podemos supor a divisão dos sujeitos em dois grupos: (i) grupo A – falantes do português brasileiro como língua materna (variedade carioca), cuja primeira língua estrangeira adquirida tenha sido o inglês, estudantes de alemão como L3, ainda em estágio inicial de aprendizagem – e (ii) grupo B – falantes de português brasileiro como língua materna (variedade carioca) cuja primeira língua estrangeira adquirida tenha sido o inglês, estudantes de espanhol como L3, ainda em estágio inicial de aprendizagem.

No que tange à tipologia linguística, sobretudo à psicotipologia, é de se esperar que os sujeitos reunidos no grupo B assumam que a L3, espanhol, seja uma língua mais próxima de sua língua materna, o português brasileiro. No grupo A, em contrapartida, pressupõe-se que os participantes assumam que as semelhanças tipológicas entre L2 e L3, inglês e alemão, respectivamente, sejam mais numerosas.

	L1	L2	L3
Grupo A	Português	Inglês	Alemão
Grupo B	Português	Inglês	Espanhol

*As setas representam maior tendência para a transferência, não excluindo a possibilidade de que ocorra o mesmo fenômeno em outras direções.

**A indicação de transferência regressiva do Espanhol (L3) para o Português (L1) é apenas prototípica neste caso.

Para que a HPF seja confirmada, é necessário que haja transferência da L3 para a L2, independente de quais sejam as línguas envolvidas. Isso significa que tal hipótese só poderá ser confirmada se houver transferência regressiva de L3 para L2 nos mesmos níveis considerando-se os dois grupos observados, ou seja, ainda que a L3 seja o espanhol, a transferência para a L2 (inglês) teria que ocorrer nos mesmos patamares que a L3 sendo o alemão, apesar das relações tipológicas percebidas ou não pelos participantes.

	L1	L2	L3
Grupo A	Português	Inglês	Alemão
Grupo B	Português	Inglês	Espanhol

*As setas representam maior tendência para a transferência, não excluindo a possibilidade de que ocorra o mesmo fenômeno em outras direções.

Considerações Finais

Nosso principal objetivo foi apresentar algumas teorias, hipóteses e abordagens que possam contribuir com o estudo científico da língua do aprendiz adulto de uma terceira língua, sobretudo, em fases iniciais de aquisição fonológica, além de indicar como padrões silábicos distintos podem nos ajudar a lançar luz sobre essas hipóteses. Partimos da suposição de que a GU já não esteja disponível durante a aprendizagem de língua após o período crítico. Com isso, assumimos que o sistema da língua materna e os sistemas das outras línguas estrangeiras que venham a ser adquiridas sejam independentes. Por isso, nos apropriamos da Hipótese da Permeabilidade Fonológica de Amaro & Rothman, cuja proposta é de que as representações mentais de línguas adquiridas durante e após o período crítico sejam diferentes – proposta e hipóteses corroboradas pelos resultados das investigações realizadas pelos próprios autores.

Ademais, visto que temos quatro sistemas linguísticos envolvidos no processo de aquisição,

seria interessante observar se as relações tipológicas entre as línguas desempenhariam algum papel relevante. Essas relações poderiam ser observadas apoiando-se em três padrões diferentes: (i) entre a língua materna e as línguas estrangeiras (L1 x L2/L3); (ii) entre as duas línguas anteriores e a língua alvo (L1/L2 x L3) ou (iii) somente entre as línguas estrangeiras (L2 x L3). Com isso, além de investigar os efeitos do estágio inicial de aquisição fonológica de uma terceira língua no sistema fonológico da língua anterior (ou das línguas anteriores) através da transferência regressiva, seria interessante observar até que ponto a proximidade linguística (ou aquela percebida pelo aprendiz, no caso da psicotipologia) de um determinado padrão possa influenciar ou, até mesmo, provocar a transferência. Por isso, para dar conta das especificidades da aquisição fonológica de uma L3 é importante levar em consideração um estudo tipológico, cujos resultados devem ser controlados por se tratar de uma variável que poderá ou não exercer algum impacto na compreensão do fenômeno.

Partindo desse pressuposto, atendo-se aos sistemas linguísticos das quatro línguas envolvidas nesse projeto, ao dividirmos os participantes em grupos distintos, estamos assumindo que as semelhanças percebidas ou não pelos sujeitos possam indicar e explicar a direção nos padrões de transferência. Assim, podemos supor que os participantes do Grupo A produzam mais [ʃC] em clusters [SC] durante a produção em inglês (L2), seguindo, assim, o padrão silábico da L3 (alemão). Assim, *clusters* [sp, st, sk, sf, sm, sn, sw] do inglês seriam produzidos como [ʃp, ʃt, ʃk, ʃf, ʃm, ʃn, ʃw]. Concernente ao Grupo B, não esperamos que a transferência regressiva afete a produção da L2 tanto quanto no Grupo A devido às diferenças tipológicas entre a L2 (inglês) e a L3 (espanhol). Entretanto, não descartamos a hipótese de que haja ocorrências discretas de inserção da vogal [e], típica do espanhol, diante do grupo [sC] do inglês – [esp, est, esk, esf, esm, esn, esw]. Por isso, consideramos o Grupo B também nosso grupo controle, pois os resultados encontrados a partir da análise da produção deste grupo podem mostrar se a HPF está atrelada ou não às relações (psico)tipológicas entre as línguas.

Por fim, vale ressaltar que, apesar de considerarmos a possibilidade de transferência fonológica de L3 e/ou L2 para a L1 e apropriando-se e adaptando a teoria da HPF de Amaro & Rothman (op. cit.), não nos comprometemos a tratar do assunto neste artigo por acreditar que o sistema da L1 seja independente do sistema da(s) língua(s) aprendida(s) após o período crítico e, por conseguinte, mais resistente fonologicamente. A quem interessar possa, sugerimos um estudo dedicado exclusivamente a este assunto.

REFERÊNCIAS

AMARO, Jennifer Cabrelli. (2012). L3 phonology: an understudied domain. In: _____; FLYNN, Suzanne; ROTHMAN, Jason (Ed.). *Third language acquisition in adulthood*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 33-60.

_____. (2013b). Methodological issues in L3 phonological acquisition research. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 6(1), 101–117.

_____; ROTHMAN, Jason. (2010) On L3 acquisition and phonological permeability: A new test case for debates on the mental representation of non-native phonological systems. *IRAL, International Review of Applied Linguistics in Language Teaching* 48(2-3): p. 275-296.

CHOMSKY, Noam. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.

_____. (1986). *Knowledge of language. Its nature, origin, and use*. First publishing, Series Convergence (Praeger Publishers).

CROFT, William. (2003). *Typology and universals*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press.

DAMULAKIS, Gean Nunes. (2008). Dicas de pronúncia do Alemão: fonética e fonologia. Projeto: Revista brasileira dos professores de alemão, Rio de Janeiro, n. 46, p. 61-65. Disponível em: <<http://www.abrapa.org.br/pdf/Projekt2008.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

DE ANGELIS, Gessica. (2007). *Third or additional language acquisition*. Clevedon, Buffalo,

Toronto: Multilingual matters LTD.

ECKMAN, Fred R. (2011). Linguistic typology and second language acquisition. In: SONG, Jae Jung (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Oxford: OUP, pp. 618-633.

ELLIS, Rod. (1986). *Understanding Second Language Acquisition*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2003). *Task-based Language Learning and Teaching*. Oxford: Oxford University Press.

FALK, Ylva; BARDEL, Camilla. (2010). The study of the role of the background languages in third language acquisition: The state of the art. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching (IRAL)* 48: 185-219.

GASS, Susan M.; SELINKER, Larry. (2008). *Second language acquisition: an introductory course*. 3rd ed. New York and London: Routledge.

HAGHVERDI, Hamid Reza; TABRIZI, Hossein Heidari. (2012). The effectiveness of psychotypology-reduced L2 teaching on three linguistically different groups Of Iranian undergraduate EFL learners' reading comprehension skill. *World Journal of English Language*, 2(1).

JARVIS, Scott; PAVLENKO, Aneta. (2008). *Crosslinguistic influence in language and cognition*. Routledge: New York & London.

LENNEBERG, Eric. (1967). *Biological Foundations of Language*. Wiley: New York.

LETICA, Stela; MARDESIC, Sandra. (2007). Cross-linguistic transfer in L2 and L3 production. In: HORVÁTH, Josef; NIKOLOV, Marianne (ed.). *UPRT 2007: Empirical studies in English Applied Linguistics*. Pecs: Lingua Franca Csoport, p. 306-318.

MAJOR, Roy C. (2008). Transfer in second language phonology: a review. In: HANSEN, Jette G. Edwards; ZAMPINI, Mary L. (ed.). *Phonology and second language acquisition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 63-94.

MOSKOVSKY, Christo. (2001). The critical period hypothesis revisited. In: ALLEN, Cynthia (Ed.) *Proceedings of the 2001 Conference of the Australian Linguistic Society*. Disponível em: <<http://www.als.asn.au>>. Acesso em 17 set 2016.

ODLIN, Terence. (2007). Cross-Linguistic influence. In: DOUGHTY, Catherine J.; LONG, Michael H. (Ed.). *The handbook of second language acquisition*. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, v. 2. p. 436-486.

_____. (1989). *Language Transfer: Cross-Linguistic Influence in Language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press.

SELINKER, Larry. (1972). Interlanguage. *IRAL* v. 10, p. 209–231.

TAVAKOLI, Hossein. (2012). *A dictionary of language acquisition: a comprehensive overview of key terms in first and second language acquisition*. Tehran: Rahnama Press.

WHITE, Lydia. (2007). On the nature of interlanguage representation: universal grammar in the second language. In: DOUGHTY, Catherine J.; LONG, Michael H. (Ed.) *Second language acquisition*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 19-42.

_____. (2003). *Second language acquisition and universal grammar*. New York: Cambridge University Press.

TUPI-GUARANI LOANWORDS IN SOUTHERN ARAWAK: TAKING CONTACT ETYMOLOGIES SERIOUSLY

*Fernando O. de Carvalho*¹

‘All the caveats are raised on the determination
of inherited cognates while loanwords seem
to be considered self-explanatory, but in fact the danger of casual
resemblance is as great in borrowings as it is in cognates’
Jorge Suárez (1985: 575)

ABSTRACT

This paper seeks to rigorously evaluate a set of claims that lexical items in Southern Arawak languages are loanwords from Tupi-Guarani languages. I show that, in most cases, these hypotheses can be rejected because the Arawak forms in question either have clear internal etymologies or because the noted similarities are too superficial and no coherent or plausible picture for the phonological deviation between the putative loans and their presumed source forms can be offered. In advancing internal etymologies for the target Arawak forms I will also try to cast light on aspects of the historical developments of these languages, as well as raise some so far unacknowledged issues for future research. Next, I consider some plausible cases of Guarani loans in one Southern Arawak language, Terena, explicitly arguing for these contact etymologies and placing these loanwords within a chronological stratum in Terena history. Complications related to dissimilar sources in Arawak-Tupi-Guarani contact and to the status of *Wanderwörter* are also briefly addressed.

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: fernaoorphao@gmail.com

Keywords: Contact; Loanwords; Etymology; Arawak; Tupi-Guarani.

Introduction and background

The goal of this paper is to take a critical look at certain claims that specific lexical items in southern Arawak languages² have their origin in the borrowing of Proto-Tupi-Guarani (PTG) etyma, or of reflexes thereof in individual Tupi-Guarani (TG) languages. Careful attention to phonological and morphological issues - the regularity of sound change, attested word-formation and inflectional patterns, and so on - is what provides the foundation for any acceptable etymology, whether it traces the origins of certain forms to a different, possibly unrelated language (a contact etymology), or whether it traces the form in question to a previous stage of the same tradition (an internal etymology). Moreover, it is based on such formal criteria, and more generally, based on the absence of purely internal etymologies, that loanwords can be securely identified in the first place (see e.g. Jacques 2012; Kroonen 2012; Boček 2013: 15).

As with many other historical hypotheses, etymologies are often suggested by the detection of similarities. These ‘first-pass’ etymologies are not enough, however: etymologies can be *graded* for their quality and plausibility and, once proposed, can only be fully accepted if further investigation allows them to progress beyond the inspectional level of mere similarities in form and meaning (see e.g. Watkins 1990; Krisch 2010: 313-317; Mailhammer 2015: 429-432). Moreover, as discussed in section 2, if borrowing is to be accepted as an explanation for attested similarities involving lexical material in different languages, careful rejection of alternative hypotheses is necessary. One must, for instance, exclude the possibility that these similarities are only fortuitous (chance similarities). It is important to properly address these claims, not only for their own sake, but because well-supported cases of lexical borrowing are often demanded as a preliminary motivation for further investigation on the possibility that phonological, morphological and syntactic patterns might have been shaped by language contact as well (see Thomason 2001: 91, 2010; Boček 2013: 14). Identified loanwords supported by strong contact etymologies also provide the foundation for inferences concerning the original contact situation that promoted or made possible such transfers of linguistic elements (see e.g. Jacques 2012; Mailhammer 2013; Epps 2015).

Section 3 and its sub-sections focus on a set of controversial claims on the TG origin of certain Arawak lexical items; I will show that these claims fail to meet one or more of the methodological

² I use the label ‘southern Arawak’ here in the geographic sense of ‘Arawak languages spoken to the south of the Amazon river’. See Danielsen (2011: 517-518).

conditions discussed in section 2, and that, therefore, these hypothesized instances of vocabulary transfer should be either rejected or seen with skepticism. Section 4 discusses some clearer instances of Guarani loans in one Southern Arawak language, Terena. In this case I illustrate how appeal to extra-linguistic aspects (the so-called ‘external history’ of languages) helps in the proposal of more compelling etymologies, notably in those cases where strictly linguistic considerations do not suffice to distinguish between competing accounts. In the domain of the language’s internal history, I will show how recent research on the historical phonology of Terena allows one to place the entry of Guarani loans in this language within a specific chronological stratum (section 4.1). I will also discuss one particular contact etymology, that of Terena *júki* ‘salt’ (4.2), that touches on some issues of critical importance to this research topic, such as the proper source forms in contact etymologies involving Arawak and TG languages and the status of *Wanderwörter*.³ Finally, section 5 is dedicated to an overall conclusion of the paper.

1. Methodological preliminaries

Whenever the replication or transmission of lexical material between unrelated languages can be established beyond reasonable doubt, a historical scenario broadly consistent with the diagram below may be inferred (where *A and *X are the reconstructed ancestors of independent language families, A and X, respectively):⁴

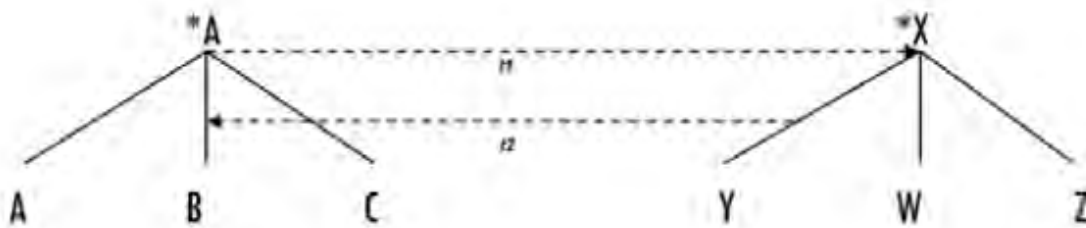


Figure 1. Depiction of the transfer of elements between languages of two different language families at two separate time points (t_1 and t_2).

3 I understand the concept of *Wanderwort* as denoting a word form that has been borrowed multiple times among languages occupying a significant geographical area. Determination of both the origin and directionality in the diffusion of *Wanderwörter* is often quite difficult (see Trask 2000: 366; Haynie *et al.* 2014).

4 The detection of loanwords transferred between related languages is a much more challenging task (see e.g. Greenberg 1957), since it is also necessary to exclude shared retention as a possible explanation for attested similarities. As this paper focuses on postulated contact between unrelated languages, I will limit the methodological discussion to such cases.

Here, the transmission of linguistic elements between languages of families A and X took place in both directions and at two separate and chronologically ordered times. By carefully charting the development of both language families involved, and by considering the distribution of the presumably borrowed items among the daughter languages of the receiving family, it becomes possible not only to identify instances of transmission but to place the borrowing event within a relative chronology of changes in the history of the recipient language (see section 4).

As usual, there is a demand for meeting one's burden of proof (Campbell 2003: 35), showing that alternative explanations are unable to account for the same set of attested similarities (Greenberg 1957: 37; Harrison 2003). In the specific context of contact-based explanations for similarities involving lexical items, often incorrectly taken to involve a 'trivial' identification of loanwords (see the comments in Boček 2013 and the epigraph to this paper), the following conditions should, to the extent possible, be met by the proposed contact etymologies:

(1) *Conditions for proposed contact etymologies:*

- (a) Absence of an internal etymology for the presumed loanword;
- (b) Identification of a source language;
- (c) Identification of a source form;
- (d) As complete as possible an account of the form and meaning deviations between the source form and the presumed loanword;
- (e) Identification of a contact situation.

The conditions proposed above are consistent both with the usual constraints on hypotheses that propose language contact as an explanation (Thomason 2001: 91-95; 2009) and with the tradition stemming from etymological investigations (see Durkin 2009, chapters 5 and 6; Mailhammer 2013 and Boček 2013 for discussion). Conditions (1a), absence of an internal etymology, and (1d), a credible and plausible account of divergences between source and target, are usually taken to be minimal preconditions.⁵ In relation to (1d), however, note that contact etymologies often call for increased

⁵ Though the availability of an established internal etymology for a given morpheme shows that it is part of a language's inherited vocabulary, contact may have played its part in changing its

tolerance of sporadic and irregular changes than is the case with purely internal etymologies (see Mailhammer 2013: 10, 2015: 434). Conditions related to the identification of a contact situation (1e) and of a source (or donor) language (1b) may seem self-evident but are often ignored in many notorious ‘substrate theories’ still popular in some quarters (see Thomason 2010: 32-33; Mailhammer 2013 and Mees 2003). To the extent that one or more of these *desiderata* are not met by the proposed contact-based diachronic account, varying degrees of doubt - from mild skepticism to outright rejection - are commendable regarding such claims. Given the focus of the present contribution on phonology and morphology, it is mostly about factors (1a), (1c) and (1d) above that we will be concerned. The most frequent problem with the contact etymologies examined in the next section is the existence of a competing, purely internal etymology that offers a better explanation for the derivation of the form attested in the Arawak language or languages, thus eliminating the possibility that diffusion from another language, at least at the relevant chronology, provides the correct account of its origin. Lack of clarity in the postulation of a specific source form (condition (1c)) and the absence of any plausible account for the formal mismatch between the source and the adapted forms (condition (1d)) are also frequent problems.

2. Southern Arawak and Tupi-Guarani in Contact

Apart from some observed lexical similarities and suggested structural convergence involving Arawak, Tupi-Guarani and Carib languages in the multilingual Upper Xingu (Seki 1999, 2011), and descriptions of the impact of Nheengatu (Amazonian *Lingua Geral*) on northern Arawak languages (e.g. Ramirez 2001: 32-34; Cruz 2011), few works have been dedicated specifically to the study of contact involving Arawak and Tupi-Guarani languages.

A recent exception has dealt with the history of Kokama and Omagua, two closely related Tupi-Guarani languages. Careful investigations of these languages led to a revision of the hypothesis that certain grammatical morphemes attested in these languages, notably the Hypothetical marker **=mia* of Proto-Omagua-Kokama (POK), have been borrowed from some Arawak language (see O’Hagan 2011: 101; Michael & O’Hagan 2016: 19).⁶ In this case, consideration of the known impact Arawak

semantic and even formal properties. The phenomena of calquing and metatypy, in particular for polymorphemic words, are well-known instances in which both inheritance and contact may combine (see Ross 2007; Boček 2013).

6 The clitic *=mia* appears in verbs of counterfactual sentences in both Omagua (including Old Omagua) and Kokama. In the latter language, however, it has a wider distribution, being glossed more precisely as a marker of hypothetical modality (see O’Hagan 2011: 100).

languages had in these Tupi-Guarani languages (which seems restricted to a few open class items) and the existence of a purely internal etymology, have made a convincing case for rejecting the hypothesis that POK **=mia* is of Arawak origin.

In this section, the core of the paper, I deal with lexical similarities involving one or more Southern Arawak languages and one or more Tupi-Guarani (TG) languages, often Proto-Tupi-Guarani (PTG). These similarities have been interpreted by some researchers, notably Jolkesky & Baniwa (2012) and Jolkesky (2016), as reason to suspect that the forms attested in these Arawak languages are in fact loans from TG languages. The stronger formulation including a statement of directionality (*from* Tupi-Guarani languages *to* Arawak languages), is explicitly presented in the former source; Jolkesky (2016) is more guarded and non-committal, simply presenting Arawak and TG forms side-by-side and noting that these constitute ‘lexical parallels’.⁷ I will examine a sample of these claims below, focusing on the stronger (and, hence, more interesting) formulation that includes a TG > Arawak directionality claim, and conclude that these contact etymologies should be either rejected or, at best, that they should be seen with strong skepticism.

Before proceeding, a note on data presentation: Terena forms not followed by reference to a specific source come from my own fieldwork notes. Unless noted otherwise, standard IPA symbols will be used throughout and phonological, instead of phonetic representations will be presented. The circumflex and acute marks in Terena forms represent word-level accent, in each case with distinct phonetic properties whose characteristics are not relevant for the present discussion (the interested reader should consult Ekdahl & Butler 1979; Carvalho 2017c and references therein).

2.1. Terena *étakati* ‘bamboo’

The suggestion that this could be a TG loanword appears in Jolkesky (2016: 391), where the form *e-takati* ‘bamboo’ from Terena and Kinikinau is presented alongside PTG **tak^war* ‘bamboo’.⁸

⁷ Jolkesky (2016) provides an extensive catalogue of observed lexical similarities between languages of different indigenous language groups of South America, not only Arawak and Tupi-Guarani. It constitutes an important contribution that offers not only a bulk of data, but many initial (and often enticing) hypotheses that should be further tested and evaluated, as I hope to do in the present contribution.

⁸ Though the Terena and the Kinikinau peoples recognize each other as distinct ethnic groups, examination of existing data on both speech varieties suffices to show that the two are at best co-dialects of the same language. The same applies to other labels such as ‘Guaná’ and ‘Chané’ that are often employed in referring to separate Southern Arawak languages (see Carvalho 2016).

The most obvious formal limitation of the proposed equation is the disparity between the presumed source and the target form, which cannot be explained on general grounds. Another formal problem with the equation is the fact that presumed loanword *étakati* ‘bamboo’ is arbitrarily segmented as *e-takati*, yet no motivation exists for this.

Though the identification of this form as a loanword is correct, an improved contact etymology can be offered, one that accounts in a principled manner for the word-initial *e* and leaves no residue unaccounted for. As explained in Carvalho (forthcoming), *étakati* ‘bamboo’ is in fact a loan from a Northern Guaicuruan language, plausible source forms being Kadiwéu *etaGadi* ‘taquara’ (Griffiths 2002: 49) and Mbayá <*etagadi*>, both of which are reflexes of Proto-Guaicuruan **tʰaqatʰe* (Viegas Barros 2013: 233). The derivation of vowel-initial forms in Kadiwéu and Mbayá is a typical development of the northern branch of the Guaicuruan family (Viegas Barros 2013: 92-93).⁹ Assuming *etaGadi* or <*etagadi*> ‘bamboo’ as a source form for *étakati* leaves no formal residue unexplained: Terena lacks contrastive voicing and has no uvular consonants, hence the adaptations *d* > *t*, *G* > *k* from the Guaicuruan source (see Carvalho, forthcoming, for more details).

2.2. Terena *ówoku* ‘house’

Terena *ówoku* ‘house’ is matched to PTG **ok-a* by Jolkesky (2016: 390). Though the semantic side of the equation is unproblematic, it is not clear why is it that the adaptation of a source form such as **ok-a* would have resulted in *ówoku*. In fact, *ówoku* has a straightforward, if not ordinary, internal etymology.

Synchronically, *ówoku* is transparently analyzable as *-owo-* ‘to be, dwell, stay’ and *-ku* ‘Locative nominalizer’ (Ekdahl & Butler 1979: 129-130). Both are *bona fide* members of the Terena inherited stock of morphemes, as shown by cognates such as Proto-Mojeño **-owo-* ‘to be, stay’ (Carvalho & Rose, forthcoming; see also Mojeño Ignaciano *awa-sa* ‘village’, Ott & Ott 1983: 84) and Paunaka *-ki* in *ope-ki-jae* ‘below’ (Danielsen & Terhart 2014: 236), parallel to Terena *ope-ku-ke* ‘below’ (literally ‘in the bone’). There is, therefore, no reason to suspect that Terena *ówoku* is part of the loan stratum of the language’s vocabulary.

⁹ The name *terena* was itself adapted by the Mbayá/Kadiwéu as *etelena*, with prothesis, as noted by early 18th century eyewitnesses, such as Sanchez Labrador (see Cardoso de Oliveira 1976: 28). Note also that Portuguese loans indirectly transmitted to Terena via Mbayá/Kadiwéu also show themselves by the presence of otherwise unexplainable anlaut vowels (e.g. *étaruma* ‘Tarumã fruit’; cf. Kadiwéu *etaloma*, Griffiths 2002: 49).

2.3. Paresi *hati* ‘house’

Jolkesky & Baniwa (2012) and later Jolkesky (2016: 391) advance the hypothesis that this form as well is a loan from a TG language. The PTG form **ts-aiti* ‘nest’ is presented as a presumed source and Chiriguano *h-aiti* is also given, perhaps for providing a more significant match involving the word-initial glottal fricative.¹⁰

Paresi *hati* is in fact the Absolute, that is, non-possessed stem for ‘house’. In common with many other Arawak languages, Paresi has a suppletively related stem, *-hana*, used whenever possession is expressed for the noun ‘house’ (Rowan 2008: 89; Brandão 2014: 166-167), thus: *hati* ‘house’, but *e=hana* “his house”, with the person-marking proclitic *e=*. Though the relation between the two stems for ‘house’ is often treated as suppletive, or irregular in Arawak languages (see e.g. Aikhenvald 2003: 133 on Tariana), it is clearly the case that a reflex of the ubiquitous Proto-Arawak Absolute suffix, **-tsi* (Payne 1987) or **-fi* (Payne 1991), occurs crystalized in the Absolute stem. Paresi *hati* ‘house’ (Absolute) is therefore analyzable as **ha-ti*, *-ti* being the Absolute suffix in the language (see Brandão 2014: 167, who notes this explicitly). In fact, Paresi *-hati/hana* is comparable to Terena *-peti/peno* with the same meanings, keeping in mind the fact that **p > h* was a regular change in Paresi (see e.g. Carvalho 2016b: 303). In sum then, Paresi *-hati* has a clear internal etymology, one that calls for the establishment of a morphologically complex etymon **ha-ti*, bearing very little formal similarity to the postulated source in a Tupi-Guarani form approximating PTG **ts-aiti* or derived from it.

2.4. Terena *-îma* ‘husband’

This noun and its cognate forms in Mojeño (Proto-Mojeño **-ima*; Carvalho & Rose, forthcoming) are also claimed to be TG loans (Jolkesky & Baniwa 2012), the PTG form **i-men* ‘her husband’ is given as the source form (see also Jolkesky 2016: 391).

Granting some initial plausibility to this hypothesis, it is far from clear that PTG **i-men* ‘husband’ (see Mello 2000: 178) constitutes an adequate source form. In argument function, **i-men* ‘husband’ would appear instead as **i-men-a*, with the ‘Argumentative case marker’ **-a* (Cabral 2001).

¹⁰ Enawene-Nawê is also brought into the proposed equation by Jolkesky (2016) but since the language is sparsely documented I will refrain from commenting on it. This language is, however, very closely related to Paresi, to the point that these could be even considered co-dialects of the same language, thus making it very likely that the comments offered here on Paresi apply to Enawene-Nawê as well.

This is the form attested for Old Guarani, < *mêna* > (Montoya 1639: 220v, 221)¹¹ and in modern Paraguayan Guarani *ména* ‘husband’, *iména* ‘her husband’ (Guasch 1956: 41). Though < *mê* > (phonetically, [mẽ], see Grannier Rodrigues 1990: 22-23) is also attested in Old Guarani for the meaning ‘husband’, Montoya (1639: 217v) states explicitly that the main use of < *mê* > is as nominal modifier and its basic meaning is ‘male’ or ‘strong, brave’ (see e.g. < *uruguaçu* > ‘chicken, hen’, but < *uruguaçumê* > ‘cock’; Montoya 1639: 217v). There is, therefore, an element of uncertainty in the determination of the most plausible source form and this factor no doubt weakens the contact explanation and hampers a thorough evaluation of this hypothesis.

Setting this issue aside, however, the main challenge to this suggested contact etymology is the existence of a purely internal etymology for Terena *-îma* and Proto-Mojeño **-ima*. For the Campa branch (see e.g. Heitzman 1973: 45), a root **-hime* ‘husband’ can likely be reconstructed (see also Matteson 1972: 214). The root-initial glottal fricative is unstable, having been lost in most daughter languages and being morphophonologically deleted even in those that retain it (see Lawrence 2014: 263-265 on the reflexes of Proto-Campa **-ahi* ‘first person inclusive’ and **-hig* ‘plural’). Proto-Campa **(h)ime* matches Terena *-îma* and Proto-Mojeño **-ima*. Likely cognates are also found in the Xinguan branch, where Waurá *-umezi* ‘husband’ (Postigo 2014: 238; where *-zi* is a Masculine suffix comparable to Mehinaku *-si* Corbera Mori 2007: 250). Summing up, both a lack of specificity in the postulation of a putative source form, the opaque nature of the phonological adaptation processes required, and the existence of an internal etymology make it very unlikely that Terena *-îma* and Proto-Mojeño **-ima*, both meaning ‘husband’, are loanwords originating in Tupi-Guarani languages.

2.5. Terena *máreso* ‘rope’

Jolkesky & Baniwa (2012) propose that Terena/Kinikinau *máreso* ‘rope’ is a loan from a TG language. PTG **aminiju* (from Mello 2000) and Old Guarani *amanedzu* are presented as candidate source forms. Jolkesky (2016: 390) gives a more detailed picture of both the semantic and formal aspects of the equation, noting that the PTG **aminiju* means ‘cotton’ and adds the Asurini do Tocantins form *aminiso*. The latter, despite the greater similarity to the Terena form, can be ruled out as a

¹¹ Old Guarani forms will be given throughout the paper in the original writing, in angled brackets according to standard conventions (see e.g. Trask 2000: 22). Note also the standard convention employed when citing forms from Montoya’s *Tesoro*: using ‘v’ after a page number when the form in question appears on the back of the page indicated by the given number (e.g. 115v, back of page 115). On the value of the graphemes employed by Montoya, the reader is referred to Grannier Rodrigues (1990).

candidate source for *máreso* ‘rope’ on geographic grounds alone.

Though *máreso* ‘rope’ is synchronically a root in Terena, postulation of Pre-Terena **mare-so* is made possible by the existence of *wôso* ‘line, thread’ and the bound classifier *-so* for ‘thread-like’ objects (Ekdahl & Butler 1979: 185). The remaining formative, *-mare-* is isolated, however, unless it could be related to the verb *maré-ko* ‘to pull out’, something that is far from clear now. Be as that may, *-mare-* is formally anomalous: as shown in 4 below, Terena was subject to a change **r > ∅* except where followed by **i*, therefore suggesting that **-mare-* is indeed a loan morpheme. The best hypothesis so far is that this is a loan from the related Campa languages, as seen in forms such as Asháninka *mare-ntsi* ‘arm/wrist band’ (Kindberg 1980: 59) and Nomatsigenga *i-mare* ‘his arm/wrist band’, *mari-tsi* (Shaver 1996: 111, 145). Terena *-so* ‘rope, rope-like object’ is a cognate of the classifier *-tsa* with the same broad meaning attested in the Campa languages (see Mihás 2015: 414 on the Alto Perené variety of Ashéninka and Michael 2006: 25 on Nanti) and elsewhere in the family as well (Matteson 1972: 163-164). Finally, note that accounting for the root of Terena *máre-so* as loan from the Campa languages has no formal problems, as the presumed source form is identical, while relating *máre-so* to Old Guarani *amaneđzu* or any other of the TG forms cited requires a loan adaptation of the nasal *n* as *r*, an odd mapping, since *n* and *r* are clearly distinguished in Terena and nasal stops are preserved as such in uncontroversial Guarani loans (see section 4 below).

2.6. Terena *há?i* and Mojeño Ignaciano *ta?i* ‘fruit’

Jolkesky (2016: 390) presents a ‘lexical parallel’ between, on the one hand, Terena *-há?i* ‘fruit’ and Mojeño Ignaciano *ta?i* ‘fruit’ and, on the other hand, some Tupi-Guarani forms bearing semantic and formal similarities to them: PTG **ts-a?ij*, with the root of ‘seed’ and a relational prefix, referenced to Rodrigues (while Mello (2002: 158) gives **a?ij* instead). Guarani *t-a?ij* and Chiriguano *h-ãi* are also noted.

The semantic match of ‘fruit’ and ‘seed’ is unproblematic, being supported, for instance, by the frequent existence of cross-linguistic polysemy involving these meanings (see List *et al.* 2014).¹² Formally, however, the equation lacks clarity, as it is not obvious which segments are being compared.

¹² Access to the CLICS database of synchronic colexifications (a concept that include both polysemy and semantic vagueness in lexical meanings) yielded 12 instances of different languages where ‘seed’ and ‘fruit’ are expressed by the same lexical item. Of these, 10 are indigenous South American languages and two are Austronesian languages (Hawaiian and Malagasy). See <http://clics.lingpy.org/main.php>.

Overall, a structure of the form $C_1a?V_2$, where C_1 is either a coronal or glottal consonant and V_2 stands for an unrounded high vowel seems to be involved. Once a more precise match is sought, however, insurmountable problems appear for the proposed contact etymology.

Though Jolkesky (2016: 390) parses the Ignaciano and Terena forms as *ta-ʔi* and *ha-ʔi*, respectively, apparently for yielding more convenient *comparanda*, these forms are not strictly comparable, despite the closeness between these two languages, as the implied morphological analysis can be shown to be incorrect. Starting with Terena *-háʔi* ‘fruit of’ (cf. *-kaháʔi* ‘to bear fruit’, with the Verbalizer/Causative *ko- ~ ka-*), note that although Terena *h* is frequently the reflex of oral fricatives *s* or *f* (see section 4 below), documentary evidence preceding the change in question shows that the glottal fricative in *-háʔi* fruit is etymological (see Schmidt 1903: 574 <*hairetikoti*> ‘Frucht’, probably *háʔi ra tikóti* ‘fruit of the tree’). Ongoing collaborative work by the author of the present paper and Françoise Rose on the historical linguistics of Terena and Mojeño suggests, however, that the correspondence between Mojeño *t* and Terena *h* implied by the match *taʔi : háʔi* is spurious and isolated, thus underscoring the fact that these forms are not comparable. As I show now, the morphology of the Mojeño form both vindicates this conclusion and hampers the acceptance of the contact etymology tracing this form to a TG source.

The Ignaciano form *taʔi* (Ott & Ott 1983: 333) is indeed complex, yet *ta-a-ʔi* is the correct structure, not *ta-ʔi* as given in Jolkesky (2016: 390). Mojeño *-ʔi* is a form-based classifier for objects having a broadly round shape (Olza Zubiri *et al.* 2002: 231-234). The prefix *ta-* is a third person non-human marker that occurs in Mojeño only, not in its closest relatives, as part of a complex pronominal system for the reference of third person (non-participants of the speech act) that may have evolved through contact with non-Arawak languages (see Rose 2015 for discussion). Given the innovative and non-inherited character of this marker, it is not surprising that Mojeño Ignaciano *taʔi*, best glossed as ‘its fruit’, and Terena *-háʔi* ‘fruit’ do not match. Relevant comparisons internal to Mojeño itself are *kaʔi* ‘to bear fruit’ (Ott & Ott 1983: 556), with the cognate *ka-* of the Causative/Verbalizer prefix *ko- ~ ka-* of Terena, and *máʔire* ‘fruitless’ (Ott & Ott 1983: 333). The latter is a formation with the Privative prefix *ma-* which, attached to inalienable nouns expresses the meaning ‘without’ and often triggers the appearance of the suffix *-re*, an adjectivizer (see Rose 2014: 223-225 for details). Finally, *aʔi* ‘guapomó’ (fruit sp.) (Ott & Ott 1983: 60) is a prefix-less noun that is formally identical to the nominal stem *a-ʔi* ‘fruit’ (I define the stem in question as composed of the root *-a-* and the classifier *-ʔi*).

Mojeño Ignaciano *taʔi* ‘its fruit’ is, in turn, comparable to Old Mojeño <toi> ‘fruit’, and a base or stem <oy> is inferable here as well: <yucuquioy> ‘fruit of the tree’ (cf. <yucuqui> ‘tree’; see Marbán 1702: 239 for these forms). The correspondence between Old Mojeño *o* and Ignaciano *a* calls, however, for the reconstruction of Proto-Mojeño **o-ʔi* ‘fruit’, confirmed by Mojeño Trinitario *toʔi* (cf. *koʔi* ‘to bear fruit’; Gill 1993: 19). Comparison of Proto-Mojeño **o-ʔi* ‘fruit’ and Terena *-háʔi* ‘fruit’ shows that these are not cognate: the **o : a* correspondence is likewise spurious, as Proto-Mojeño **o* corresponds regularly to Terena *o* (cf. **-samo : -kâmo* ‘hear’; **joti : jóti* ‘night’; **-woʔu : -wóʔu* ‘hand’).

If Mojeño Ignaciano *taʔi* ‘its fruit’ and Terena *háʔi* ‘fruit of’ were cognate, Jolkesky’s (2016: 390) proposed contact etymology could be interpreted as suggesting contact between TG speakers and some shared common ancestor of Terena and Mojeño. Careful investigation of these forms shows not only that these two forms are not exactly comparable but that Ignaciano *taʔi* has a clear internal etymology and is not a TG loanword. The case of Terena *-háʔi* ‘fruit’ is not as clear. The form does not seem to be a cognate of Proto-Mojeño **-o-ʔi* ‘fruit’, as the vowel correspondence and the word-initial *h* are unexplained. For now, I will leave this form as one of unclear etymology and the hypothesis of a Guaraní loanword, although still a viable possibility, requires a more detailed and stronger formulation.

2.7. Terena *-ámori* , Mojeño Ignaciano *-amari* ‘grandson’

Jolkesky & Baniwa (2012) claim that the Terena kinship noun *-ámori* and its cognate in Mojeño Ignaciano, *-amari*, both meaning ‘grandson’, are loans, citing PTG **emirirõ* ‘grandson’ along with its Chiriguano reflex *h-amarĩro* as possible sources, an equation which is repeated in Jolkesky (2016: 391). See Mello (2000: 160) for this reconstructed PTG etymon.

There are important problems with the formal relations implied by the sources and putative loanwords featuring in this contact etymology. The Chiriguano form is added, one presumes, for a more compelling match of the vocalism to the Ignaciano form. Note, however, that Old Mojeño <nuamori> ‘my grandson’ (Marbán 1702: 374), that is, *nu-amori*, points unmistakably to Proto-Mojeño **-amori*, a perfect match to Terena *-ámori*; this, in turn, undoes any effect the inclusion of the Chiriguano form might have in advancing a more compelling formal similarity (Proto-Mojeño **o* and **a* merged as *a* in Ignaciano; see Carvalho 2017a, Carvalho & Rose, forthcoming). That is, if a single borrowing event is postulated - a far more probable event than one in which Terena and Proto-Mojeño

borrowed independently from a TG language forms that happen to comply with all known regular correspondences between the two languages - then this borrowing took place at a time that precedes the separation between Terena and Proto-Mojeño from their last shared common ancestor. This, in turn, raises a number of problems for the external chronology of the presumed contact events, given the complicated (pre-)history of the Tupi-Guarani presence in the region corresponding to today's eastern and southeastern Bolivia (see Dietrich 2008: 46-47 for some brief comments). Given the specific thematic scope of this volume, I will set this issue aside for future investigation.

As in the case of the Terena and Mojeño forms for 'husband' examined in 3.4, there is a great deal of uncertainty here concerning the exact source form in the proposed contact etymology and even less detail or explicitness on how the formal disparity between the presumed TG source and the putative loan is to be explained. Although Mello (2000) reconstructs for PTG the etymon **emirirõ* 'grandson', evidence from daughter languages (including Chiriguano *h-amarĩro*) shows that this form was likely consonant-initial at the word level, being marked either by the 'non-specific possessor' prefix *t-* < **t-* or by the third person prefix *h-* < **ts-* (see Jensen 1999: 153; Meira & Drude 2013).¹³ This fact adds an additional complication to the proposed contact-based explanation, as loss of a word-initial consonant would be difficult to explain; moreover, undisputable cases of TG loans in Terena never show this development (see section 4). Therefore, I conclude that careful examination of the proposed loans and source forms in this contact etymology make it a very weak proposal based in what looks like an accidental similarity only.

2.8. Baure *in* 'water'

In their significant and extremely informative work on Jorá, an extinct Tupi-Guarani language of Bolivia, Danielsen & Gasparini (2015: 455) speculate that Baure *in* 'water' could originate in TG, in particular, in the Jorá form *in* 'water' recorded by Wanda Hanke. This proposal is problematic because Baure *in* 'water' has a perfectly reasonable internal etymology and because Jorá *in* 'water' is not clearly of TG origin.

PTG **ʔi* yields *i* in Sirionó and Yuki, the closest relatives of Jorá, due to the loss of the PTG glottal stop (Mello 2000: 76) and to a well-known shift of the high vowels **i* and **ĩ* (Crowhurst 2002). The nasal feature in Jorá *in* 'water', however, has no purely internal explanation, which

¹³ This third person prefix is analyzed as a 'relational morpheme' by some authors (see discussion in Meira & Drude 2013).

points to the non-inherited (borrowed) status of this form. The likely source for Jorá *in* is in fact Baure *in* ‘water’, a form with a clear Arawak etymology: apocope is a general development in Baure historical phonology (Danielsen 2007: 28, 51-53) and word-final vowels are preserved both in the more conservative Joaquiniano dialect, where *ine* ‘water’ is attested, and in 19th century data on Baure, where <*ine*> ‘water’ is likewise found (Adam & Leclerc 1880: 115). A form *ine* ‘water’ can be therefore established for Early Baure and clear cognates of it are found in Terena *úne* ‘water’ and Proto-Mojeño **une* (Carvalho & Rose, forthcoming; cf. Mojeño Ignaciano *une* ‘water’, Ott & Ott 1983: 429). Finally, Payne (1991: 425) proposes **uni* ‘water’ as the Proto-Arawak etymon from which these derive as reflexes. In synthesis, while Baure *in* ‘water’ has a clear Arawak etymology, Jorá *in* ‘water’ cannot be analyzed as a reflex of the TG etymon for ‘water’. Given the geographic proximity of Baure and Jorá speakers and the fact that other apparent Baure loans exist in Jorá (see Danielsen & Gasparini 2015: 455-456), the safest conclusion is to accept that Jorá *in* ‘water’ was borrowed from Baure, and not the other way around.

2.9. Yine *-hiri*, Baure *-iron* ‘father’

Jolkesky (2016: 391) matches Yine *hiri*, Baure *iron* to PTG **iru*. A single semantic gloss, ‘father’, is offered to the whole comparative set for the contact etymology. As discussed below, there are semantic and formal problems with this proposed equation.

PTG **iru* is reconstructed with the meaning ‘to accompany’ in Mello (2000: 163). Alternative reconstructions of this PTG etymon exist but, crucially, the meaning ‘father’ is never reconstructed: **?irũ* ‘companion, brother’ (Lemle 1971: 119) and *?irũ* ‘companion’ (Schleicher 1998: 329). On the Arawak side of the equation, Baure *-iron* means in fact ‘parent’, not ‘father’, a meaning expressed by the root *-ia?* instead (see Danielsen 2007: 71, 113, 117). Though these semantic problems already weaken the proposed equation, formal considerations provide the decisive evidence for rejecting this contact etymology.

Yine *-hiri* ‘father’, though a simple root synchronically, arguably shows a gender-marking Masculine suffix *-ri* that has been crystalized as part of the root (see, for instance, *-hniiri* ‘husband of’ vs. *-hniiro* ‘wife of’; *tsri* ‘big/old man’ vs. *tsro* ‘big/old woman’; Hanson 2010: 109). The presence of suffixes with a form approximating *-ri/i* for ‘Masculine’, opposing *-ro/u* for ‘Feminine’, both having Nominalizing functions as well, is a recurring feature among Arawak languages and is clearly reconstructible for the proto-language (see e.g. Matteson 1972: 162-164; Payne 1991: 377; Danielsen

2011: 500, 514)¹⁴. Interesting parallels include Wapixana *-da-ri* ‘father’, *-da-ro* ‘mother’ (WLP 2000: 26) and Apurinã *-iri* ‘father’, *-iniro* ‘mother’ (Facundes 2000: 161).¹⁵

Yine *-hiri* ‘father’ (arguably <*-*hi-ri*>) has, therefore, a clear internal etymology. Baure *-iron* ‘parent’, for which a form *-irono* can be easily recovered based on internal evidence (Danielsen 2007: 117), has a plausible cognate in Terena *-ijêno* ‘family’. The correspondence of Baure *o* to Terena *e* in medial position is not problematical, as Old Baure preserves a more conservative form <*nireno*> ‘my parents’ (Adam & Leclerc 1880: 2; that is: *ni-ireno*), and there is evidence that *e* > *o* / *_Co* was a recurring development in the modern variety (see e.g. *eteno* > *eton(o)* ‘woman’; Danielsen 2007: 52; see the next section for **r* loss in Terena). I conclude that there is no compelling reason of either a semantic or a formal nature to believe that Yine *-hiri* ‘father’ and (modern) Baure *-iron(o)* ‘parent’ have been borrowed from a TG source.

3. Guarani loans in Terena.

In this section I examine forms in Terena that, contrary to those discussed in the preceding sections, are very good candidates for being loanwords originating in Tupi-Guarani languages, or, in some cases, are obviously so. It is safe to say that, for now, Terena is the sole Southern Arawak language for which TG loans can be securely identified in any sizeable number. The presence of these loans can be correlated with certain aspects of the external history of the languages involved and, as I show here, this information is sometimes useful in advancing more compelling etymologies, in those cases where strictly linguistic factors fail to distinguish between competing accounts. After that I will briefly discuss one specific contact etymology including certain nouns for ‘salt’ attested in Arawak languages and briefly discuss the issues raised by *Wanderwörter*.

The Terena forms in table 1, most of which are nouns, lack internal etymologies and are best explained as relatively straightforward loans from some variety of Guarani.

Table 1

Guarani loans in Terena

14 A few languages such as Chamicuro and Terena have lost this system, while Baure has reversed the form-function association (see Matteson 1972: 161; Danielsen 2011: 500).

15 Both sources use <u> to represent IPA *ɨ*. I adapted the transcriptions accordingly.

Terena	Possible source
(a) <i>kâ?i</i> ‘monkey’	Old Guarani: < <i>caí</i> > (Montoya 1639: 86) cf. PTG <i>*ka?i</i> (Mello 2000: 172)
(b) <i>marakaja</i> ‘cat’	Paraguayan Guarani: <i>mbarakaja</i> (Guasch 1956: 40) Old Guarani: < <i>mbaracáia</i> > (Montoya 1639: 212)
(c) <i>kûre</i> ‘pig’	Paraguayan Guarani: <i>kure</i> (Guasch 1956: 40) Mbyá: <i>kure</i> (Dooley 1998: 63)
(d) <i>héwoe</i> ‘onion’	Paraguayan Guarani: <i>sevói</i> (Guasch 1956: 38) Old Guarani < <i>ceboí</i> > (Montoya 1639: 113v)
(e) <i>kurûhu</i> ‘cross’	Guarani de Corrientes <i>kurusu</i> (Cerno 2011: 52)
(f) <i>hêpi</i> ‘price’	Old Guarani: < <i>hepĩ</i> > ‘payment’ (Montoya 1639: 153)
(g) <i>kamûfi</i> ‘water jar’	Old Guarani: < <i>câmbuchi</i> > (Montoya 1639: 87)
(h) < <i>moreví</i> > ‘tapir’	Old Guarani: < <i>mborebí</i> > (Montoya 1639: 216) (Taunay 1868: 131)
(i) < <i>Iandeará</i> > ‘god’	Paraguayan Guarani: <i>jandejára</i> ‘our lord’ (Guasch 1956: 43) (Taunay 1868: 134)
(j) < <i>tupá</i> > ‘god’	Paraguayan Guarani: <i>tupã</i> (Guasch 1956: 43) (Bach 1916) cf. PTG <i>*tupã</i> (Mello 2000: 198)
(k) <i>karápe</i> ‘short’	Old Guarani: < <i>Carapé</i> > (Montoya 1639: 91v)
(l) <i>muríka</i> ‘mule’	Old Guarani: < <i>Mburicá</i> > (Montoya 1639: 217)
(m) <i>ná?na</i> ‘pineapple’	Old Guarani: < <i>Nânâ</i> > (Montoya 1639: 233v)
(n) <i>júki</i> ‘salt’	<i>juki</i> (Guasch 1956: 38) cf. PTG <i>*jukir</i> (Mello 2000: 168)
(o) <i>jutápa</i> ‘scissors’	Old Guarani: < <i>Yetapá</i> > (Montoya 1639: 195v)

The loans *kurûhu* ‘cross’, <*tupá*> ‘god’ and <*Iandeará*> ‘god’ were certainly diffused as part of the well-documented activity of Missions in the Upper Paraguay and Northern Chaco region (see e.g. Métraux 1948: 82-83; Meliá 2003: 101-107). Not only was Guarani used as a vehicle language for missionary activity, but life in Missions (or *reducciones*) actively promoted the use of Guarani even (or perhaps specially so) among speakers of other languages; consequently, for many indigenous groups,

Christianization walked hand in hand with ‘Guaranization’ (see Meliá 2003: 104 for discussion).¹⁶

Thus, while *kurûhu* ‘cross’ could as well be a loan from Spanish or Portuguese *cruz* ‘cross’ - with vowel epenthesis in medial and final position in conformity to the exclusively CV shape of Terena syllables - the known role of the Guaraní language as the medium for missionary activity makes it likely that Guaraní was the immediate source for the Guaná/Terena form. In this case, indeed, we have an interesting first-hand account that relates in a rather striking way to the external context of this contact etymology. José Sanchez Labrador, a well-known Jesuit missionary active in 18th century Upper Paraguay, remarks on the following interaction with two Terena families:

“In the village of the Chanás I met two men who were accompanied by their wives and children, all of them Terena and brothers of the Chanás. I took note of their language. I asked them about the presence of Christians, and whether these had reached their lands. They said that yes, in accordance to their compatriots, and pointing at the Guaraní who were present, added: they came dressed like these and with necklaces (rosaries) like those around their necks” (Sanchez Labrador 1910 [1770]: 274-275; my translation).¹⁷

This brief testimony illustrates, single-handedly, both the close association between the Christian missionary activity in the Upper Paraguay and the Guaraní, and their interaction with the Terena.

The same context set by the use missionaries made of Guaraní as a ‘general language’ likely accounts for the diffusion of other nouns whose referents consist of Post-Columbian innovations. On *jutápa* ‘scissors’, Nordenskiöld (1922: 106) was perhaps the first to note that forms similar to Guaraní *jetapa*, including Guaná/Terena *jutápa*, owe their distribution to Guaraní influence (see also Brown 1999: 156). In this case, the change of the vowel *u* to *e* is a sporadic outcome that perhaps can be accounted for by identifying an intermediate source - either one specific Guaraní dialect or another non-Tupi-Guaraní language - where the change in question could be a more general development. For

¹⁶ Note that Old Guaraní forms from Montoya (1639) cited here arguably represent ‘classical Jesuit Guaraní’ (Meliá 2003: 107).

¹⁷ In the original: “En la población de los Chanás encontré a dos hombres que estaban con sus mujeres e hijos, todos Terenas y hermanos de los Chanás. Tomé lengua de su país. Preguntéles si tenían noticia de que hubiese cristianos cerca de sus tierras, ó si habían llegado á ellas? Respondieran que sí, según oían á sus paisanos; y que en tiempos pasados habían estado cerca de su tierra: y señalando á los Guaranis, que estaban presentes, añadieron: venían vestidos como éstos, y con collares (rosarios) como aquéllos al cuello” (Sanchez Labrador 1910 [1770]: 274-275).

now, however, I will leave this as a minor open issue.¹⁸

It is not implausible to suppose that some Guaraní loans were restricted to the speech of specific ‘partialities’ of the Guaná (see Carvalho 2016a for discussion and references), likely reflecting their relatively distinct interethnic contacts and sociolinguistic circumstances (a similar pattern has been observed for certain northern Guaicurú loans; see Carvalho, forthcoming). The noun <*moreví*> ‘tapir’, for instance, is given in Taunay (1868: 131) as typical of the speech variety of the Layanás (also Layanás). This form is not reconstructed to PTG, but is attested in Old Guaraní, modern Paraguayan Guaraní and Chiriguano (see Mello 2000: 196).

The noun *kûre* ‘domestic pig’, though lacking an internal etymology within TG (in the sense that there is no currently accepted PTG etymon from which it derives), can be plausibly related to Guaraní influence in the region as well. One reviewer suggests that this form would ultimately derive from Quechua *kufi*, with the same meaning. I find this proposal implausible for several reasons that I will briefly discuss.

First, the adaptation of the affricate in the presumed source *kufi* ‘pig’ as a rhotic *r* seems to defy justification, either in Guaraní or in Terena, as both languages have (or had, in the case of Terena) affricates (see Carvalho 2017b, c for Terena). In fact, in those Guaraní varieties that were at some point in close contact with Andean cultures, Quechua *kufi*, ultimately from Spanish *coche* ‘pig’, was indeed adopted and, in accordance to the above expectations, the source affricates were retained: thus, Chiriguano has *kufi* ‘pig’ (see Dietrich 2015).¹⁹ A second issue is that, in spite of the claim made above, that Guaraní *kure* is not at the present moment traceable to any PTG etymon, there is indeed evidence suggesting that an internal etymology is after all very likely. Note that the distribution of *kure* ‘pig’ among Tupi-Guaraní languages is not restricted to Guaraní, being attested as well in Ka’apor *kure* ‘domestic pig’ (Kakumasu and Kakumasu 2007:121) and in Guajajara *kurê* ‘pig’ (Boudin 1966: 91). Although these may turn out to be Nheengatú loans (see e.g. the Stradelli (1929: 296) materials for <*curé*> ‘Porco de casa’), a basis for the etymologization of this form exists

18 Alternative scenarios would invoke either a remodeling of *jetapa* ‘scissors’ based on *ju* ‘needle’ (folk etymology?) or even reveal that *jutápa* preserves the inherited vocalism and that an etymological relation with *ju* ‘needle’ exists. This would take us far afield into Tupi-Guaraní historical linguistics and out of the scope of the present paper.

19 Not surprisingly, *kure* is not included in Brown’s (1999) massive overview of ‘lexical acculturation’ in American indigenous languages, being listed instead in the category of ‘native words for foreign referents’ (Brown 1999: 155-156).

in almost every Tupi-Guarani language. In the 17th century *Vocabulario na Lingua Brasilica*, the Old Tupi vocabulary attributed to Leonardo do Vale, the form *kuré* (<*curê*>) is given as a call used by pig keepers (see Navarro 2013: 244). As noted by Brown (1999: 38), it is common for names of domestic animals to originate in sounds or formulaic interjections used as calls, and this is true as well for the European forms such as French *cochon* or Spanish *coche*. Following a suggestion that, to the best of my knowledge, was first advanced by Wolf Dietrich in an online discussion at the *Etnolinguística* forum,²⁰ *kuré* is in turn related to forms such as Guajajara *kurêr* ‘leftovers, scraps’ (Boudin 1966) and Old Guarani <*Curé*> ‘what remains after sieving the flour’ (Montoya 1639: 109), which have cognates throughout the family; the semantics of the equation is based on the fact that the domestic pig is an animal commonly fed with scraps and leftovers (hence: ‘scraps, leftovers’ > ‘call used for pigs’ > ‘pig’). In sum, the source for Terena *kûre* ‘pig’ likely lies in Paraguayan Guarani or Mbyá *kure* ‘pig’ which, in turn, has a plausible internal etymology, even if spelling out in detail its internal history remains a task for the future.²¹

The Old Guarani source for Terena *héwoe* ‘onion’, <*ceboí*> ‘onion’, is in itself a loan from a form close to Spanish *cebolla* or Portuguese *cebola*. Given the maintenance to this day of *lleísmo* (that is, [ʎ] as the realization or value of <*ll*>) in the Spanish varieties of Paraguay and northwestern Argentina, including the province of Misiones (see Aleza Izquierdo 2010: 68-70), it is safe to assume that a putative Spanish source *cebolla* had the palatal lateral ʎ in its final syllable. In Terena, where the lateral *l* exists as an independent phoneme in contrast with the rhotic *r*, Portuguese/Spanish laterals are usually kept as such: *lâta* ‘can’ < *lata*, *alúka-fo* ‘to rent’ < *alugar*, *lâwona* ‘lake, lagoon’ < *laguna* (Sp.). For Guarani, in turn, where *l* is unattested as a (native) contrastive segment, it becomes less straightforward to predict how phonological adaptation would take place. In modern Guarani varieties, where, one could argue, *l* was introduced by the long influx of Spanish loans (Gregores & Suárez 1967: 89), *l* and *ll* are usually retained as such. However, in ‘Jesuit Guarani’, the Spanish palatal lateral ʎ was adapted as *j*, according to the description of Montoya (1640: 6), who notes the Guarani pronunciation <*Cabayu*> for <*Caballo*>. Therefore, the known patterns of adaptation for lateral consonants in both Terena and Old Guarani are entirely in agreement with the hypothesis that the noun for ‘onion’ in Romance languages, most likely Spanish, was first borrowed into Guarani,

20 The interested reader should consult the link: <http://listserv.linguistlist.org/pipermail/etnolinguistica/2008-August/001768.html>

21 Note that the word-final correspondence for Guarani *kure* and forms such as Guajajara *kurêr* is accountable in general terms, given the loss of word-final consonants that characterizes Guarani varieties (see Jensen 1999: 143-144).

where λ was adapted as j , and only latter in Terena.²²

3.1. Stratigraphy of Guarani loans in Terena.

Once a seriation of phonological and morphological developments has been established for a given language, it becomes possible to place (that is, to date in relative terms) the entry of loanwords in a language as part of specific chronological strata. This is only possible, of course, because sound changes are regular and, yet, they eventually come to an end (see Andersen 2003; Janda 2003). If a sound change is operative at a certain time $t1$ in the history of a language, any loanwords entering the language after that period may fail to show the effects of this change, though they will certainly show the effects of changes applying at a later moment $t2$. Two sound changes that took place in the history of Terena are particularly useful for allocating the Guarani loans to a specific stratigraphic layer. An earlier change that marks Terena quite conspicuously as different from its closest relative, Mojeño, consists in the loss of $*r$ in all contexts, except preceding $*i$ (see Carvalho, forthcoming). Some relevant comparative evidence is given in table 2.

Table 2

Comparative evidence for $*r$ loss in Terena, except /_ $*i$

	Terena	Proto-Mojeño
Pet ²³	<i>-pêjo</i>	<i>*-pero</i>
Name ²⁴	<i>ihâe</i>	<i>*iha-re</i>
Fog	<i>jôu</i>	<i>*ijoru</i>
Nose	<i>-kîri</i>	<i>*-siri</i>
Stone	<i>marîpa</i>	<i>*mari</i>
Grandson	<i>-âmoni</i>	<i>*-amori</i>

22 From $*se\beta oja$ ‘onion’, the unattested direct adaptation of Spanish *cebolla* in Old Guarani, loss of the auslaut vowel can be accounted for by a syllabic reanalysis of j (consistent with the word-final accentuation of the outcome <Ceboí> ‘onion’) and the interpretation of $-a$ as the Argumentative marker. Old Guarani is one of the TG languages where PTG $*-a$ was lost after a vowel (see Cabral 2001: 138-140).

23 The optional appearance of a transition palatal glide between e and o is a general feature of Terena phonetics, observed in synchronic fluctuations such as $-weo \sim -wejo$ ‘to grab, catch’.

24 The suffix $*-re$ in Proto-Mojeño is an Absolute marker used with inalienable nouns when these occur without an overt possessor. In Terena, however, this suffix was absorbed into the root

A later change, extensively discussed in Carvalho (2017b, c), mapped the coronal fricatives *s* and *ʃ* of (Early) Terena to the glottal fricative *h*. Uncontroversial Guarani loans in Terena can be shown to have entered the language between the operation of these two changes, as they do not display the effects of the first change, but were subject to the latter just like every other item of the inherited Arawak lexicon of Terena:

(2) *Preliminary stratigraphy of the Guarani stratum in the lexicon of Terena:*

Stage I: operation of *r > Ø

<i>marakaja</i> < <i>marakaja</i>	‘cat’
<i>kûre</i> < <i>kure</i>	‘pig’
<i>kurûhu</i> < <i>kurusu</i>	‘cross’
<i>hévoe</i> < <i>sevoi</i>	‘onion’

Stage II: debuccalization of *s* and *ʃ*

Note that *kamûfi* ‘water jar’ is not an exception: in Old Guarani <*câmbuchi*> (Montoya 1639: 87), <*ch*> stands for an affricate, and affricate realizations of the obstruent often phonemicized as *ʃ* are common in some varieties of Guarani in Paraguay and Argentina (see e.g. Cerno 2011: 46-47). As independent evidence suggests that, after the debuccalization of fricatives (Stage II above), the Terena affricates started to show fricative realizations as well, it follows that the fricative in *kamûfi* ‘water jar’ entered the language as an affricate *tʃ*.

The stratigraphic distribution of Guarani loans can be contrasted with that of Spanish and Portuguese loanwords. Spanish loanwords seem to belong to a similar chronological stratum, since they commonly show the effects of fricative debuccalization: *hânde*a < *sandía* ‘watermelon’, *ahára* < *azada* ‘hoe’, *péhu* ‘silver’ (Ekdahl & Butler 1969) < *peso*, *kéhu* < *queso* ‘cheese’. Aside from forms that could be of either Portuguese or Spanish origin, such as *hapátu* < *sapato/zapato* ‘shoes’ and *hundáru* < *soldado* ‘soldier’, clear Portuguese loans belong either to this same stratum, for after *-re > -e, thus leading to an allomorphic alternation *ihâe* ~ *-îha*, the latter allomorph restricted to possessive constructions.

instance, *léhu* < *lenço* ‘handkerchief’ or, more commonly, to a later stratum that does not show the effects of fricative debuccalization: *síngu* ‘five’ < *cinco* ‘five’; *aşúka* < *açúcar* ‘sugar’; *karişo* < *carijó* ‘Carijó’ (hen sp.) and *kasátu-şo* ‘to marry’ (-şo is a Verbal thematic suffix) < *casado* ‘married’, *mêsa* < *mesa* ‘table’; *pêşou* < *feijão* ‘beans’.

The distribution of these loanword strata in the relative chronology revealed by internal developments - Guarani and Spanish loans preceding the entry of Portuguese loans - is consistent with the known aspects of the external history of Terena speakers,²⁵ who started to migrate from the Chaco, crossing the Paraguay river and entering the territory of Brazil in the late 18th century, a process that came to completion around 1840 (see Carvalho 2016a and references therein). Existing documentary evidence on the language, notably Taunay (1868) and Schmidt (1903), reveal that the debuccalization of fricatives *s* and *ş* took place only around the turn of the 19th and 20th centuries or in the first decades of the latter.

3.2. Terena *júki* ‘salt’ and the value of careful contact etymologies

Jolkesky & Baniwa (2012) and, later, Jolkesky (2016: 391), correctly identify Terena *júki* ‘salt’ as a form that likely goes back to a TG language, comparing it to PTG **jukir* ‘salt’. The equation they offer is, more precisely, one that includes this PTG etymon and the following Arawak forms: Baniwa *jokira*, Yavitero *jukira*, Bahuana *jukira* and Terena *juki-na*. No specific source is offered for Terena *juki-na*, presumably included instead of the form *júki* ‘salt’ because *-na* would make the match with the other Arawak forms more impressive. Nevertheless, the comparison is clearly untenable, and misses some important bits of information.

The Terena suffix *-na* is a Possessive suffix used when an alienable noun occurs in a possessive construction (e.g. \emptyset -*mesá-na* ‘his/her table’; \emptyset - is the realization of a third person possessor/Subject in the language). This suffix *-na* constitutes the sole productive reflex of a more complex system of Possessive markers reconstructed for Proto-Arawak and still attested in many languages of the family (see Payne 1987, 1991 for discussion). Including it in the etymology is not only misleading, as Baniwa, Yavitero and Bahuana word-final [ra] are unanalyzable and have no etymological relation whatsoever to Terena *-na*, but is also detrimental to an understanding of the Arawak-TG language

25 ‘Terena’ here is to be understood in the broad sense of Carvalho (2016a), that is, as referring to the common language shared by members of the different partialities of the people known as ‘Guaná’.

contact.

All Arawak forms presented by Jolkesky (2016) for the meaning ‘salt’ are loans from at least two different reflexes of the PTG etymon **jukir* ‘salt’. Northern Amazonian languages like Baniwa and Yavitero borrowed from a source in Nheengatu (Amazonian Lingua Geral), a language where the reflex of PTG **jukir* is *jukira*, after the absorption of the PTG argumentative case marker **-a* as part of the root (see Cabral 2001: 142; also, Rodrigues 1996). In Terena, however, the TG source for this form was likely a variety of Guarani, all of which have lost every trace of the suffix **-a* (Cabral 2001: 137) and, after losing most or all root-final consonants, show reflexes of PTG **jukir* ‘salt’ that are identical to Paraguayan Guarani *juki* (Guasch 1956: 38; see also Jensen 1999: 143-144; Mello 2000: 168).²⁶ As a consequence, though it is correct to state, if a reconstructed etymon in the donor language’s family is set as the *terminus a quo* of our contact etymology, that Terena *júki* and Yavitero *jukira*, both meaning ‘salt’, can be traced back to PTG **jukir* ‘salt’, it is also the case that ignoring the information on the immediate TG sources for these loanwords misses critical information on the relevant contact situations and opens the possibility for highly problematic formal equations in the proposed etymologies. Without the knowledge that PTG **jukir*, or, more precisely, PTG **jukir-a*, has a reflex *juki* in the TG languages more likely to have been in contact with Terena, there would be no way to derive Terena *júki* from this PTG source in a compelling and general way, producing thus a very weak etymology.

3.3. A Brief Note on Wanderwörter.

A substantial number of the TG loanwords in Arawak languages correctly identified by Jolkesky (2016: 391) arguably result from the spread of Nheengatú, including names for certain domesticated plants and fauna items, including the forms for ‘salt’ discussed in the preceding section (see Rodrigues 1996 for a masterful review of the historical development of the Tupi-Guarani *Línguas Gerais*). A problem raised by many of these forms is that they likely constitute *Wanderwörter*, that is, forms widely diffused in certain regions, whose history includes multiple links in transmission chains and present particular difficulties for historical linguists (see e.g. Haynie *et al.* 2014). In fact, many of these forms reached speakers and languages that never had any kind of direct or face-to-face interaction

²⁶ The following observations are in order: Old Guarani seems to have retained the case marker **-a* as a functioning morpheme, at least with consonant-final roots, and other Guarani varieties have retained reflexes of this morpheme as word-final vowels crystallized in root (e.g. Paraguayan Guarani *óga* ‘house’ < **ok-a*). The precise relation between the two changes - root-final consonant loss and loss of the suffix **-a* - is a matter of controversy (see Cabral 2001 for discussion and references).

with the speakers of the source languages, thus adding uncertainty concerning the contact situations behind their diffusion: thus, Nadahup languages, such as Hup, adopted forms ultimately originating in Nheengatú through the intermediation of the Tukano language (see e.g. Epps 2015: 586). For Terena *júki* ‘salt’, and perhaps other forms of ultimate TG origin noted in 4, the possibility that intermediate transmission chains through other languages may be involved is both an additional difficulty and an intriguing path for further research. The fact that Kadiwéu has a form *jóki* ‘salt’ (Griffiths 2002: 225) and that close cultural interaction between Terena speakers and speakers of Northern Guaicuruan languages (Mbayá and Kadiwéu) has left noticeable traces in the lexicon of Terena (see Carvalho, forthcoming), makes this a plausible hypothesis. In those cases where a given *Wanderwort* has no established etymology tracing its origins to a specific language or group, additional complications arise. As an example, some of the Warazú words that Ramirez & França (2017: 48) deem as Arawak in origin, like *kabe* ‘dog’, are widespread in the whole region of the Upper Madeira and its tributaries and, for this reason, are very difficult to incorporate in detailed and informative contact etymologies. In these cases, the establishment of specific source languages is an even more daunting if not entirely hopeless task.

Conclusions

This paper examined many lexical similarities noticed between southern Arawak and Tupi-Guarani languages that have been advanced in the published literature as evidence for the transmission or replication of Tupi-Guarani lexical items in the Arawak languages in question. By applying, to these comparisons, the same standards of rigor usually applied to internal etymologies, and following certain methodological guidelines designed to establish contact as a plausible explanation for attested similarities, I was able to show that most of these claims can be rejected. As such, the proposed equations of lexical items in Arawak languages with their presumed sources in Tupi-Guarani languages can be deemed as accidental or historically-uninteresting similarities, that is, similarities that point neither to common origin nor, as intended by their proponents, as evidence of contact. Moreover, by showing that the Arawak forms in question have credible internal etymologies I have clarified or further illustrated aspects of the historical development of these languages, as well as raising issues that were so far unacknowledged, such as the unclear status of Terena *-há?i* ‘fruit’ and the inference of past contacts between Terena and Arawak languages of the Campa branch.

For one specific southern Arawak language, Terena, I presented a set of forms that can be reliably traced to a source in one or more Guarani varieties, with Old or ‘Jesuitic’ Guarani having a

fair share of importance in the processes behind the diffusions of these loanwords. In arguing for these contact etymologies, I relied on both purely internal linguistic factors and on non-linguistic factors characterizing the external history of the languages in question. I also succeeded in establishing an overall chronology for the entry of these forms via horizontal transfer in Terena history by relating it to a set of chronologically ordered phonological developments. Further complications were addressed as well, particularly those related to the status of certain items as *Wanderwörter* - thus implying the plausible existence of multiple transmission chains from their etymological sources, when these can be identified at all - and to the fact that Proto-Tupi-Guarani etyma do not constitute plausible or workable sources for including in contact etymologies with Arawak languages. These two factors should not be missed in future investigations of this topic.

REFERENCES

Adam, L. and C. Leclerc. 1880. *Arte de la Lengua de los Indios Baures de Provincia de los Moxos*. Bibliothèque Linguistique Américaine, Tome VII. Paris: Maisonneuve y Cia. Libreros Editores.

Aikhenvald, Alexandra. 2003. *A Grammar of Tariana*. Cambridge: CUP.

Aleza Izquierdo, Milagros. 2010. Fonética y Fonología. In: Milagros Aleza Izquierdo and José Maria Enguita Utrilla (eds.) *La Lengua Española en América: Normas y Usos Actuales*. Universitat de València.

Andersen, Henning. 2003. Introduction. In: Henning Andersen (ed.) *Language Contacts in Prehistory: Studies in Stratigraphy*. Amsterdam: John Benjamins: 1-10.

Bach, J. 1916. Datos sobre los Indios Terenas de Miranda.

Boček, Vít. 2013. Etymology and Language Contact Studies: Some Notes on Mutual Relationships. In: Bohumil Vykypel and Vít Boček (eds.) *Etymology: An Old Discipline in New Contexts*. Studia Etymologica Brunensia 16. Praha: Lakladatastvtí Lidové noviny: 13-21.

Boudin, Max. 1966. *Dicionário de Tupi Moderno: Dialeto Tembê-Tênêtéhar do Alto Rio Gurupi*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.

Brandão, Ana Paula. 2014. A Reference Grammar of Paresi. Doctoral Dissertation, University of

Texas at Austin.

Brown, Cecil H. 1999. *Lexical Acculturation in Native American Languages*. New York, Oxford: OUP.

Cabral, Ana Suelly. 2001. Observações Sobre a História do Morfema *-a* da Família Tupi-Guarani. In: F. Queixalós (ed.) *Des Noms et des Verbes en Tupi-Guarani: État de la Question*. München: LINCOM Europa.

Campbell, Lyle. 2003. Beyond the Comparative Method? In: Barry Blake and Kate Burridge (eds.) *Historical Linguistics 2001*. Amsterdam: John Benjamins: 33-57.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 1976. *Do Índio ao Bugre. O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Carvalho, Fernando O. de. 2016a. Terena, Chané, Guaná and Kinikinau are One and the Same Language: Setting the Record Straight on Southern Arawak Linguistic Diversity. *LIAMES (Línguas Indígenas Americanas)* 16 (1): 39-57.

Carvalho, Fernando O. de. 2016b. Internal and Comparative Reconstruction in Yawalapiti: Palatalization and Rule Telescoping. *International Journal of American Linguistics* 82 (3): 285-316.

Carvalho, Fernando O. de. 2017a. On Terena (Arawakan) *-pâho* ‘mouth’: Etymology and Implications for Internal Classification. *Journal of Language Relationship* 15 (2): 69-86.

Carvalho, Fernando O. de. 2017b. Philological Evidence for Phonemic Affricates and Diachronic Debuccalization in Early Terena (Arawak). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* 12 (1): 157-171.

Carvalho, Fernando O. de. 2017c. Fricative Debuccalization and Primary Split in Terena (Arawak) Historical Phonology. *International Journal of American Linguistics* 83 (3): 509-537.

Carvalho, Fernando O. de. Forthcoming. Arawakan-Guaicuruan Language Contact in the South

American Chaco. *International Journal of American Linguistics* (April/2018 issue).

Carvalho, Fernando O. de and Françoise Rose. Forthcoming. Comparative Reconstruction of Proto-Mojeño and the Diversification of Mojeño Dialects. *LIAMES (Línguas Indígenas Americanas)*.

Corbera Mori, Angel. 2007. Aspectos da Estrutura Nominal em Mehináku (Arawak). *Estudos Linguísticos* 36: 249-257.

Crowhurst, Megan. 2002. Un Intercambio de Vocales Altas en Sirionó (Tupi-Guarani). *LIAMES* 2: 7-28.

Cruz, Aline da. 2011. *Fonologia e Gramática do Nheengatú: A Língua Geral Falada pelos Povos Baré, Warekena e Baniwa*. Utrecht: LOT.

Danielsen, Swintha. 2007. *Baure: An Arawak Language of Bolivia*. Leiden: CNWS.

Danielsen, Swintha. 2011. The Personal Paradigms in Baure and Other Southern Arawakan Languages. *International Journal of American Linguistics* 77 (4): 495-520.

Danielsen, Swintha and Noé Gasparini. 2015. News on the Jorá (Tupi-Guarani): Sociolinguistics, Description and Classification. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Cienc. Hum.* 10 (2): 441-466.

Danielsen, Swintha and Lena Terhart. 2014. Paunaka. In: Pieter Muysken and Milly Crevels (eds.) *Las Lenguas de Bolivia, Vol. 3*. La Paz: Plural Editores: 221-258.

Dietrich, Wolf. 2008. Nuevos Aspectos de la Clasificación del Siriono y del Yuki (Tupi-Guarani). In: Cristina Messineo, Marisa Malvestitti and Roberto Bein (eds.) *Estudios en Lingüística y Antropología: Homenaje Ana Gerzenstein*. Buenos Aires: UBA: 39-48.

Dietrich, Wolf. 2015. Chiriguano Dictionary. In: Mary Ruth Key and Bernard Comrie (eds.) *The Intercontinental Dictionary Series*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (available online at: <http://ids.clld.org/contributions/289>, accessed 2018-01-24).

Dooley, Robert. 1998. *Léxico Guarani, Dialeto Mbyá*. Porto Velho: Sociedade Internacional de

Linguística.

Durkin, Philip. 2009. *The Oxford Guide to Etymology*. Oxford: OUP.

Ekdahl, Elizabeth M. and Nancy Butler. 1979. *Aprenda Terêna*. Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL).

Epps, Patience. 2015. Historical Linguistics and Socio-Cultural Reconstruction. In: Claire Bower and Bethwyn Evans (eds.) *The Routledge Handbook of Historical Linguistics*. New York: Oxford: 579-597.

Facundes, Sidney. 2000. The Language of the Apurinã People of Brazil (Maipure/Arawak). Doctoral Dissertation, SUNY at Buffalo.

Gill, Wayne. 1993. *Diccionario Trinitario-Castellano, Castellano-Trinitario*. Misión Nuevas Tribus.

Grannier Rodrigues, Daniele M. 1990. *Fonologia do Guarani Antigo*. Campinas: Editora da Unicamp.

Greenberg, Joseph. 1957. The Problem of Linguistic Subgroupings. In: Joseph Greenberg. *Essays in Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Gregores, Emma and Jorge Suárez. 1967. *A Description of Colloquial Guarani*. Janua Linguarum. The Hague: Mouton & Co.

Griffiths, Glyn. 2002. *Dicionário da Língua Kadiwéu*. Cuiabá: SIL.

Guasch, Antonio. 1956. *El Idioma Guarani: Gramática y Antología de Prosa y Verso*. Asunción: Casa América.

Hanson, Rebecca. 2010. A Grammar of Yine (Piro). Doctoral Dissertation, La Trobe University.

Harrison, S. P. 2003. On the Limits of the Comparative Method. In: Brian Joseph and Richard Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing: 213-243.

Haynie, Hannah, Claire Bower, Patience Epps, Jane Hill and Patrick McConvell. 2014. Wanderwörter in Languages of the Americas and Australia. *Ampersand* 1: 1-18.

Heitzman, Allene. 1973. Reflexes of Some Proto-Campan Consonants in Modern Campan Languages and Dialects. MA Thesis, University of Kansas.

Jacques, Guillaume. 2012. A Siouan-Algonquian Wanderwort: The Name of the Bear. *Amerindia* 36: 187-193.

Janda, Richard. 2003. Phonologization as the Start of Dephonetization - Or: On Sound Change and its Aftermath. In: Brian Joseph and Richard Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing: 401-422.

Jensen, Cheryl. 1999. Tupi-Guarani. In: R. M. W. Dixon and Alexandra Aikhenvald (eds.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: CUP: 125-164.

Jolkesky, Marcelo and Edilson Baniwa. 2012. Distinguindo Léxico Endógeno e Exógeno nas Línguas Arawak. *International Meeting Americanists 2012*

Jolkesky, Marcelo. 2016. Estudo Arqueo-Ecolinguístico das Terras Tropicais Sul-Americanas. Doctoral Dissertation, Universidade de Brasília (UnB).

Kakumasu, James and Kiyoko Kakumasu. 2007. *Dicionário por Tópicos Kaapor-Português*. Cuiabá: SIL.

Kindberg, Lee. 1980. *Diccionario Ashaninca*. Peru: Instituto Lingüístico de Verano (ILV).

Krisch, Thomas. 2010. Etymology. In: Sylvia Luraghi and Vit Bubenik (eds.) *The Continuum Companion to Historical Linguistics*.

Kroonen, Guus. 2012. Non-Indo-European Root Nouns in Germanic: Evidence in Support of the Agricultural Substrate Hypothesis. *A Linguistic Map of Prehistoric Northern Europe*. Mémoires de la Société Finno-Ougrienne 266. Helsinki: 239-260.

Lawrence, Aimee. 2014. Reconstruction of Proto-Kampa Verbal Morphology. *Proceedings of the 38th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*: 256-271.

Lemle, Miriam. 1971. Internal Classification of the Tupi-Guarani Linguistic Family. In: John Bendor-Samuel (ed.) *Tupi Studies I*. Summer Institute of Linguistics: 107-129.

List, Johann-Mattis, Thomas Mayer, Anselm Terhalle and Matthias Urban. 2014. CLICS Database of Cross-Linguistic Colexifications. Forschungszentrum Deutscher Sprachatlas (Version 1.0, online available at <http://clics.lingpy.org/main.php>).

Mailhammer, Robert. 2013. Towards a Framework of Contact Etymology. In: Robert Mailhammer (ed.) *Lexical and Structural Etymology*. Berlin: Mouton de Gruyter: 9-31.

Mailhammer, Robert. 2015. Etymology. In: Claire Bowerman and Bethwyn Evans (eds.) *The Routledge Handbook of Historical Linguistics*. New York: Routledge: 423-441.

Marbán, Pedro. 1702. *Arte de la Lengua Moxa, com su vocabulário, y cathecismo*. Lima: Imprenta Real de Joseph de Contreras.

Matteson, Esther. 1972. Proto-Arawakan. In: Esther Matteson, Alva Wheeler, Frances Jackson, Nathan Waltz and Diana Christian (eds.) *Comparative Studies in Amerindian Languages*. The Hague: Mouton: 160-242.

Mees, Bernard. 2003. Stratum and Shadow: A Genealogy of Stratigraphy Theories from the Indo-European West. In: Hennig Andersen (ed.) *Language Contacts in Prehistory: Studies in Stratigraphy*. Amsterdam: John Benjamins: 11-44.

Meira, Sérgio and Sebastian Drude. 2013. Sobre a Origem Histórica dos “Prefixos Relacionais” das Línguas Tupi-Guarani. *Cadernos de Etnolingüística* 5 (1).

Meliá, Bartolomeu. 2003. *La Lengua Guarani en el Paraguay Colonial*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch.

Mello, Antônio A. 2000. Estudo Histórico da Família Lingüística Tupi-Guarani. Doctoral

Dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina.

Métraux, Alfred. 1948. The Guarani. In: Julian H. Steward (ed.) *Handbook of South American Indians. Vol. 3, The Tropical Forest Tribes*. Smithsonian Institution. Washington: US Government Printing Office: 69-94.

Michael, Lev. 2006. La Incorporación Verbal y los Clasificadores Nominales en el Idioma Nanti. *Proceedings of the Second Conference on the Indigenous Languages of Latin America (CILLA)*. (available online: http://wwwailla.lib.utexas.edu/site/cilla2/Michael_CILLA2_nanti.pdf).

Michael, Lev and Zachary O'Hagan. 2016. A Linguistic Analysis of Old Omagua Ecclesiastical Texts. *Cadernos de Etnolingüística, Série Monografias 4*.

Mihas, Elena. 2015. *A Grammar of Alto Perené (Arawak)*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Montoya, Antonio Ruiz de. 1639. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Madrid.

Montoya, Antonio Ruiz de. 1640. *Arte de la Lengua Guarani*. Madrid.

Navarro, Eduardo de Almeida. 2013. *Dicionário de Tupi Antigo, A Língua Indígena Clássica do Brasil*. São Paulo: Editora Global.

Nordenskiöld, Erland. 1922. *Deductions Suggested by the Geographic Distribution of Some Post-Columbian Words Used by the Indians of South America*. Göteborg: Elanders Boktryckeri Aktiebolag.

O'Hagan, Zachary. 2011. Proto-Omagua-Kokama: Grammatical Sketch and Prehistory. BA Thesis, UC Berkeley.

Olza Zubiri, Jesús, Conchita Nuni de Chapi and Juan Tube. 2002. *Gramática Moja Ignaciana (Morfosintaxis)*. San Cristobal: Universidad Católica del Táchira.

Ott, Willis and Rebecca Ott. 1983. *Diccionario Ignaciano y Castellano con Apuntes Gramaticales*. Cochabamba: Instituto Lingüístico de Verano (ILV).

Parker, Stephen G. 1995. *Datos de la Lengua Iñapari*. Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano (ILV).

Payne, David. 1987. Some Morphological Elements of Maipuran Arawakan. *Languages Sciences* 9: 57-75.

_____. 1991. A Classification of Maipuran (Arawakan) Languages Based on Shared Lexical Retentions. In: Desmond Derbyshire and G. K. Pullum (eds.) *Handbook of Amazonian Languages, Vol. III*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Postigo, Adriana. 2014. *Língua Wauja (Arawak): Uma Descrição Fonológica e Morfossintática*. Doctoral Dissertation, UNESP.

Ramirez, Henri. 2001. *Línguas Arawak da Amazônia Setentrional: Comparação e Descrição*. Manaus: EDUA.

Rodrigues, Aryon. 1996. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *PAPIA* 4 (2): 6-18.

Rose, Françoise. 2014. Negation and Irrealis in Mojeño Trinitario. In: Lev Michael and Tania Granadillo (eds.) *Negation in Arawak Languages*. Leiden, Boston: BRILL: 216-240.

Rose, Françoise. 2015. Innovative Complexity in the Pronominal Paradigm of Mojeño: A Result of Contact?

Ross, Malcolm. 2007. Calquing and Metatypy. *Journal of Language Contact* 1 (1): 116-143.

Rowan, Orlando. 2008. *Dicionário Paresi-Português*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística.

Sanchez Labrador, José. 1910. *El Paraguay Católico. Tomo II*. Buenos Aires: Imprenta Hermanos.

Seki, Lucy. 1999. The Upper Xingu as an Incipient Linguistic Area. In: R. M. W. Dixon and Alexandra Aikhenvald (eds.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: CUP: 417-430.

_____. 2011. Alto Xingu: Uma Área Linguística? In: Bruna Franchetto (ed.) *Alto Xingu: Uma*

Sociedade Multilíngue. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI: 57-85.

Schleicher, Charles O. 1998. Comparative and Internal Reconstruction of Proto-Tupi-Guarani. Doctoral Dissertation, University of Wisconsin-Madison.

Schmidt, Max. 1903. Guaná. *Zeitschrift für Ethnologie* 35 (4): 560-604.

Shaver, Harold. 1996. *Diccionario Nomatsiguenga-Castellano*. Peru: Instituto Lingüístico de Verano (ILV).

Stradelli, Ermano. 1929. Vocabularios da Lingua Geral Portuguez-Nheêgatú e Nheegatú-Portuguez. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tome 104, Volume 158: 9-768.

Suárez, Jorge. 1985. Loan Etymologies in Historical Method. *International Journal of American Linguistics* 51 (4): 574-576.

Taunay, Alfredo. 1868. *Scenas de Viagem: Exploração entre os Rios Taquary e Aquidauana no Districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana.

Thomason, Sarah G. 2001. *Language Contact: An Introduction*. Edinburgh: EUP.

_____. 2009. How to Establish Substratum Interference. In: Yasuhiko Nagano (ed.) *Issues in Tibeto-Burman Historical Linguistics*. Senri Ethnological Studies 75. Osaka: National Museum of Ethnology: 319-328.

_____. 2010. Contact Explanations in Linguistics. In: Raymond Hickey (ed.) *The Handbook of Language Contact*. Wiley-Blackwell: 31-47.

Trask, Robert. 2000. *The Dictionary of Historical and Comparative Linguistics*. London: Taylor & Francis.

Viegas Barros, José Pedro. 2013. *Proto-Guaicurú*. München: LINCOM Europa.

Watkins, Calvert. 1990. Etymologies, Equations and Comparanda: Types and Values, and Criteria for Judgment. In: Philip Baldi (ed.) *Linguistic Change and Reconstruction Methodology*. Berlin:

Mouton de Gruyter: 289-303.

WLP (Wapishana Language Project). 2000. *Scholar's Dictionary and Grammar of the Wapishana Language*. Lethem, Guyana: Wapishana Language Project.

‘NORUEGA’, *NDO RO HWÊKÊ*, PEIDO NA CARA¹

*Rafael Bezerra Nonato*²

ABSTRACT

This paper describes the main strategies used in Kĩsêdjê to name new objects and concepts: humorous phonetic matching, phono-semantic matching, calque creation and meaning extension. Though nowadays most Kĩsêdjê are fluent in Portuguese, simple loanword adaptation, though used, is rare. The main strategies are based on phonetic matching, that is, on finding a Kĩsêdjê word or phrase that approximates the source Portuguese word. The matches that are most well-accepted among speakers are those that have humorous undertones. Those that approximate the semantics of the source word also tend to be successful. Before the Kĩsêdjê were fluent in Portuguese, meaning extension was very important, and this process is also described in this paper.

Keywords: neologism; phonetic matching; phono-semantic matching; humor, Kĩsêdjê.

RESUMO

Este artigo descreve as principais estratégias usadas em Kĩsêdjê para nomear novos objetos

1 Gostaria de agradecer as sugestões enviadas por três avaliadores anônimos e aos Kĩsêdjê, que, com seu bom humor e paciência, me ensinaram o que sei sobre sua língua

2 Pesquisador associado ao Museu do Índio do Rio de Janeiro. Email: rafaeln@gmail.com

e conceitos: pareamento fonológico chistoso, pareamento fonossemântico, criação de calques e extensão de significado. Embora atualmente a maioria dos Kĩsêdjê seja fluente em português, a simples adaptação de empréstimos, embora praticada, é rara. As estratégias principais são baseadas no pareamento fonológico, isto é, em encontrar uma palavra ou sintagma em Kĩsêdjê que se aproxime da palavra portuguesa original. As aproximações mais bem aceitas entre os falantes são aquelas que têm uma matiz chistosa. Aquelas cuja semântica se aproxima à da palavra original também tendem a ter sucesso. Antes de os Kĩsêdjê serem fluentes em português, a extensão de significado foi muito importante, e também é descrita neste artigo.

Palavras-chave: neologismo; pareamento fonológico; pareamento fonossemântico; chiste; Kĩsêdjê.

Introdução

À medida que conhecem novos entes, os Kĩsêdjê (Jê do Norte, Terra Indígena Wawi, MT, anteriormente conhecidos como Suyá) precisam encontrar *uma forma* de se referir a eles. Entre esses entes incluem-se, por exemplo, a canoa, o ferro, os gravadores, o combustível, os motores, os carros, tratores e caminhões, o papel, o dinheiro e os projetos, a vitória de um time sobre outro em uma partida de futebol, a aposentadoria rural, a votação em políticos locais e federais, os países, os chinelos de borracha tipo *crocs*, os noruegueses, a escrita etc. As principais estratégias usadas são pareamento fonológico chistoso, pareamento fonossemântico, criação de calques e extensão de significado. Embora mais raros, também ocorrem alguns empréstimos diretos.

Os dados usados neste artigo foram coletados em viagem de campo promovidas pelo Projeto de Documentação da Língua Kĩsêdjê (PRODOCLIN Kĩsêdjê, Museu do Índio, FUNAI), nos anos de 2008 até 2015, a partir da observação da fala natural e posterior esclarecimento junto a falantes nativos. Mais informações sobre a gramática do Kĩsêdjê podem ser obtidas em Santos (1997) e Nonato (2014). Os falantes do Kĩsêdjê são em torno de 400 e vivem em sua maioria na Terra Indígena Wawi, território contíguo à Terra Indígena Parque do Xingu. Veja o mapa ao lado, extraído de Nonato (2017, p. 357).



As diversas estratégias linguísticas com que nos deparamos ao estudar essas maneiras de neonominar apontam para momentos específicos situados ao longo da história recente de contatos dos Kĩsêdjê com outros povos, sobretudo com os povos alto-xinguanos (khupê wê amtô ‘estrangeiros-ratos’, cujas casas têm portinhas chistosamente assemelhadas a tocas de rato) e com os não-índios (khupê khá txi ‘estrangeiros da roupa abundante’). A natureza diversificada dessas estratégias ao longo do tempo e ao ser aplicadas a diferentes domínios pela iniciativa de diferentes famílias tece uma sistemática dinâmica e que remete à nomeação dos pontos do território Kĩsêdjê (Coelho de Souza 2009). Em ambos os casos, a nomeação não é definitiva nem biunívoca, na medida em que está ligada a circunstâncias e nomeadores específicos (indivíduos ou famílias).

A nomeação dos novos entes se diferencia, entretanto, da nomeação dos pontos territoriais na medida em que a nomeação de novos entes se caracteriza pelo papel do chiste e pela estratégia do pareamento fonológico, enquanto que a nomeação de pontos do território Kĩsêdjê geralmente remete a um evento passado naquele lugar ou um recurso extraído dali. As estratégias do pareamento fonológico e fonossemântico não fazem parte da tipologia clássica de empréstimos lexicais de Haugen (1950), tendo sido sua importância apontada por Zuckerman (2003). A contribuição original do presente artigo está em indicar o papel que o chiste pode ter na fixação de pareamentos fonológicos e fonossemântico.

O pareamento fonossemântico é uma expressão que exiba ao mesmo tempo correspondência sonora e semântica com o termo original. Esse processo é muito usado na formação dos neologismos em Chinês:

- (1) <威而钢> wēiérngāng ≈ /vaj'ægrə/ <viagra>
威而 钢
Poderoso Duro
'viagra' (lit. duro e poderoso) (Mandarim de Taiwan, Zuckerman 2003, p. 59)

Um exemplo de pareamento fonológico chistoso é a expressão que dá título a este artigo. Foi cunhada quando os Kĩsêdjê recebem de um representante da *Rain Forest Foundation Norway*, e se lhes explicou que o estrangeiro vinha de um país chamado *Noruega*.³

3 As abreviações de glosagem usadas neste documento são: & = conjunção coordenativa, 1 = primeira pessoa, 2 = segunda pessoa, 3 = terceira pessoa, aug = aumentativo, cop = cópula, det = determinante, dim = diminutivo, incl = inclusivo, nfut = não-futuro, nmlz = nominalizador, nom = nominativo, part = partitivo, pl = plural, poss = possessivo, sd = sujeitos diferentes, si = sujeitos idênticos.

- (2) /nɔru'ɛgø/ ≈ /ndɔrɔ'hweɣe/
 Ø-ndo ro Ø-hwê-kê
 3-cara em 3-peidar-NMLZ
 'peido/peidar na cara'

O peido na cara tem muita graça para os Kĩsêdjê porque tem um papel central em uma narrativa engraçada que todos eles conhecem, chamada *wapãmjê thõ ndo ro suhwangêt hwêk to khusê ra* 'aquela em que a sogra ficava peidando na cara do nosso antepassado'.

- (3) wa-pãm-jê thõ Ndo ro suhwangêt hwê-k to khusê-Ø ra
 1.INCL-pai-PL PART Cara em sogra peidar-NMLZ com ficar.PL-NMLZ DET
 'aquela em que a sogra ficava peidando na cara do nosso antepassado'

É uma história em que a sogra todas as noites esperava o genro dormir e vinha peidar na sua cara:

- (4) Ø "txii" ne=n Ø-ndo ro Ihwê =nhy Ø "hâââ" ne=n
 3.NOM "pfff" fazer=&.SI 3-cara em peidar =&.SD 3.NOM "argh" fazer=&.SI
 'Ela peidou na cara dele, "pfff", e ele gemeu, "argh" e ...

Ele começa a emagrecer e adoecer. Com a ajuda de um amigo, que fica de vigília enquanto ele dorme, descobrem o que estava acontecendo e na noite seguinte ele fica fingindo que está dormindo, verifica que de fato ela estava fazendo como o amigo tinha dito, então espera a sogra pegar no sono e a mata empalada. Contando assim parece trágica, mas para os Kĩsêdjê é uma história muito engraçada.

Eu não estava com os Kĩsêdjê no momento da nomeação do estrangeiro norueguês, mas ouvi dizer que ele muito se orgulhou do seu nome indígena, e talvez nunca tenha sabido o que queria dizer.

1. Outros pareamentos fonológicos chistosos

Os Kĩsêdjê são conhecidos por falarem quase exclusivamente na sua língua, sem misturar português. Em um documentário indígena cujo título infelizmente não consigo recuperar, um homem Ikpeng fazia um comentário a esse respeito em uma reunião com outros Ikpeng. Esse hábito dos Kĩsêdjê lhes possibilita conversar na frente de estrangeiros sem dar-lhes pista alguma sobre o assunto de que estão tratando. No documentário, o homem comentava justamente que dado o fato de os Ikpeng emprestarem palavras do português diretamente, com pouca ou nenhuma adaptação fonológica, qualquer estrangeiro que esteja presente pode através dessas palavras entender o assunto de que estão tratando.

Já apresentei um exemplo de pareamento fonológico chistoso na introdução deste artigo, e veremos mais alguns nas três subseções seguintes. A primeira tratará dos nomes dados às cidades no entorno do território dos Kĩsêdjê, a segunda da nomeação de conceitos pertinentes à burocracia estatal e o terceiro inclui mais alguns exemplos que não se deixaram classificar.

1.1 Nomes de cidade

Talvez porque gostam de poder falar sem ser entendidos por estrangeiros, os Kĩsêdjê estão sempre buscando, coletivamente, maneiras adequadas de nomear na língua. As cidades do entorno, por exemplo, todas têm nome na língua. Vários desses nomes são pareamentos fonológicos, de maior ou menor chistosidade, em que se percebe às vezes um humor *nonsense*. A graça está em cunhar uma expressão gramatical e com referencial bem definido que soe parecido com o nome da cidade em português. O chiste é causado pela desconexão entre o significado literal das expressões e o uso idiomático que vem a receber.

- (5) /kaska'kerɐ/ ≈ /khɾatkhɜ'dʒɛɾɛ/
 Ø-khrat Khá Jêrê
 3-começo Cobertura pendurar.NMLZ
 'Ribeirão Cascalheira' (lit. pendurar a bermuda)

- (6) /kɛ'rɛsiɐ/ ≈ /khɾɛɾẽ'tʃi/
 khɾɛɾɛtxi
pássaro.sp
 'Querência' (lit. nome de um pássaro)

- (7) /kana'rɛnɐ/ ≈ /khahɾɔ'khɾɔ/
 khahrã Khrã
 tracajá Cabeça
 'Canarana' (lit. cabeça de tracajá)

Os nomes de lugar podem ser múltiplos. *Canarana* tem um outro nome, *khahrã ndo* 'olho de tracajá'. Pessoas diferentes deram esses nomes, mas ambos são compreendidos e usados por diferentes grupos de Kĩsêdjê em diferentes contextos. A coexistência de múltiplos nomes para um mesmo referente é corriqueira. Coelho de Souza (2009) menciona um local que era tradicionalmente conhecido como *Rop hwĩkhá kapaj tá* 'lugar onde se tirou a canoa da onça' (8), em referência a um evento que aconteceu lá fazia muito tempo, mas que atualmente foi renomeado como *Ngrwatxikhô* 'lugar onde tem buritis altos'. Ambos nomes são usados simultaneamente.

- (8) rop hwĩkhá kapa-j tá
 onça canoa tirar-NML lugar
 ‘Lugar de onde se tirou a canoa da onça’

1.2 Burocracia estatal

Nas suas reuniões comunitárias, os Kĩsêdjê vêm frequentemente se deparando com termos em português que correspondem a papéis e conceitos novos. Para alguns desses, eles criaram pareamentos fonológicos chistosos do tipo *nonsense*:

- (9) /awtori'za/ ≈ /atu,ɾikhɾat'khɜ/
 Aturi khrat Khá
 Aturi começo cobertura
 ‘autorizar’ (lit. bermuda de Aturi)
- (10) /sup'lɛtʃi/ ≈ /su'khɛnẽ/
 sukẽne
 homoplata
 ‘suplente’
- (11) /ʒuf,tʃifi'ka/ ≈ /dʒun,tʃihwĩ'khɜ/
 juntxi Hwĩkhá
 beija-flor veículo
 ‘justificar (voto)’ (lit. veículo do beija flor)
- (12) /kõ'seʎo/ ≈ /kõn'sere/
 kõn Sêrê
 joelho queimar.NML
 ‘conselho’ (lit. joelho queimado)

1.3 Outros conceitos novos

O futebol, esporte mais importante entre os povos indígenas brasileiros, também vem carregado de conceitos novos, alguns dos quais foram adaptados na forma de pareamentos fonológicos com humor *nonsense*:

- (13) /toh'se/ ≈ /tho'se/
 Corinthians Mã tho sê
 Corinthians Para 3.com amarrar
 ‘Ele(a) torce para o Corinthians’ (lit. Ele amarra com alguma para o Corinthians)

- (14) /prəhəga'səw/ ≈ /mbɾəkʰɛgasõnõ/
 mbro khre Kasõno
 brasa miolo Mingau
 'prorrogação' (lit. mingau de miolo de brasa)

Uma palavra muito importante no domínio do futebol constitui um dos poucos empréstimos que sofreram apenas adaptação fonológica, não correspondendo a nenhum significado literal na língua:

- (15) Corinthians =ta Tho kxanhongõ
 Corinthians =NOM 3.em Ganhar
 'O Corinthians ganhou.'

Pode parecer que a adaptação do verbo 'ganhar' não é necessária dada a preexistência de provas competitivas como a corrida de toras. Na corrida de toras, entretanto, o verbo usado não tem um significado abstrato, mas sim espacial:

- (16) Ø aj tho s-akre-n Ndo ta
 3.nom pl 3.em 3-passar-nml Em estar
 'Eles estavam ganhando delas' (lit. Eles estavam passando delas)

No futebol, a vitória é um conceito mais abstrato. O time que ganhou podia estar perdendo no final. Tudo depende da contagem dos pontos. Essa adaptação do verbo 'ganhar', *kxanhongõ*, também é o verbo que estava sendo usado nas conversas sobre eleições de representantes.

Outro domínio em que a abstração de um conceito pré-existente mereceu um novo item lexical foi a *venda*. Embora a troca de itens preexista ao hábito de os trocar por dinheiro, este último tipo de troca é específico e importante o suficiente. Recebeu um pareamento fonológico com humor *nonsense*.

- (17) /vẽ'de/ ≈ /hwĩ'te/
 tá Ro hwĩ Tê
 algo com árvore amarrar
 'Ele(a) vendeu algo' (lit. amarrar a árvore com algo)

E uma das mercadorias que mais interessa comprar com o dinheiro obtido através de vendas também recebeu um nome por pareamento fonológico:

- (18) /'tableʃi/ ≈ /sambɾek'tʃi/
 Sambrêktxi
 peixe.sp
 'tablet' (lit. esp. de peixe')

2. Pareamento fonossemântico

Os neologismos que apresentei acima ‘pegaram’ em parte pela sua semelhança com o termo equivalente em português e em parte por conta do seu caráter chistoso, que muitas vezes advém do fato de a expressão ter um significado *nonsense* em Kîsêdjê. O chiste é causado pela desconexão entre o significado literal das expressões e o uso idiomático que vem a receber. Não conheço descrições anteriores deste tipo de processo.

Um tipo de processo aparentado com o que vimos acima, e mais comumente descritos nas línguas do mundo, é o pareamento fonossemântico. Nesse tipo de processo, o sentido da expressão é importante, mas não a sua chistosidade. Consiste em buscar uma expressão que exiba ao mesmo tempo uma correspondência sonora e uma correspondência semântica com o termo original. Esse processo é muito usado na formação dos neologismos em Chinês (Zuckerman 2003):

(19) < 威而钢 > wēiérngāng ≈ /vaj'ægrə/ <viagra>

威 而 钢

poderoso & duro

‘viagra’ (lit. duro e poderoso)

(Mandarim de Taiwan, Zuckerman 2003, p. 59)

(20) < 万维网 > wànwéiwǎng ≈ www

万 维 网

miríades dimensão Rede

‘www’ (lit. rede de dimensões miríades)

(Mandarim de Taiwan, Zuckerman 2003, p. 138)

(21) < 声纳 > shēngnà ≈ /'sɔnɑ/ <sonar>

声 纳

som receber

‘Sonar’ (lit. receptor de som)

(Chinês Padrão Moderno, Zuckerman 2003, p. 57)

(22) < 黑客 > hēikè ≈ <'hækə> <hacker>

黑 客

sinistro visitante

‘Hacker’ (lit. visitante sinistro)

(Chinês Padrão Moderno, Zuckerman 2003, p. 137)

Encontrei alguns neologismos em Kĩsêdjê que buscam um pareamento semântico além do pareamento fonológico. Muitas dessas expressões também se caracterizam pelo chiste, como o neologismo para ‘aposentado’:

- (23) /apuzê'tadɔ/ ≈ /apute'ntoro/
 Apu tê ntô-rô
 A. rede pendurar-NML
 ‘aposentado’ (lit. ‘alguém que pendurou a rede de Apu)

Essa expressão já se encontra tão fixa que flexiona regularmente:

- (24) Hẽn wa Arâ i-tê Ntô
 NFUT 1.NOM Já 1-rede pendurar
 ‘Eu já me aposentei.’ (lit. Eu já pendurei minha rede)

A aposentadoria é um direito civil que os Kĩsêdjê adquiriram ao decidir se integrar com a burocracia estatal. Outro direito, bastante em pauta durante a última eleição, é o de escolher seus representantes. A expressão com que eles denominam o ato de votar consegue um grau de semelhança conceitual, mas também engraçado, como se o ato de votar consistisse em apontar uma flecha para o candidato escolhido:

- (25) /vɔ'ta/ ≈ /hɔ'twa/
 Mẽ =ra hwêtri Marina mã ho twa
 pessoal =NOM todos M. para bambu dente.NML
 ‘O pessoal votou todos em Marina’ (lit. ponta de flexa para Marina)

Entre os vários grupos étnicos com que os Kĩsêdjê entraram em contato na sua história recente, destacam-se, pela sua presença massiva nas fazendas e cidades no entorno, os gaúchos, denominados na língua por uma expressão ao mesmo tempo descritivamente precisa e chistosa:

- (26) /ga'ufɔ/ ≈ /kahot'thu/
 kahot Thu
 cheio Inchado
 ‘gaúcho’ (lit. [barriga] cheia e inchada)

No *corpus* de Kĩsêdjê coletado por Coelho de Souza (2009), a maioria das denominações geográficas faz referência a um recurso animal ou vegetal abundante ou que seja costume extrair em um local. O lugar onde Orlando e Cláudio Villas-Boas encontraram os Kĩsêdjê pela primeira vez, por exemplo, é atualmente chamado de *Ngrwatxi khô* ‘Buritizal’.

A expressão comumente usada para referir-se a Brasília segue esse modelo, além de soar como o nome da cidade em português. Note que, ao contrário do que eu achava antes de perguntar, não havia uma plantação de melancias em Brasília antes da chegada dos não-índios à região. A graça é

justamente parecer um nome de lugar dado segundo os recursos que lá havia, mas que todo mundo sabe que não é o caso:

- (27) /bra'zilja/ ≈ /wara'sikhɾo/
warasi khrô⁴
melancia coletivo
'Brasília' (lit. melancial)

Os Kĩsêdjê são de fato tão receptivos à incorporação de novos termos ao vocabulário da sua língua que eu consegui com algum sucesso propor um nome para outra capital brasileira, tentando seguir o modelo de nomes geográficos que são nomeados com relação a um 'dono', como o *Khumdu ho nho ngô* 'Água/rio da arraia' ou *Hore nho ngô* 'Água/rio da taquara':

- (28) Janaru nho Ngô
J. POSS Água
'Rio de Janeiro' (lit. Rio de Janaru)

No caso, Janaru é um homem Kĩsêdjê muito querido e engraçado, e todos riam quando eu contava no meu Kĩsêdjê quebrado o que tinha feito naquele rio cujo dono era Janaru.

4. Extensão de significado

Os processos de nomeação apresentados nas sessões anteriores requerem fluência em português e, portanto, não começaram a ser empregados até muito recentemente. Os Kĩsêdjê entraram em contato permanente com falantes de português apenas na segunda metade de século XX e depois disso ainda tomou muitos anos antes que a comunidade se tornasse verdadeiramente bilíngue.

Antes disso, no seu contato com outros povos indígenas, o processo mais comum para a formação de novos itens lexicais era a extensão do significado de palavras preexistentes, que passavam então a denotar novos referentes e conceitos, em adição ao seu significado original mais restrito. Quando o contexto propicia ambiguidade, compostos formados a partir dessas palavras são empregados.

Um primeiro item que teve seu campo semântico bastante estendido foi a palavra *khupê*. Nas narrativas tradicionais, esse termo é usado para referir-se a estrangeiros e monstros:

- (29) khupê hwa Ry
 estrangeiro braço comprido
 'Monstro do braço comprido'

4 Note que Khrô, formante de Warasi khrô, é o coletivo de plantas que crescem juntas e khô, formante de Ngrwatxi khô, é o coletivo de plantas que crescem separadas (Coelho de Souza 2009).

- (30) khupẽ hwĩ-re
 estrangeiro pequeno-DIM
 ‘Anõezinhos’

Ao chegar à bacia do rio Xingu, talvez no século XIX (segundo Coelho de Souza 2009), os Kĩsêdjê entraram em contatos (pacíficos ou não) com diversos povos novos, que eles também nomearam com expressões que tinham por núcleo a palavra *khupẽ*:

- (31) khupẽ wê amtô
 estrangeiro COP Rato
 ‘alto-xinguanos’ (lit. estrangeiro-rato)

- (32) khupẽ Wyti
 estrangeiro Único
 ‘Kawaiweté/Kayabi’ (lit. estrangeiro solitário)

Mais tarde, ao conhecer os brancos, também usaram o núcleo *khupẽ* na sua denominação:

- (33) khupẽ khá txi
 estrangeiro roupa muito
 ‘não-índio’ (lit. estrangeiro da roupa abundante)

Atualmente, o termo *khupẽ* foi generalizado enquanto denominação dos povos indígenas, em oposição aos não-índios. A expressão em (34) é usada quando os Kĩsêdjê estão falando de ações que tomariam juntos com outros índios. Nesse uso, o sentido original da palavra está completamente ausente.

- (34) wa-wê khupẽ
 1.INCL-COP estrangeiro
 ‘nós índios’ (lit. nós estrangeiros)

Na subseção 4.1 discutiremos alguns exemplos de extensão de significado de palavras no contexto do contato com novas tecnologias e na subseção 4.2 alguns exemplos de extensão de significado de palavras no contexto do contato com novos costumes.

4.1 Tecnologia

Foi com os alto-xinguanos que os Kĩsêdjê adquiriram as tecnologias da rede de dormir e da roupa, e a história da aquisição dessas tecnologias ficou registrada nos seus nomes:

(35) khupẽ khá
 estrangeiro cobertura
 ‘roupa’ (lit. cobertura do estrangeiro)

(36) khupẽ tê → kwêê
 khupẽ Tê
 estrangeiro Nó
 ‘rede’ (lit. nó do estrangeiro)

As expressões em (37) e (38) só são usadas quando o dono da roupa e/ou da rede não está em questão. O possuidor substitui a palavra *khupẽ* nessas expressões:

(37) a-khá
 2-cobertura
 ‘tua roupa’ (lit. tua cobertura)

(38) a-tê
 2-nó
 ‘tua rede’ (lit. teu nó)

Apenas o contexto permite distinguir entre o sentido literal e o sentido neologístico de (37) e (38). A ambiguidade me parece tanto mais desconcertante na medida em que *khá* ‘cobertura’ também significa *pele* (ou, no caso de plantas e animais, *couro* e *casca*). Quando chamei a atenção do meu consultor para o meu desconcerto, ele não pareceu achar a ambiguidade nada de mais, e quando lhe propus a situação hipotética em que eu lhe falasse por telefone (e portanto não pudesse usar os recursos desambiguadores de apontar para a minha própria pele ou roupa), ele me sugeriu que seria possível usar orações relativas para desambiguar. Não tomei nota da exata formulação que ele me propôs, mas era algo como:

(39) i-nhi Khá
 1-carne Cobertura
 ‘Minha pele’ (lit. cobertura da minha carne)

(40) i-khá jatá-rá txi ra
 1-cobertura colocar-NML AUG DET
 ‘Minha roupa’ (lit. cobertura que eu coloquei)

4.1.1 Máquinas de deslocamento

O nome genérico *khá* também é usado no neologismo cunhado para referir-se à tecnologia da canoa, que os Kĩsêdjê aprenderam a usar e construir com os alto-xinguanos:

- (41) *hwĩ khá*
árvore cobertura
'canoa' (lit. casca de árvore)

O sentido da expressão *hwĩ khá* viria a ser esticado aos seus limites, podendo ser usado para referir-se não apenas às canoas tradicionais feitas de casca de árvore, mas a qualquer tipo de embarcação. Finalmente, o termo adquiriu o sentido mais amplo de 'veículo', usado sem qualificações sempre que o contexto permite entender a sua referência, e podendo ser especificado na forma de expressões fixas no léxico:

- (42) *mbajsy hwĩkhá*
caranguejo veículo
'bicicleta' (lit. veículo do caranguejo)

- (43) *khyj wê hwĩkhá*
alto de veículo
'avião' (lit. veículo de cima)

- (44) *ngô khôt hwĩkhá*
água ao.longo veículo
'canoa' (lit. veículo da água)

- (45) *hwykha khôt hwĩkhá*
terra ao.longo veículo
'carro' (lit. veículo da terra)

4.1.2 Metal

Outro item altamente produtivo na formação de neologismos tecnológicos é a palavra *khryt/khryry*² 'metal' talvez relacionada à raiz *khry* 'estar.frio'. A relação parece óbvia, mas o sufixo *-t* por meio do qual a primeira palavra derivaria da segunda, apesar de ser um sufixo de nominalização usado para certas raízes, não é o sufixo de nominalização específico que se aplica à raiz *khry* 'frio' na sincronia da língua (que, no caso, seria o morfema nulo). Essa realidade, entretanto, é compatível com

⁵ A forma *khryt* é usada em posição medial e a forma *khryry* em posição final de enunciado.

a hipótese de que se trata de uma derivação histórica, fazendo uso de uma morfologia não produtiva na sincronia da língua. Hoje em dia, a palavra *khryt* foi generalizada para referir-se a qualquer máquina.

- (46) *khryt twa*
metal dente
'anzol' (lit. dente de metal)
- (47) *khryt to kuhu tá*
metal com enrolar.NML coisa
'arame' (lit. coisa enrolada de metal)
- (48) *khryt txi*
metal AUG
'facão' (lit. metal grande)
- (49) *khryt tê*
metal nó
'anzol' (lit. nó/linha do metal)
- (50) *khryt sã*
metal DIM
'faca' (lit. metal pequeno)
- (51) *ndo hwê khryry*
olho COP metal
'óculos' (lit. olhos que são metal)
- (52) *khryt ho*
metal plano
'machado' (lit. metal plano)
- (53) *khryt rã*
metal lançar.PL
'pescar com anzol' (lit. ficar lançando metal)
- (54) *khryt kapêrê*
metal falar.NMLZ
'rádio para comunicação' (lit. metal que fala)

4.2 Novas terras, novos costumes

4.2.1 Inovações femininas

Em Kĩsêdjê se chama *ngá* à ‘casa dos homens’, um casebre coberto mas sem paredes que serve aos homens como espaço ritual e de socialização. *Recentemente foi construída para as mulheres uma réplica da casa dos homens, ao lado desta, que lhes serve de forma parecida como o ngá serve aos homens. Quando os Kĩsêdjê falam em português, se referem a esse novo espaço como ‘casa das mulheres’.* Quando, entretanto, conversando sobre a casa das mulheres em Kĩsêdjê, fiz referência a ela como *mendijê nho ngá* (literalmente, *ngá* das mulheres), houve protestos e logo sugestões hesitantes sobre como se chamava aquele espaço na língua. Uma das sugestões foi *mendijê táhwên tá* ‘local de trabalho das mulheres’.

(55) # Mendijê nho ngá
Mulheres POSS NGÁ
‘Casa das mulheres’

(56) Mendijê táhwê-n tá
Mulheres trabalhar-nml lugar
‘Lugar de trabalho das mulheres’

Conclusão: por mais que os Kĩsêdjê sejam inventivos na criação de novos termos para nomear novos objetos, eles não estão por isso menos sensíveis às relações entre os termos usados na nomeação e às implicações que o seu uso acarreta.

4.2.2 Questões fundiárias

A palavra *Hwyka*, que originalmente designava apenas o solo, como em *hwyka tyktxi* ‘terra preta’ ou *hwyka kambrêkê* ‘terra vermelha’, agora também serve para designar o novo conceito de ‘território/terra indígena’, podendo, nesse novo uso receber morfologia de posse, como em *wanho hwyka* ‘nossa terra’ (Coelho de Souza 2017).

(57) wa-nho hwyka
1.INCL-POSS terra
‘Nossa terra’

4.2.3 Estados Unidos

Os Kĩsêdjê deram a Anthony Seeger³ o nome tradicional de *Ntykatxi*. Os Estados Unidos ficaram por extensão conhecidos como *Ntykatxi patá* ‘aldeia de Ntykatxi’. Presenciei uma explicação dada por um homem à sua família com respeito a esse neologismo. A questão é que o neologismo a princípio dá a entender que os Estados Unidos são uma única cidade, a qual era possivelmente uma impressão inicial dos Kĩsêdjê. O homem explicava à sua família que na verdade *Ntykatxi patá* é um país (*hwyka* ‘terra’), grande como o Brasil, dentro do qual há múltiplas cidades (*patá*). Isso ele explicava para que entendessem que, apesar de o autor deste artigo, à época, também morar nos Estados Unidos, eu não morava na mesma cidade que Anthony Seeger.

- (58) Ntykatxi patá
Seeger cidade
‘Estados Unidos’ (lit. cidade de Seeger)

Os americanos ficaram conhecidos como *Ntykatxi khwâji*, parentes (distantes) de *Ntykatxi*, e os índios americanos, conhecidos inicialmente pelos filmes e logo por uma viagem que um grupo de Kĩsêdjê fez há algumas décadas aos Estados Unidos, são denominados *Ntykatxi nho khupê* ‘os estrangeiros/índios (khupê) de Ntykatxi (Anthony Seeger)’.

- (59) Ntykatxi khwâji
Seeger parente
‘estadunidense’ (lit. parentes de Seeger)

- (60) Ntykatxi nho khupê
Seeger poss estrangeiro
‘índios dos Estados Unidos’ (lit. estrangeiro de Seeger)

5. Expressões descritivas

Depois de discutir exemplos de pareamentos fonológicos chistosos e pareamentos fonossemânticos bem-humorados, apresentamos o processo da extensão de significado que, embora ainda importante na formação de neologismos, é menos prevalente hoje que num passado relativamente recente em que os Kĩsêdjê não tinham alcançado o grau generalizado de bilinguismo em português que hoje detêm. Finalizando a apresentação dos processos neológicos, veremos que alguns neologismos são simples

³ Etnomusicólogo que vem trabalhando com os Kĩsêdjê desde a década de 70, responsável por uma ampla literatura sobre a cultura e música desse povo (veja, por exemplo, Seeger 1980, 1981, 1987).

descrições dos entes nomeados. Em várias dessas descrições, notamos igualmente um grau de humor na escolha do aspecto descrito, como em ‘pen drive’ (cérebro) (61), ‘computador’ (o do olho tremido) (62), ‘policia!l’ (o da panela na cabeça) (63), ‘Xavante’ (o do cabelo com rabo comprido) (64) e ‘cros’ (sapato de sapo) (65).

(61) Khrã si kanhini
Cabeça osso meleca
‘pendrive’ (lit. cérebro)

(62) Ndo hwe-hwe-txi ra
Olho treme-treme-AUG DET
‘computador’ (lit. o que tem olho que treme)

(63) Khrã khãm ngwâji
Cabeça em panela
‘policia!l/soldado’ (lit. panela na cabeça)

(64) Khĩ jamby ry
Cabelo rabo comprido
‘Xavante’ (lit. o que tem cabelo com rabo comprido)

(65) Piri hwaj ho hwaj khá
Sapo pé plano pé cobertura
‘Cros’ (lit. sapato do sapo cururu)

Conclusão

Como vimos, os Kĩsêdjê recorrem a uma variedade de estratégias diferentes para nomear os entes que surgem na vida da comunidade. Pareamentos fonológicos ou fonossemânticos, ambos com traços chistosos, extensão de significado de termos preexistentes e criação de expressões descritivas, onde uma vez mais se nota o papel do chiste.

Os neologismos mais antigos, cunhados antes do contato permanente entre os Kĩsêdjê e os falantes de português, se caracterizam sobretudo pela extensão semântica de termos pré-existentes e pela formação de compostos a partir destes, a que se recorre quando o contexto não permite estabelecer referências inambiguamente.

A partir do momento em que a comunidade se tornou bilíngue em português, tornaram-se

proeminentes as estratégias baseadas no pareamento fonológico de uma expressão em Kĩsêdjê com a palavra ou expressão em português que se quer tomar emprestada. Em alguns desses pareamentos observa-se uma busca por um pareamento também semântico (pareamentos fonossemânticos), mas a maioria têm um sentido *nonsense*. Em ambos tipos de pareamento, percebe-se o chiste do significado literal da expressão em Kĩsêdjê.

Na denominação de objetos concretos, finalmente, se destaca o uso de construções descritivas. Neste processo, também se percebe o papel do humor na escolha do aspecto a ser descrito.

REFERÊNCIAS

Coelho de Souza, Marcela Stockler (2009). Três nomes para um sítio só: A vida dos lugares entre os Kĩsêdjê. Comunicação apresentada no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa.

Coelho de Souza, Marcela Stockler (2017). “Dois pequenos problemas com a lei: terra intangível para os Kĩsêdjê (Suyá)”. Em: *Revista de Antropologia da UFSCar* 9.1, pp. 109–130.

Haugen, Einar (1950). “The Analysis of Linguistic Borrowing”. Em: *Language* 26.2, pp. 210–231.

Nonato, Rafael (2014). *Clause chaining, switch reference and coordination*. Tese de doutorado. MIT. URL: <http://rafaeln.github.io/papers/thesis.pdf>.

Nonato, Rafael (2017). “Khátpy re wapãmjê thõ thurun tho thēm nda: The one (story) in which the Khátpy monster loads a forefather of ours onto his back and carries him away”. Em: *On this and other worlds: voices from Amazonia*. Ed. por Bruna Franchetto e Kris Stenzel. Language Science Press. URL: <http://langsci-press.org/catalog/book/167>.

Santos, Ludoviko Carnasciali (1997). “Descrição de Aspectos Morfossintáticos do Suyá”. Tese de doutorado. UFSC.

Seeger, Anthony (1980). *Os índios e Nós, Estudos sobre Sociedades Tribais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Seeger, Anthony (1981). *Nature and society in Central Brazil: the Suyá Indians of Mato Grosso*. Harvard Studies in Cultural Anthropology. Cambridge: Harvard University Press, p. 278.

Seeger, Anthony (1987). *Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people*. Cambridge studies in ethnomusicology. Cambridge: Cambridge University Press.

Zuckerman, Ghil'ad (2003). *Language contact and lexical enrichment in Israeli Hebrew*. Palgrave Macmillan.

CONTRIBUIÇÃO DO PORTUGUÊS PARA A CONSTITUIÇÃO LEXICAL DO HUNSRÜCKISCH EM SITUAÇÃO DE CONTATO LINGÜÍSTICO

Karen Pupp Spinassé¹

ABSTRACT

This article discusses the linguistic contact between *Hunsrückisch* and Portuguese that exists predominantly in Southern Brazil, pointing out some influences of the majority language, Portuguese, on the German-based minority language, *Hunsrückisch*. Focusing on lexical loans, we aim to show how the contact situation influenced the corpus and the status of *Hunsrückisch* - however, noting that not everything in the linguistic system of this variety is influenced by Portuguese. The study of borrowings in this variety is important, given the role of *Hunsrückisch* as a bridge language for Brazilian learners of standard German, and gives the former a practical utility, creating a place for contrastive studies that it formerly has not had in this context.

Keywords: Hunsrückisch; loan words; language contact.

RESUMO

O presente artigo aborda o contato linguístico Hunsrückisch-português, existente

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico de São Leopoldo. E-mail: spinasse@ufrgs.br

predominantemente no Sul do Brasil, apontando algumas influências da língua majoritária, o português, na língua minoritária de imigração de base alemã, Hunsrückisch. Com foco em empréstimos lexicais, visamos mostrar como a situação de contato influenciou o *corpus* e o *status* do Hunsrückisch – no entanto, fazendo a ressalva de que nem tudo no sistema linguístico desta variedade é influência do português. O estudo de empréstimos nessa variedade é importante, pois o Hunsrückisch pode se constituir como língua-ponte para o aprendizado do alemão *standard*, atribuindo a ele uma utilidade prática e abrindo para ele e aos estudos contrastivos um espaço dentro do âmbito escolar, onde, até então, eles não tinham lugar.

Palavras-chave: Hunsrückisch; empréstimo lexical; línguas em contato.

Introdução

O Hunsrückisch é uma língua brasileira de imigração, falada em muitas localidades do Brasil – principalmente nos estados do Sul, mas também em regiões do Sudeste e do Centro-Oeste do país. Pelo seu corpus e por sua origem, pode-se dizer que o Hunsrückisch (ou hunsriqueano, em português²) pertence à família das línguas germânicas, tendo se originado basicamente de dois dialetos³ alemães, o francônio-renano e o francônio-moselano, valendo-se, contudo, para a sua constituição, também de empréstimos de outros dialetos alemães e de outras línguas com as quais esteve em contato ao longo de sua história (cf. ALTENHOFEN, 1996, p. 27).

Estes empréstimos, em especial os provenientes do português, entretanto, marcaram o Hunsrückisch de forma bastante decisiva, pois são reconhecidos, em sua maioria, tanto por parte dos falantes quanto por parte da sociedade ao redor, como sinais de empobrecimento da variedade ao longo dos anos (cf. ALTENHOFEN, 2004, 91; PUPP SPINASSÉ, 2011). Influenciado também por uma forte política discriminatória durante o processo de nacionalização no governo Getúlio Vargas e

2 Apesar de o artigo estar escrito em língua portuguesa, privilegio o uso da denominação em língua alemã em detrimento da em língua portuguesa, por ser a forma como a língua é conhecida pelos seus falantes.

3 Embora concordemos que os termos “língua” e “dialeto” sejam ambas denominações que se aplicam a um repertório de fala humano, usamos, neste artigo, o termo “dialeto” (ou ainda “variedade dialetal”) especificamente quando tratamos de variedades que possuem uma língua-teto à qual são subordinadas, enquanto os termos “língua” ou apenas “variedade” são utilizados, indiscriminadamente, quando não há – ou não há mais – língua-teto e os sistemas são considerados (social e politicamente) independentes (cf. Haugen, 1966).

durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando línguas de imigração foram marginalizadas e proibidas (vide PUPP SPINASSÉ, 2008, p. 133), o Hunsrückisch acabou ganhando um status de “língua menor”, sendo os empréstimos do português, em especial os lexicais, um grande argumento para tal: o Hunsrückisch não seria uma boa variedade para se falar, pois seria um alemão “ruim”, “errado”, “corrompido” pelo português; uma “mistura” (cf. ZIEGLER, 1996, p. 73).

Este artigo pretende abordar alguns exemplos de empréstimos do português presentes no Hunsrückisch, a fim de ilustrar um pouco da contribuição que aquela língua majoritária deu para a constituição desta língua minoritária de imigração através da situação de contato linguístico na qual se encontravam/encontram. O objetivo, no entanto, não é fazer uma análise linguística desses empréstimos⁴, mas sim apontar para a sua diversidade e, acima de tudo, mostrar que os empréstimos fizeram/fazem parte do processo de desenvolvimento da língua. A partir de itens lexicais, pretendemos mostrar a dinâmica da formação das palavras no Hunsrückisch e suas, quando possível, motivações.

A fim, contudo, de contribuir para o fortalecimento da língua minoritária em questão e de combater o preconceito linguístico que a cerca, achamos importante, ao abordar os empréstimos, também abordar o que não é empréstimo para mostrar que o Hunsrückisch não pode ser reduzido apenas a uma mistura. Esse tipo de estudo é relevante, devido à função de língua-ponte que o Hunsrückisch pode assumir quando do aprendizado do alemão *standard*.

1. Caracterizando o Hunsrückisch e seus contatos linguísticos

Imigrantes de língua alemã começaram a chegar ao Brasil no início do século XIX, em sua maioria em busca de melhores condições de vida (cf. NEUMANN, 2000, p. 13-20). Esses imigrantes vinham de diferentes regiões do que hoje denominamos Alemanha, Áustria, Suíça, Polônia, República Tcheca e até mesmo Rússia. Assim, as diferentes línguas desses diferentes grupos étnicos também foram introduzidas no Brasil – algumas mantendo-se mais isoladas, devido à topografia do assentamento de seus grupos, outras sendo colocadas em contato entre elas pela proximidade geográfica de seus falantes.

Temos no Brasil hoje, segundo Altenhofen (2013, p. 106) 13 línguas de imigração de origem

4 Uma análise fonético-fonológica minuciosa do Hunsrückisch está disponível em Altenhofen (1996); exemplos da gramática do Hunsrückisch bem como alguns dados lexicais podem ser encontrados em Ziegler (1996).

alemã⁵: uma variedade de alemão *standard* (*Hochdeutsch*), o *austríaco ou tirolês* (*Österreichisch*), o bávaro (*Bairisch*), o boêmio (*Böhmisch*), o bucovino (*Bukowinisch*), o hunsriqueano (*Hunsrückisch*), o *Kaffeeflickersch*⁶, o *Platt* menonita (*Plautdietsch*), o pomerano (*Pommerisch*), o suábio (*Schwäbisch*), o suíço (*Schweizerisch*), o vestfaliano ou sapato-de-pau (*Westfälisch*) e o *Wolgadeutsch*⁷. O *Hunsrückisch* é provavelmente a mais falada dentre essas variedades, pois ela se configura como uma variedade suprarregional (ALTENHOFEN, 1996, p. 27), enquanto as outras, geralmente, são restritas a determinadas localidades.⁸

A grande propagação do *Hunsrückisch* acontece, porque a maioria dos imigrantes de língua alemã no período auge da imigração de massa realmente veio da região do *Hunsrück*, um território localizado entre os rios Reno e Mosela, sendo a linha divisória entre os dialetos francônio-renano e francônio-moselano. Como língua da maioria, portanto, essa variedade acabou se impondo sobre as outras (vide ZIEGLER, 1996, p. 45; PUPP SPINASSÉ, 2008, p. 129). Além disso, o *Hunsrückisch*, em relação a outros dialetos alemães, é tipologicamente mais próximo do alemão considerado padrão, e acabava sendo adotado, em situações de contato linguístico, também por falantes de outras variedades – por exemplo, em colônias próximas ou quando pessoas de outra variedade eram inseridas na família através do casamento. O *Hunsrückisch* assumiu um papel de “língua franca”, passando, portanto, por um processo de coineização, sendo hoje uma variedade bastante difundida, que mantém sua base francônio-renana/francônio-moselana, mas que carrega em si traços de outras variedades dialetais.

Embora o *Hunsrückisch* tenha um papel fundamental na topografia dos imigrantes de língua

5 Apesar dessa denominação, é importante salientar que não havia ainda uma unidade alemã, ou seja, não havia ainda a Alemanha quando do início da imigração de língua alemã para o Brasil. Por isso, falar em línguas de base alemã é sabidamente um tanto contraditório, e remete ao que conhecemos hoje como Alemanha, mas também a outras regiões que estão para além de Alemanha, Áustria e Suíça, como já mencionado no parágrafo anterior.

6 O *Kaffeeflickersch* é, traduzindo, a “língua do catador de café”, e essa denominação remete ao fato de os imigrantes terem trabalhado por um período em lavouras de café em Minas Gerais antes de se assentarem na localidade onde essa variedade é falada até hoje, São Pedro de Alcântara, SC (ALTENHOFEN, 2016, p. 117).

7 “Alemão do Volga” é uma referência à variedade falada pelos descendentes de “alemães” (lê-se bávaros, badenses, hessianos, palatinos e renanos) que se estabeleceram na Rússia, às margens do Rio Volga, no século XVIII, durante o reinado de Catarina II (vide <https://www.bpb.de/gesellschaft/migration/dossier-migration/56417/russlanddeutsche?p=all> – último acesso em 04 de janeiro de 2018).

8 O pomerano, por exemplo, também é uma língua com grande abrangência, já que é falada tanto em localidades do Rio Grande do Sul quanto do Espírito Santo, ou seja, em regiões diferentes. Contudo, nas diferentes regiões, a variedade parece restrita às localidades de colonização originais.

alemã e seus descendentes no Brasil, como já mencionado, ele hoje possui um *status* negativo. De modo geral, o Hunsrückisch é encarado, tendo-se o atual alemão *standard* (doravante HD⁹) como parâmetro. Com isso, as pessoas tendem a fazer comparações e a apontar, com demérito, os “desvios” que o Hunsrückisch apresenta em relação àquela variedade. Além de, em alguns aspectos, haver realmente muitas divergências entre essa língua brasileira de imigração e o alemão *standard*, um fator decisivo é a grande presença de empréstimos do português no Hunsrückisch – estes predominantemente no âmbito lexical, mas também, em menor escala, nos âmbitos fonológico, morfológico e sintático. Isso faz com a língua sofra de desprestígio, como se não fosse um sistema linguístico legítimo, como aponta a seguinte passagem retirada do documentário “Walachai”, de Rejane Zilles:

*A gente fala tudo misturado. Quando alemães vieram aqui, a gente só dizia ‘Eu não sei’, ‘Eu não sei’. Alemão é alemão, não português! Eles não entendem nada do que a gente diz. O que a gente fala não é nem alemão nem brasileiro. É nada. É um alemão ruim. Faltou escola!*¹⁰

Desde o início da imigração de língua alemã para o Brasil, houve uma preocupação entre os imigrantes em fornecer educação para os seus filhos. Como as colônias eram predominantemente rurais e, conseqüentemente, afastadas dos grandes centros e de suas escolas, os imigrantes frequentemente optavam por construir uma escola comunitária no centro da “picada”¹¹, onde geralmente também se encontravam a igreja e o clube (cf. KREUTZ, 1991, p. 56; RAMBO, 1994, p. 21). Com essa configuração, tradicionalmente se ensinava o HD nas escolas, o qual, na relação diglósica estabelecida, era a língua-padrão das colônias, sendo usada como a língua mais formal. Em situações informais, por sua vez, como no uso domiciliar, os dialetos prevaleciam.

Com a Campanha de Nacionalização durante o governo Getúlio Vargas e a Política de Nacionalização do Ensino, a partir de 1938, o ensino do HD nas escolas foi proibido (vide NEUMANN, 2000, p. 107; KREUTZ, 1991, p. 152-157). Essa variedade passou a ter um papel menos importante

9 Do alemão *Hochdeutsch*

10 Essa fala aparece no filme supracitado de Rejane Zilles e foi traduzida aqui (por nós) livremente do Hunsrückisch. No filme, são entrevistadas algumas pessoas do povoado de Walachai, município de Morro Reuter (RS), o qual foi colonizado por imigrantes de língua alemã, e seu cotidiano é retratado. Além de português, no filme também se fala Hunsrückisch, e muitas afirmações metalinguísticas sobre a língua de imigração e muitas impressões sobre a identidade “teuto-brasileira” dessas pessoas podem ser encontradas (para mais informações a respeito do documentário vide <<https://walachai.wordpress.com/>> – último acesso em 17 de dezembro de 2017).

11 “Picada” (ou “Linha”) é usado para designar uma faixa estreita e não muito larga, livre de árvores e outros obstáculos, aberta no meio da mata. Nas colônias, as “picadas” são como as “ruas”, às margens das quais ficam as propriedades rurais dos colonos (cf. RAMBO, 1994, p. 21).

nas colônias, que passaram a utilizar mais o português como a variedade mais formal, enquanto as variedades locais, como língua de herança da família, ganhavam mais espaço (ALTENHOFEN, 2004, p.84). Com menos contato com a variedade *standard*, o Hunsrückisch se desenvolveu de forma independente, como uma variedade sem língua-teto (ALTENHOFEN, 1996, p. 71), ainda mais aberta a empréstimos. Esse processo de mudança linguística, contudo, não é encarado de forma natural por seus falantes, que veem, como observado na passagem acima, a sua variedade como uma forma “quebrada” do alemão *standard*, que aparentemente deveria estar ainda presente nas colônias.

Além disso, devido à diglossia com o português, o Hunsrückisch é caracterizado como uma língua minoritária frente à língua oficial do país. Como existe, no Brasil, uma tradição de se pregar o monolinguismo da língua majoritária como o correto, o apagamento das línguas minoritárias as deixa em situação marginal, sujeitas a lingüicismo¹². Isso contribui para o status negativo das mesmas – que não é diferente com o Hunsrückisch.

Trabalhamos, em nosso grupo de pesquisa, com a situação dos falantes de Hunsrückisch no contexto escolar ao iniciarem o aprendizado formal do alemão *standard*. A fim de trabalhar a atitude linguística em relação à variedade de imigração, desconstruindo o tabu e o estigma que existem ao seu redor, e prezando por uma didática do multilinguismo que sensibilize o aluno para a diversidade linguística, trabalhamos, no âmbito do projeto, com atividades de conscientização linguística em escolas de localidades de colonização de língua alemã. O objetivo é legitimar o Hunsrückisch como possível língua-ponte para o aprendizado do HD, atribuindo a ele uma utilidade prática e abrindo para ele um espaço dentro do âmbito escolar, onde, até então, ele não era bem-vindo. Como a base do trabalho didático de conscientização linguística é a comparação e a contrastividade, os empréstimos do português são um rico material para se discutir o processo de desenvolvimento do Hunsrückisch e seu estado atual.

Assim, acreditamos que, se os processos de empréstimo linguístico do Hunsrückisch forem trabalhados com os alunos, seu estado atual, suas características e peculiaridades, bem como todo o

12 “Lingüicismo” é um termo cunhado por Skutnabb-Kangas (1988), formado a partir do vocábulo “língua” em analogia com formas negativas do sufixo “-ismo” (como em “racismo”, “sexismo” e “classismo”), para fazer menção ao ato de preconceito para com uma língua: “Ideologies, structures, and practices used to legitimate, effectuate, regulate, and reproduce an unequal division of power and resources between groups defined on the basis of language” (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p. 13). Para mais sobre o assunto e também sobre o termo correlato “lingüicídio” (genocídio linguístico), ver também Phillipson e Skutnabb-Kangas, 2013, p. 312-313.

seu histórico podem ser compreendidos e a variedade pode ser vista como uma língua independente – substituindo a crença de que toda e qualquer diferença em relação à variedade padrão alemã seja uma “mistureba” aleatória com o português. Essa é a conscientização que desenvolvemos, no âmbito do projeto, com professores e alunos de alemão falantes de Hunsrückisch.¹³ Para tanto, o trabalho com os empréstimos é fundamental.

2. A questão dos empréstimos

Empréstimos lexicais são um fenômeno muito comum em línguas vivas, pois elas se adaptam a novas situações utilizando-se de todas as ferramentas possíveis – e os empréstimos são uma ferramenta que está à disposição de línguas em contato. No entanto, como já mencionamos, os empréstimos do português no Hunsrückisch não são bem vistos, pois são considerados uma corrupção da língua de origem.

Como o Hunsrückisch se desenvolveu, em solo brasileiro, de forma independente de sua língua-teto original, é importante frisar que ele se difere do atual alemão *standard* em vários aspectos. Contudo, essas diferenças não provêm exclusivamente de empréstimos. Algumas divergências são inclusive históricas, ou seja, são formas que estavam nos dialetos originais e foram mantidos, enquanto no HD houve mudança. De forma geral, porém, no senso-comum, qualquer diferença que o Hunsrückisch apresente em relação à variedade *standard* alemã é automaticamente considerada transferência negativa do português. Os processos linguísticos pelos quais a língua passou, suas regras internas e a sua sistemática fonético-fonológica, sintática e morfológica não são levadas em consideração – e a língua é reduzida a “mistura”, a um alemão errado.

Um exemplo emblemático, que costumamos utilizar para ilustrar isso, é a frase “*De Man hat de Mula mit de Relhe dorich de Banhado in das Potrea getockt*”¹⁴, considerada uma frase “típica” do Hunsrückisch, embora se tenha conhecimento de que não fora coletada em pesquisa de campo; ela teria

13 Para mais informações sobre objetivo e metodologia do projeto vide PUPP SPINASSÉ 2016a; PUPP SPINASSÉ e KÄFER 2017.

14 Vide Ziegler, 1996, p. 73. Passando para o alemão *standard*, a frase ficaria “*Der Mann hat das Maultier mit der Peitsche durch den Sumpf auf die Weide getrieben*” e significa, em português, “O homem tocou a mula com um relho através do banhado até o potreiro”. Como se pode notar, alguns vocábulos do português ou provenientes do português estão presentes na frase em Hunsrückisch, substituindo vocábulos alemães: “mula” aparece no lugar de *Maultier*; *Relhe* (“relho”) no lugar de *Peitsche*; “banhado” no lugar de *Sumpf*; *Potrea* (“potreiro”) substituindo *Weide*; e o verbo *tocke* (“tocar”) no lugar de *treiben*.

sido criada, com a intenção de se apontar os tantos empréstimos nela contidos. Geralmente, a frase desperta risos em quem a ouve, pois explora o aspecto de “mistura” que os empréstimos podem deixar. Contudo, a sintaxe da oração, que mantém a estrutura da língua alemã e aponta para regularidades peculiares ao Hunsrückisch, é completamente ignorada – bem como aspectos morfológicos bastante interessantes. Fenômenos como “*getockt*”, por exemplo, um particípio composto por um verbo do português (‘tocar’) com uma flexão comum para o particípio regular do alemão, raramente eram tematizados.

Como já afirmamos, muitos elementos do Hunsrückisch remetem à sua matriz, como no caso de *dorich* da frase acima, forma arcaica para a preposição *durch* do HD, a qual já é utilizada há mais de dois séculos no dialeto francônio (assim como *hinnich* e *unnich*, respectivamente *hinter* (atrás) e *unter* (debaixo) no alemão *standard*. Da mesma forma, também a pronúncia [‘fenstɐ’lɔ:də] ao invés de [‘fenstɐ’la:dən] para a correspondente alemã *Fensterladen* (Pt. veneziana) ou a pronúncia [‘nɔxel] ao invés de [‘nagel] para a palavra alemã *Nagel* (Pt. agulha) não são formas erradas, engraçadas ou inventadas aleatoriamente, tampouco influência do português, mas sim reminiscências da variedade matriz e exemplos da sistematicidade da língua – pois todos os <a> curtos (â) do médio-alto-alemão, os quais se alongaram no novo-alto-alemão (HD) para [a:] (ã), aparecem sistematicamente abaixados e alongados no Hunsrückisch na forma do [ɔ:], assim como tudo aquilo que for <g> intervocálico no alemão-padrão vai ser sistematicamente pronunciado como [x] no Hunsrückisch.¹⁵

Muitos fenômenos linguísticos do Hunsrückisch também são encontrados nos dialetos francônios atuais, bem como em outros dialetos alemães, e sua origem remete, na maioria das vezes, a períodos anteriores à época das imigrações. No entanto, como isso é ignorado pela maioria dos falantes e da sociedade como um todo, muitos aspectos do Hunsrückisch que representam heranças diretas dos dialetos de origem ou fenômenos próprios da língua alemã, não são reconhecidos como tal. Tidos como erros (já que sempre o compararam ao alemão *standard* e não a outras variedades dialetais) ou interferências do português, eles são utilizados muitas vezes para se fazer piada ou para desmerecer a língua.

No Hunsrückisch costumam-se fazer construções de gerúndio usando o verbo *tun* (‘fazer’) do alemão ligado a um verbo no infinitivo, ou ainda o verbo alemão *sein* (‘ser’, ‘estar’) com a preposição *an* e um verbo no infinitivo: *Er tut bode* ou *Er ist am bode* significa “Ele está tomando banho”. Essas

15 Como já dito anteriormente, Altenhofen (1996) oferece uma minuciosa descrição fonético-fonológica do Hunsrückisch, por isso não focaremos nesse aspecto.

estruturas não são consideradas formas padrão na língua alemã *standard*, a qual praticamente não possui uma estrutura para gerúndio. Como o português brasileiro faz muito uso das formas gerundivas, tende-se a achar que essas formas não-*standard* presentes no Hunsrückisch sejam uma influência do português. Contudo, essa estrutura está presente em vários dialetos alemães, sendo, assim, uma forma ligeiramente comum de se ouvir na Alemanha.

Outro exemplo da gramática é a forma de expressar posse através de uma locução dentre um nome ou pronome pessoal com o pronome possessivo *sein* (3ª pessoa singular masc.) no lugar do caso genitivo, como nas frases *Die Celina sein Papa hat das Haus gebaut* (HD: *Celinas Papa hat das Haus gebaut*; Pt.: “O pai da Celina construiu a casa”) e *Sie mag den Edgar, aber sie hat dem sein Bruder nett ingelade* (HD: *Sie mag den Edgar, aber sie hat dessen Bruder nicht eingeladen*; Pt.: “Ela gosta do Edgar, mas ela não convidou o irmão dele”). Essas estruturas também são encontradas em dialetos alemães atuais e, portanto, não representam um fenômeno exclusivo do Hunsrückisch¹⁶ – e menos ainda uma interferência do português.

3. O léxico do Hunsrückisch

Como acabamos de ver, o desenvolvimento do Hunsrückisch não remete apenas a empréstimos da língua portuguesa, sendo muito mais diversificado, embora a literatura tradicional (vide SCHAPPELLE, 1917; WILLEMS, 1980) tenha costumado focar apenas no que provém do português, não problematizando ou diferenciando estes itens daqueles que remetem à matriz. Entretanto, a contribuição do português para a configuração atual do Hunsrückisch é inegável – e o léxico da língua minoritária é um exemplo disso. Como mostrado em Pupp Spinassé (2013) e Pupp Spinassé (2016b), podemos reconhecer, com base na sua tipologia, sete diferentes categorias ao analisarmos itens lexicais do Hunsrückisch; três dessas sete categorias são compostas apenas por empréstimos diretos do português, mas a influência da língua majoritária também pode ser percebida indiretamente em outras categorias.

É importante salientar que o critério para a classificação das categorias foi a tipologia dos empréstimos. Com o intuito de trabalhar cognatos, falsos cognatos e empréstimos com alunos (crianças e adolescentes) aprendizes de HD falantes de Hunsrückisch, percebemos que apenas essas três classificações não dão conta da diversidade da formação do léxico da língua minoritária, havendo subdivisões internas. A partir dessa reflexão, propusemos a divisão nas sete categorias que se seguem.

16 Cf. Ziegler (1996, p. 52)

Existe um vasto número de vocábulos que são idênticos no alemão *standard* e no Hunsrückisch, mostrando que a presença da origem alemã no léxico do Hunsrückisch ainda é muito grande. Esses itens constituem a primeira categoria, que conta tanto com palavras idênticas (Hr. *Stuhl* = HD *Stuhl* – Pt. “cadeira”) quanto com cognatos que tenham sofrido alguma variação em uma das duas variedades (Hr. *Winder* = HD *Winter* – Pt. “inverno”) e também inclui itens considerados antiquados/em desuso hoje em dia no HD, mas que fizeram parte do *corpus* do alemão *standard* outrora (como Hr. *Gaul* = HD *Pferd* – Pt. “Cavalo”).

Alguns itens lexicais do Hunsrückisch são falsos cognatos, se comparados ao alemão-padrão, sendo usados na língua minoritária com um significado diferente daquele usado no alemão *standard*, tanto como uma expansão lexical com o intuito de dar conta de um novo uso quanto como a caracterização de um tipo específico de determinada coisa. Esses itens compõem a segunda categoria, e um exemplo é a palavra *Kuche*, que no HD significa “bolo” (*Kuchen*), mas que no Hunsrückisch significa apenas um tipo de bolo, o *Streuselkuchen*.¹⁷ Outro exemplo é o item *Spatz*, que no HD é a denominação para o pássaro pardal e em Hunsrückisch é utilizado como um eufemismo para o pênis.

A terceira categoria contém cognatos do alemão *standard*, que, contudo, são usados no Hunsrückisch com um gênero diferente do vocábulo de origem, como *Bach* (no Hr. é feminino e no HD é masculino) e *Mund* (no Hr. é neutro e no HD é masculino). O fato de *Bach* (córrego) ser feminino e de *Mund* (boca) ser neutro no Hunsrückisch não pode ser explicado, respectivamente, como uma possível influência do português, já que córrego é masculino em português e o gênero neutro nem existe nesta língua.

A quarta categoria é composta por neologismos, criados pelos falantes de Hunsrückisch no Brasil para dar conta de nomear objetos novos ou até então desconhecidos. Para esses neologismos da quarta categoria, em sua maioria palavras-compostas, foi utilizada apenas a língua alemã como base para a formação de palavras como *Affebeer* (Literalmente: “Fruta do Macaco”; Pt. “Araticum”; HD: *Zimtapfel*) – mesmo que a motivação para a construção tenha vindo de influência da língua portuguesa, como em *Baumpikat* (Literalmente: “Pica-Árvore”; Pt. “Pica-pau”; HD: *Specht*).

Como pudemos ver até agora, o *corpus* do Hunsrückisch carrega muitas semelhanças com o alemão *standard*, não tendo descaracterizado sua origem germânica. Como qualquer outra língua em

17 O item *Kuche*, inclusive, é um exemplo de empréstimo do alemão para o português falado no Sul do Brasil (“cuca”), assim como *Schmier* (“chimia”), mostrando a via de mão dupla dos empréstimos em uma situação de contato linguístico.

contato, porém, o Hunsrückisch vai apresentar empréstimos, os quais aparecem também em grande número. Vindos predominantemente do português, eles têm marcado muito o Hunsrückisch ao longo dos anos e podem ser identificados nas categorias cinco, seis e sete.

A categoria cinco apresenta empréstimos do português que foram adaptados foneticamente e integrados ao léxico do Hunsrückisch. A cobra “Jararaca” é denominada no Hunsrückisch como *Scharack* [ʃaʁak], mantendo a característica substituição do [ʒ], raríssimo no alemão, por [ʃ], e fazendo uso de redução. Também a área utilizada para o gado pastar, o potreiro, é denominada em Hunsrückisch como *Potrea*, como pudemos ver na frase estilizada apresentada acima.¹⁸ Devido à adaptação fonética quando admitido no Hunsrückisch, essas palavras soam como se não fossem provenientes do português, podendo deixar os próprios falantes na dúvida de sua origem.

Outro exemplo de empréstimo desse grupo é a palavra *Tos* [‘to:s] do Hunsrückisch, a qual provém do item lexical “doce” [‘dosi] do português e significa biscoito. No alemão *standard*, as denominações para biscoito são *Gebäck*, *Keks* ou *Plätzchen*.

Os itens lexicais da sexta categoria representam vocábulos que foram emprestados do português, embora, em parte, não “houvesse necessidade” para tal¹⁹, uma vez que se tratava de palavras não só existentes, mas muito utilizadas na língua de chegada, e para as quais não houve ou houve pouca mudança semântica no uso. Eles foram emprestados do português tal qual, ou seja, são utilizados como estrangeirismos no Hunsrückisch.

Os exemplos mais claros para esse grupo são os nomes de parentesco, como “mãe”, “pai”, “tio(a)”, “primo(a)”, “cunhado(a)” etc. Embora algumas formas do alemão *standard* fossem usadas

18 Como pudemos ver na frase “*De Man hat de Mula mit de Relhe dorich de Banhado in das Potrea getockt*”, o item “*potreiro*” foi assimilado no Hunsrückisch com o gênero neutro, não seguindo nem a correspondente em português, nem a correspondente em alemão *standard*. É muito difícil recuperar a motivação para tal mudança, pois não são possíveis previsões. Em um caso como “*die Unterricht*” (do HD “*der Unterricht*”; Pt. “*a aula*”), da categoria 3, pode-se recuperar que na língua-matriz era usada a palavra latina “*Aula*”, cujo gênero é feminino, e este pode ter sido transferido. Contudo, na maioria dos casos, essas mudanças não são transparentes.

19 Deixamos essa parte entre aspas para mostrar que ela não deve ser levada ao pé da letra, já que não é nosso objetivo e tampouco nos cabe julgar a necessidade ou não de se adotarem novos itens lexicais em uma dada língua. Essa observação serve apenas para diferenciar esta sexta categoria da sétima, composta por nomes para os quais não havia uma forma anterior na língua alemã de origem. As motivações para se adotarem novas palavras em substituição a outras já existentes, contudo, podem ser as mais diversas, como desuso/falta de prática, simplificação ou mesmo questões afetivas.

pelos imigrantes na língua de chegada (*Mutter, Vater, Onkel...*), elas foram substituídas pelos itens do português. Não é possível explicar a motivação para esse uso e a literatura consegue trazer apenas especulações a respeito.

Outro exemplo para essa sexta categoria, que sai do âmbito das relações de parentesco, é a palavra “bolo”, que também fora emprestada tal como em português, embora existisse a palavra *Kuchen* para essa denominação na língua de chegada, mesmo item usado no alemão *standard*. *Kuchen*, porém, passou a denominar em Hunsrückisch apenas um tipo de bolo, o *Streuselkuchen*, como já visto na categoria 2, o que levou à necessidade de uma outra palavra para o conceito ‘bolo’.

Diferentemente das palavras apresentadas na categoria 6, as palavras do grupo 7 também foram emprestadas para o Hunsrückisch tal qual são usadas no português, mas com a motivação clara de denominar algo que era novo para esses imigrantes ou descendentes, para o que não tinham um conceito em alemão na época da imigração ou cujo conceito era desconhecido por parte dos imigrantes.

A televisão, por exemplo, foi inventada apenas no início do século XX, tornando-se um utensílio doméstico, paulatinamente, somente depois da Segunda Guerra. Os descendentes de imigrantes, que falavam uma variedade de alemão quando da introdução da TV no Brasil, não conheciam o conceito “*Fernseher*” e nem conseguiram achar outro conceito em alemão que desse conta de denominar esse novo objeto. Assim, para a denominação desse aparelho, foi emprestado o item lexical “televisão” do português.

O mesmo processo ocorreu com a palavra “Gaúcho”. Obviamente já existiam gaúchos na época da imigração, mas, para os imigrantes, eles eram uma nova categoria de pessoas a serem denominadas, e para a qual eles não tinham um conceito, já que estes não pertenciam ao contexto daqueles. Assim, o empréstimo do item “Gaúcho” foi, provavelmente, a solução mais óbvia para a questão.

Os exemplos apresentados nas categorias 5, 6 e 7 mostram a inegável influência lexical do português sobre o Hunsrückisch. Entretanto, como parte integrante do repertório lexical do Hunsrückisch, as palavras provenientes do português por empréstimo ficam sujeitas a todo o tipo de fenômeno linguístico característico da língua de imigração. Em Hunsrückisch, por exemplo, é comum e produtivo, assim como ocorre no alemão *standard*, se fazerem composições a partir de duas palavras justapostas. Para tanto, qualquer palavra do seu léxico pode ser utilizada, independente de sua origem. Assim sendo, é possível formar palavras compostas em Hunsrückisch com palavras

de origem alemã e com palavras de origem (emprestadas) do português – ou mesmo com ambas ao mesmo tempo. Isso leva a interessantes composições híbridas, que, a nosso ver, apontam para uma riqueza linguística inerente ao Hunsrückisch.

O vocábulo alemão *Mais* (Pt.: milho) não é usado no Hunsrückisch, sendo substituído pelo empréstimo *Milje* [miljə], foneticamente acomodado (categoria 5). Já a palavra correspondente a “farinha” no Hunsrückisch é a palavra *Mehl*, presente ainda hoje no léxico alemão. Assim, a consequente denominação para “farinha de milho” (HD: *Maismehl*) em Hunsrückisch é *Miljemehl*.

Com a supracitada palavra *Tos* (categoria 5) também é possível se criarem palavras híbridas, como *Puttertos* e *Weihnachtstos*, para se remeter, respectivamente, aos biscoitos amanteigados (*Butterkeks*) e aos biscoitinhos de Natal (*Weihnachtsplätzchen*), por exemplo.

Derivações híbridas também são fenômeno constante no Hunsrückisch, nas quais um item lexical do português incorporado à língua de imigração recebe um afixo alemão. O “cabloco” é chamado em Hunsrückisch de *Cabocler*, sendo acrescentado o sufixo -er, que denota “pessoa” (aqui, para o masculino). A correspondente feminina é a forma *Caboclin*, que faz uso do sufixo -in do feminino alemão – mesmo que suprimindo o -er de pessoa (em alemão standard seria esperada a forma “*Caboclerin*”, com -er + -in).

Também verbos emprestados do português recebem em Hunsrückisch desinências alemãs, sendo inteiramente conjugados como se fossem verbos alemães. Pudemos observar isso na supracitada frase estilizada através do verbo “tocar”, emprestado do português e adaptado para *tocke* no Hunsrückisch. Utilizado no tempo pretérito perfeito, ele segue a estrutura sintática alemã, combinando-se, na forma de particípio passado, com um verbo auxiliar. Assim como ocorre com verbos emprestados atualmente na Alemanha, por exemplo advindos do inglês, os verbos do português incorporados ao Hunsrückisch também seguem as regras dos verbos fracos (regulares), recebendo as desinências destes em todos os tempos verbais. Assim, o pretérito perfeito de *tocke* fica *hat getockt* (auxiliar *hat* e particípio passado formado a partir de *ge* + radical do verbo + *t*), comportando-se como um verbo alemão mesmo no que diz respeito ao posicionamento na frase.

Como o verbo *tocke* (Pt. “tocar”), também o verbo *pusche* (Pt. “puxar”; HD: *ziehen*) foi emprestado do português (categoria 5) e recebeu a desinência de infinitivo -e, equivalente ao -en do alemão (que por apócope da nasal passa, sistematicamente, a -e no Hunsrückisch). Com base nesses

empréstimos, também é possível formar verbos como *wechtocke* (HD: *wegtreiben*; Pt. “enxotar”) ou *rinnpusche* (HD: *reinziehen*; Pt. “puxar para dentro”), utilizando prefixos alemães.

Além da desinência -en, também a desinência -ieren é empregada para o infinitivo no Hunsrückisch, sendo esta bastante produtiva na atualidade. Uma gama de verbos com radicais portugueses é unida a essa desinência para formar novos verbos para o Hunsrückisch, como *sich preocupiere* (Pt. “preocupar-se”; HD: *sich Sorge machen*), *sich arrumiere* (Pt. “arrumar-se”; HD: *sich fertig machen*) ou o muito citado *namoriere* (Pt. “namorar”; HD: *mit jemandem zusammen sein, mit jemandem ausgehen*).

Outras flexões híbridas observadas foram *Gurie* (HD: *Jungen, Jungs*; Pt. “guris”, “meninos”), que é a junção da palavra “guri” do português gaúcho emprestada no Hunsrückisch (categoria 6) com a desinência alemã -e para designar plural, e *Neneche* (HD: *kleines Baby*; Pt. “bebezinho”), uma derivação do item “neném” originado do português com o sufixo de diminutivo alemão -chen (já sob ação da típica apócope do -n para esses casos).

Conclusão

O contato linguístico com o português influenciou diretamente o desenvolvimento do Hunsrückisch no Brasil, contribuindo de forma muito rica e intensa, por exemplo, para a composição do léxico hunsriqueano. Contudo, apesar disso, o Hunsrückisch não pode ser reduzido apenas a uma mistura, como muitas pessoas afirmam. O *corpus* do Hunsrückisch é de fato bastante influenciado pelos empréstimos do português, mas a forte presença de elementos alemães no léxico, na morfologia, na fonologia e na sintaxe é inegável. Os empréstimos do português não são a única característica do Hunsrückisch, que, como qualquer sistema linguístico, apresenta estrutura gramatical própria, sistematicidades, regras etc. – ao lado dos empréstimos e dos estrangeirismos, os quais são motivados por diferentes razões, nem sempre passíveis de explicação.

Nosso objetivo com esse artigo era o de apresentar esses aspectos relativos ao Hunsrückisch para mostrar que esses fenômenos que o caracterizam são fenômenos naturais a línguas vivas e que essa variedade em questão é um bom exemplo de integração e contato linguístico.

REFERÊNCIAS

Altenhofen, C. V. (1996). *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul: ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner.

Altenhofen, C. V. (2004). Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, vol. 2, n. 1, 83-93.

Altenhofen, C. V. (2013). Bases para uma política lingüística das línguas minoritárias no Brasil. In: Nicolaides, C. et al. (Org.): *Política e políticas lingüísticas*. Campinas: Pontes, 93-116.

Altenhofen, C. V. (2016). Standard und Substandard bei den Hunsrückern in Brasilien: Variation und Dachsprachenwechsel des Deutschen im Kontakt mit dem Portugiesischen. In: Lenz, A. (Org.): *German abroad: Perspektiven der Variationslinguistik, Sprachkontakt- und Mehrsprachigkeitsforschung*. Viena: Vienna University Press bei V&R Unipress, 103-129.

Haugen, E. I. (1966). Dialect, Language, Nation. *American Anthropologist*, v. 68, n. 4, 922-935.

Kreutz, L. (1991). *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS.

Meyer, M. (2009) *Deitsch ou Deutsch? Macroanálise pluridimensional da variação do hunsrückisch riograndense em contato com o português* (Trabalho de Conclusão). Porto Alegre: UFRGS.

Neumann, G. R. (2000). *A ‚Muttersprache‘ (língua materna) na obra de Wilhelm Rotermund e Balduíno Rambo e a construção de uma identidade cultural híbrida no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ.

Phillipson, R.; Skutnabb-Kangas, T. (2013). English, language dominance and ecolinguistic diversity maintenance. In: Filppula, M.; Klemola, J.; Sharma, D. (Org.): *The Oxford Handbook of World Englishes*. Oxford: Oxford University Press, 312-332.

Pupp Spinassé, K. (2008). Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário e inclusivo. *Conexão Letras*, v. 3, n. 3, 125-140.

Pupp Spinassé, K. (2011). O Ensino de línguas em contextos multilíngues. In: Mello, H.; Altenhofen, C. V.; Raso, T. (Org.): *Os Contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 423-443.

Pupp Spinassé, K. (2013). O Aspecto lexical na língua dos imigrantes alemães no Brasil. In: Witt, Marcos et al. (Org.): *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos, 334-354.

Pupp Spinassé, K. (2016a). Fazendo política linguística em sala de aula: ações didático-pedagógicas pela manutenção da língua minoritária Hunsrückisch. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, v. 14, n. 26, 103-119.

Pupp Spinassé, K. (2016b). Das brasilianische Hunsrückische: Soziolinguistische Aspekte einer durch Sprachkontakt geprägten Minderheitensprache. In: Lenz, Alexandra (Org.): *German abroad: Perspektiven der Variationslinguistik, Sprachkontakt- und Mehrsprachigkeitsforschung*. Viena: Vienna University Press bei V&R Unipress, 81-102.

Pupp Spinassé, K.; Käfer, M. L. (2017). A conscientização linguística e a didática do multilinguismo em contextos de contato português-Hunsrückisch. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 22, n. 42, 393-415.

Rambo, A. B. (1994). *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.

Schappelle, B. F. (1917). *The German Element in Brazil – Colonies and Dialect*. Philadelphia: Americana Germanica Press. Disponível em <<http://archive.org/stream/thegermanelement17361gut/17361.txt>> - último acesso em 07 de janeiro de 2018.

Skutnabb-Kangas, T. (1988). Multilingualism and the education of minority children. In: Skutnabb-Kangas, T.; Cummins, J. (Org.): *Minority Education: From Shame to Struggle*. Avon, UK: Multilingual Matters, 9-44.

Willems, E. (1980). *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2ª. ed., ilustrada, rev. e ampliada. São Paulo: Editora Nacional.

Ziegler, A. (1996). *Deutsche Sprache in Brasilien: Untersuchungen zum Sprachwandel und zum Sprachgebrauch der deutschstämmigen Brasilianer in Rio Grande do Sul*. Essen: Die Blaue Eule.

UMA NOTA SOBRE MEDIR E CONTAR COM PALAVRAS EMPRESTADAS DO PORTUGUÊS NO KADIWÉU ¹

Filomena Sandalo, UNICAMP & CNPq²

RESUMO

Kadiwéu é uma língua de classificadores numerais. Uma característica desta tipologia linguística é a de que nomes nus não são átomos e, para individualizar um nome, um classificador numeral é necessário. E, assim, numerais ocorrem obrigatoriamente com classificadores. Curiosamente, entretanto, numerais emprestados do português não contam com tal exigência. Este artigo discute a coexistência de duas gramáticas de contagem na mesma língua.

Palavras chaves: classificadores, numerais, contagem, medida, kadiwéu

ABSTRACT

Kadiwéu can be typologically classified as a numeral classifier language. One characteristic of this linguistic typology is that bare nouns are not individuals and, to individualize a noun, a numeral

1 Este estudo foi financiado pela FAPESP, projeto 2012/17869-7. Agradeço Suzi Lima e Susan Rothstein por discussões e questões que guiaram a coleta de campo, e Andrew Nevins e Gean Damulakis, bem como dois pareceristas anônimos, que muito contribuíram para este trabalho através de sugestões e críticas. Agradeço ainda a Dimitris Micheloudakis, co-autor de outro trabalho no assunto, por discussões que nos tem levado a uma melhor compreensão sobre o sintagma nominal do kadiwéu.

2 E-mail: fsandalo@gmail.com.

classifier is necessary. Thus, numerals co-occur necessarily with classifiers. Interestingly, however, loan numerals do not have such requirement. This article, therefore, deals with the co-existence of two different counting grammars in Kadiwéu.

Keywords: classifiers, numerals, counting, measurements, Kadiwéu

Introdução

Este artigo trata da entrada de numerais e palavras de medida do português no kadiwéu e de como tais empréstimos interferem na gramática de contagem e de medida da língua. Kadiwéu é uma língua de classificadores numerais. Assim, numerais nativos ocorrem obrigatoriamente com classificadores. O artigo mostra que os empréstimos do português geram duas gramáticas em coexistência na língua kadiwéu, já que os numerais emprestados não ocorrem obrigatoriamente com classificadores.

Kadiwéu é uma língua ameaçada de extinção, da família Guaikurú, falada no sudoeste do Brasil, no estado do Mato Grosso do Sul. A língua é ameaçada porque, embora haja por volta de 1000 falantes nativos, é uma língua bastante minoritária se comparada com o português, língua também falada pela grande maioria dos Kadiwéus.

Os dados deste estudo foram coletados em trabalho de campo com base no questionário de Lima & Rothstein (2016) ou são provenientes do corpus Kadiwéu em elaboração na Universidade Estadual de Campinas (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/tbf>). Este corpus contém narrativas contadas em kadiwéu e transcritas ortograficamente. São narrativas históricas ou míticas que contam sobre coragem, lealdade, emboscadas e traições, e refletem a cultura de um povo bravo e admirável, donos de uma língua complexa e extremamente interessante. Este corpus contém as narrativas na língua kadiwéu com tradução palavra por palavra em português e inglês, e contém ainda análise sintática e morfológica da língua. As narrativas foram contadas por diferentes pessoas de diferentes idades e gêneros em diferentes épocas desde a década de noventa.³

Os numerais emprestados do português estão em uso na língua há muito tempo. O kadiwéu

³ O corpus Kadiwéu está ainda em elaboração com verba do projeto temático FAPESP 2012/17869-7. Os dados no corpus estão na ortografia da língua. Este não é o caso dos dados usados neste artigo. Aqui, transcrevo os dados em transcrição fonêmica segundo o IPA, exceto para as africadas pós-alveolares, que transcrevo como c e j para a surda e sonora respectivamente.

tem contato com espanhol desde o século XI e com português desde o século XVIII (Métraux 1945). As palavras do português emprestadas há tempos diferem dos empréstimos recentes no fato de que as primeiras são adaptadas fonologicamente ao kadiwéu, como é o caso dos numerais do português. Atualmente os kadiwéu são totalmente bilíngues e não é frequente a adaptação fonológica nas palavras do português que entram neste momento na língua. O sistema de numeração, parcialmente em kadiwéu e parcialmente com numerais do português adaptados, é ensinado na escola. Portanto, não há evidência para acreditar que um sistema irá desaparecer.

Em 2, apresento evidência para a classificação de kadiwéu como uma língua de classificadores numerais; em 3, apresento a gramática de contagem e de medida do kadiwéu; e em 4 discuto como o kadiwéu foi modificado pelos empréstimos criando a coexistência de duas tipologias gramaticais na mesma língua.

1. O kadiwéu e a tipologia de nomes

A língua kadiwéu ficou conhecida como uma língua da tipologia polissintética (Sandalo 1997), pois é uma língua de grande complexidade morfológica e que conta com incorporação gramatical (cf. Baker 1995). Mas este não é o único modo de classificar línguas tipologicamente. Outro modo de separar tipologias trata de como nomes são gramaticalizados na língua (cf. Chierchia 1998). Algumas línguas, como o chinês, requerem que todo nome seja acompanhado por uma palavra que é rotulada de classificador numeral para que sejam entendidos como átomos, já que, nestas línguas, os nomes nus podem ser entendidos como plurais (Chierchia 1998).

Sandalo & Michelioudakis (2016) mostram que nomes nus no kadiwéu não são necessariamente entendidos como singulares e que a língua conta com classificadores para individualizar os nomes, como no chinês. Isso é, para estes autores, kadiwéu é, como o chinês, da tipologia de línguas de classificadores numerais. O exemplo em (1) atesta que nomes não são necessariamente singulares nesta língua:

(1) João y-a: apolikaGanaGa.

João 3ERG-vender cavalo

João vende cavalo (um ou mais)

(4)	* João y-a:	ta:le	apolikaGanaGa-di
	João 3ERG-comprar	2	cavalo-pl

‘João compra dois cavalos

Aikenvald (2000) classifica as línguas Guaikurú como línguas de classificadores dêiticos, embora não discuta qual seria a função de tais classificadores ao serem comparados com classificadores numerais. Sandalo & Michelioudakis mostram que a função de um classificador numeral e um classificador do kadiwéu é a mesma, como discutido acima: individualizar um nome. Mas, de fato, os classificadores numerais do kadiwéu carregam informação dêitica como observado por Aikenvald. Abaixo listo os classificadores do kadiwéu. Note que o classificador empregado em (2) é *-jo*, e isso significa que o cavalo do exemplo em (2) é percebido como se afastando do falante. Na forma plural, a forma mais usada é *-n:i*, pois é usada em situações em que as unidades ocorrem em mais de uma situação dêitica, sendo, portanto, um classificador *default*.

(3) Os classificadores do Kadiwéu:

-d:a ‘verticalmente estendido’,

-n:i ‘não estendido’,

-n:a ‘vindo em direção ao falante’,

-d:i ‘horizontalmente estendido’,

-jo ‘indo para longe do falante’,

-ka ‘fora da visão’

Os numerais tradicionais do kadiwéu, isto é, de origem Guaikurú, são aqueles de 1 a 3 e seus derivados apenas (veja Griffiths 1975 para uma descrição dos numerais em kadiwéu). A língua emprestou numerais do português para preencher as lacunas dos numerais não

existentes ao compararmos kadiwéu com o português. E isso tem um impacto em sua gramática. Uma diferença entre os numerais nativos e os emprestados é que os classificadores não são jamais incorporados aos numerais emprestados do português, ao contrário do que acontece com os numerais nativos. Neste caso, os classificadores aparecem como palavras independentes e são opcionais em leituras de contagem, como será discutido na próxima seção:

(4) João y-a: (i-d:i-wa) goatolo apolikaGanaGa-di

João 3ERG-comprar quatro masc-CL-pl 4 cavalo-pl

‘João compra dois cavalos

Neste exemplo, o numeral *quatro* é emprestado do português e adaptado à fonologia da língua. Assim, a língua não conta com a líquida /r/, mas com /l/. Além disso, a sílaba é estritamente CV e uma vogal assimilada à vogal do núcleo, [o], é inserida para separar o encontro consonantal do português. Finalmente, kadiwéu não admite consoantes surdas em início de palavra lexical. Assim, *quatro* se transforma em *goatolo*, um numeral emprestado do português.

Alguém poderia argumentar que é a natureza fonológica da palavra emprestada que impediria a ocorrência de um classificador na morfologia de numerais emprestados. Mas este não parece ser o caso, pois, como vimos acima, os numerais emprestados são adaptados à fonologia da língua e, além disso, kadiwéu permite morfologia nativa em empréstimos (e.g. *ji-ni-baila-Ga* ‘nós bailamos’ com a palavra do português *baila* como raiz).

Abaixo apresento um exemplo do sistema de numeração do kadiwéu atualmente. O classificador usado pode mudar, bem como o gênero. Listamos aqui os numerais com o classificador *ni-* e na forma masculina. Note que nem mesmo em isolamento um numeral nativo pode ocorrer sem o classificador. E, como mencionado acima, este não é o caso de numerais emprestados, pois eles nunca ocorrem com classificadores incorporados.

1 - on-i-n:i-tekibeke

1-masc-CL-separadamente

‘um’

2 - i-n:i-wa-ta:le

masc-CL-pl-2

‘dois’

3 - i-n:i-wa-tadiGini

masc-CL-pl-3

‘três’

4 - goatolo

‘quatro’

A perda do classificador na morfologia do numeral tem um impacto na gramática de contagem e medida do kadiwéu. Sobre este aspecto trataremos na próxima seção.

2. Contando e medindo no kadiwéu

Se falamos em português informal uma sentença como *tem dois sacos de laranja em cima da mesa*, podemos nos referir (i) às laranjas dispostas na mesa, que poderiam caber em dois sacos, ou (ii) de dois sacos cheios de laranjas que estão em cima da mesa. Ou ainda, *tem dois litros de leite na mesa*, pode referir-se ao fato de ter (i) duas garrafas de leite em cima da mesa ou (ii) de dois litros de leite colocados dentro de uma tigela que está em cima da mesa, por exemplo. No primeiro caso, trata-se de uma leitura de contagem, pois as unidades são visíveis e segmentáveis. E, no segundo, de uma leitura de medida. Dentro da unidade de medida, saco ou litro, por exemplo, as unidades podem deixar de serem visíveis.

A ambiguidade apresentada acima é comum em língua como o português ou o inglês (cf. Rothstein 2011). Este não é o caso do kadiwéu com números nativos. A partir de desenhos representando situações de medida vs. contagem (Figuras 1 e 2), elicitei, com base no questionário de Lima & Rothstein (2016), dados sobre contar e de medir do kadiwéu com numerais nativos e emprestados (cf. Sandalo & Michelioudakis 2016 e Sandalo 2017). Foram consultados dois falantes nativos do kadiwéu em lugares e dias distintos sem que um soubesse da resposta do outro. Ambos eram falantes masculinos entre 40 e 50 anos de idade.

Podemos observar que dois CLs aparecem no sintagma nominal quando há leitura de medida com numerais nativos. Assim, em (5), há um CL iniciando o sintagma nominal e outro incorporado ao numeral: [id:iwa [[itowata:le [waka loti:di]]]]. O primeiro atomiza a frase [itowata:le waka loti:di] ‘dois leites de vaca’ servindo como uma unidade de medida. E o outro atomiza [waka loti:di] ‘leite de vaca’, já que se trata de uma língua de classificador numeral. Kadiwéu não conta com adposições, a expressão de posse é marcada pelo genitivo (POSS) no núcleo no sintagma nominal. É ainda importante observar que a forma *itowata:le* contém o classificador *d:i-* que sofreu ensurdecimento consonantal e assimilação vocálica com a semivogal /w/. O processo morfofonológico de desvozeamento de oclusivas em contiguidade com morfemas de pluralidade é produtivo em kadiwéu (ver Sandalo 1997 e Nevins e Sandalo 2011).

Figura 1



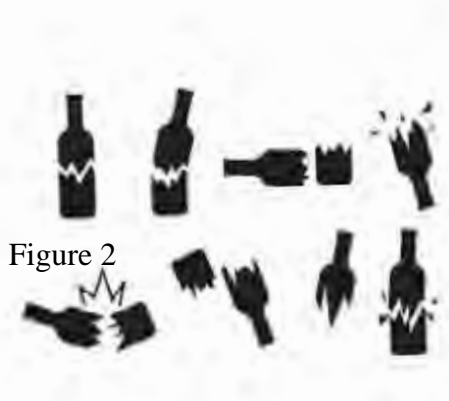
(5) i-d:i-wa i-to-wa-ta:le waka 1-otidi
 masc-CL-pl masc-CL-pl-2 vaca 3POSS-leite

Note que a informação dêitica do classificador informa o tipo de unidade de medida, neste caso, um recipiente horizontalmente estendido é a informação carregada pelo primeiro classificar, *d:i-*. Este é, portanto, o modo como a tigela da Figura 1 foi percebida. Portanto, literalmente, a sentença traz o significado de um recipiente (horizontalmente estendido) contendo duas unidades de leite de vaca.

Se o classificador que introduz o sintagma nominal é retirado, deixando apenas aquele incorporado ao numeral, a interpretação será de contagem (i.e. duas unidades de leite, como duas tigelas de leite, por exemplo).

Um outro exemplo de contagem pode ser visto na sentença que segue a Figura 2. No caso de contagem, apenas um CL ocorre atomizando o núcleo, que em (6) é *ninyoGodi* ‘água’.

Figura 2



(6) j-inoyaGadi i-ni-wa-ta:le diba-tiogi Go-baGadi ninyoGodi
 1ERG-quebrar masc-CL-pl-2 dedo-APLL 1plPOSS-mão água

‘Eu quebrei sete (unidades) de águas’

No exemplo (6) aparece o número sete, um número derivado e tradicional do kadiwéu.

Literalmente significa *dois dedos para nossa mão*. O kadiwéu não conta com adposições, como já mencionado, noções expressas por preposições em línguas como o português são expressas através de aplicativos (APLL) ou marcas de caso em posse, como é comum em línguas polissintéticas. Neste caso, como em qualquer número nativo, um CL aparece incorporado ao numeral.

Em suma, não há ambiguidade entre contar e medir em kadiwéu de numerais nativos. O quadro 1 sumariza as duas gramáticas. No quadro 1, (*...) significa a impossibilidade de ocorrência e *(...) significa a impossibilidade de não-ocorrência.

	Contando	Medindo
Numerais nativos	(*CL) *(CL)-Numeral NP	*(CL) *(CL)-Numeral NP

Quadro 1: contar e medir em kadiwéu de numerais nativos

Na seção que segue trataremos de numerais emprestados em contagem e medida.

3. Contagem e medida com palavras emprestadas do português

Kadiwéu, como vimos acima, separa entre contar e medir claramente. A gramática de medida conta com dois CLs: [CL[CL-NUM NP]]. Enquanto a de contagem conta com apenas um CL: [CL-NUM NP]

O numeral emprestado não conta com um classificador incorporado a ele, como vimos em (4). E isso tem implicações para a gramática de contar e medir. O kadiwéu contado com numerais emprestados do português tem um funcionamento distinto: o classificador não é incorporado ao numeral e, além disso, é opcional, com nomes massivos e não-massivos:

(7) j-inoyaGadi (nGidiwa) goatolo ninyoGodi

1ERG-quebrar masc-CL-pl 4 água

‘Eu quebrei quatro (unidades de) água’

(8) jinoyaGadi (nGidiwa) goatolo nidiqonaGaditedi

1ERG-quebrar masc-CL-pl 4 lápis-pl

‘Eu quebrei quatro lápis

No caso de nomes massivos, uma unidade de medida do português pode aparecer, embora também opcional:

(9) j-opotidige (i-d:i-wa) goatolo (kilo) libole

1ERG-precisar masc-CL-pl 4 quilo 3POSS-carne

‘Eu preciso de 4 (unidades) (quilos) de carne’.

Assim, em caso de contagem, passamos, com numerais emprestados, a ter uma gramática em que nomes e numerais coocorrem sem restrição. Nesta situação, o kadiwéu deixa de ser uma língua de classificadores numerais, pois a presença do classificador com numerais deixa de ser obrigatória, e mesmo com nomes massivos não há a obrigatoriedade de palavras de medida ou classificadores. Cinque (2016) observa que em uma língua como o inglês, que não é uma língua de classificadores numerais, palavras de medida ocorrem sempre com nomes não-massivos acompanhados de numerais (e.g. *two bottles of water*, **two waters*). Mas o kadiwéu passa de uma língua em que todo nome precisa de classificador, para atomização, para uma língua em que numerais podem ocorrer livremente com todos os tipos de nomes.

Cabe aqui enfatizar que kadiwéu não tem palavras nativas de medida para além dos classificadores. Mas a língua adotou palavras de medida do português, como mencionamos acima. E cabe salientar que elas podem ocorrer com numerais emprestados ou nativos atualmente. Segue um exemplo com um numeral nativos e um nome massivo. Abaixo o classificador é obrigatório e incorporado ao numeral, como vimos anteriormente, pois o numeral é nativo. A palavra de medida emprestada é ainda opcional.

(10) j-opotidige i-n:i-wa-ta:diGini (kilo) libole

1ERG-precisar masc-CL-pl-3 quilo 3POSS-carne

‘Eu preciso de 3 unidades (quilos) de carne’

Passemos agora a observar o impacto na gramática de medida do kadiwéu com numerais emprestados.

No caso de medir, o classificador que inicia o sintagma nominal volta a ser obrigatório (11), recriando o contraste entre contar e medir. Sem o classificador, a leitura é de quatro recipientes de leite ou quatro poças de leite.

(11) i-d:i-wa goatolo waka lotidi

masc-CL-pl 4 vaca 3POSS-leite

‘Um recipiente com quatro unidades de leite de vaca’

Unidades de medidas em português podem ser usadas também neste caso, mas novamente opcionalmente. Em (12) a palavra garrafa é usada e adaptada à fonologia do kadiwéu, assim, /l/ substitui /r/ e /p/ substitui /f/.

(12) i-d:i-wa goatolo (galapa) waka lotidi (katinedi naGaGaxi)

DEM-masc-CL-pl 4 garrafa vaca 3POSS-leite CL-APLL tigela

‘Tem quatro garrafas de leite (dentro da tigela)’

Em (12), ainda, o sintagma *dentro da tigela* foi acrescentado pelo falante indígena consultor para clarificação de que se trata de medida. O nome *naGaGaxi* ‘tigela’ também necessitou de individualização, e, portanto, ocorre o classificador *ka-*. Já que um classificador pode aparecer opcionalmente com contagem, pode haver ambiguidade, e o sintagma *dentro da tigela* foi acrescentado para ênfase na medida, uma vez que a situação elicitada foi de medida.

Ainda, para salientar, a diferença entre contar e medir em kadiwéu com números emprestados é apenas o fato de um classificador ser obrigatório com leituras de medida. Mas se depararmos no corpus Kadiwéu com uma sentença como *id:iwa goatolo waka loti:di* sem um contexto claro, há ambiguidade entre contar e medir, pois não saberemos se o classificador é ou não obrigatório na sentença. Deste modo, cria-se no caso de números emprestados uma ambiguidade não presente no kadiwéu de numerais tradicionais, mas presente em línguas como o português como já mencionado.

Abaixo apresento esquematicamente as gramáticas de numerais nativos e de numerais emprestados em kadiwéu para uma maior sistematização. O quadro 2 sumariza o kadiwéu de numerais nativos e emprestados. No quadro 2, como no quadro 1, (*...) significa a impossibilidade de ocorrência e *(...) significa a impossibilidade de não-ocorrência. E (...) significa opcionalidade.

O quadro 2 mostra que em kadiwéu de contagem com numerais nativos, apenas um classificador ocorre obrigatoriamente. O classificador incorporado ao numeral não pode ser omitido e nem mesmo um classificador extra pode ser acrescentado. Com numerais emprestados ocorre opcionalmente um classificador não incorporado ao numeral emprestado em contagem, criando a possibilidade de coocorrência de classificadores e numerais.

O quadro 2 mostra ainda que no kadiwéu de medida, com numerais nativos, há dois classificadores obrigatoriamente: um que ocorre como palavra independente e outro incorporado ao numeral. Com numerais emprestados, ocorre apenas um classificador que é obrigatório e não incorporado ao numeral.

	Contando	Medindo
Numerais nativos	(*CL) *(CL)-Numeral NP	*(CL) *(CL)-Numeral NP
Numerais emprestados	(CL) Numeral NP	*(CL) Numeral NP

Quadro 2: Gramáticas de contagem e medida do kadiwéu nativo e emprestado

Finalmente, ainda sumarizando, kadiwéu não tem palavras de medida. Esta função é realizada por classificadores como vimos. Mas palavras de medida foram emprestadas do português e podem ocorrer em contagem com nomes massivos e com todo tipo de nomes em leituras de medida para maior clarificação/ênfase. Mas tais palavras são sempre opcionais.

4. Implicações para a teoria linguística

Este trabalho tentou mostrar que Kadiwéu é uma língua de classificadores numerais que é afetada pela introdução de numerais do português. Os nomes em kadiwéu, emprestados ou não, sempre necessitam de classificadores para atomização, e numerais sempre coocorrem com classificadores. No entanto, numerais emprestados não contam com a obrigatoriedade de coocorrência com classificadores. Este fato cria a possibilidade na língua de ocorrência de nomes e numerais sem qualquer restrição.

É possível, assim, pensar que a possibilidade de existência de numerais sem classificadores traz a questão de gramáticas/tipologias em competição no sentido de Kroch (1994): uma língua de classificadores em competição com uma língua de outra tipologia coexistindo em uma mesma língua dado o contato.

Os fatos do kadiwéu, além disso, trazem uma contribuição para o entendimento de línguas de classificadores numerais. De acordo com Chierchia (1998), todos os nomes de línguas de classificadores numerais seriam massivos. Há, entretanto, evidência para acreditar que kadiwéu faça distinção entre nomes massivos e não-massivos: embora qualquer nome possa ser pluralizado em kadiwéu (cf. Sandalo & Michelioudakis 2016), nomes massivos não aparecem frequentemente pluralizados, como pode ser observado nas sentenças (6-7) acima, por exemplo. A proposta de Chierchia nem mesmo prevê a possibilidade de pluralização em línguas de classificadores numerais, já que todos os nomes seriam massivos e não pluralizáveis. Portanto, os fatos do kadiwéu não sustentam a proposta de Chierchia.

Krifka (1995), por outro lado, argumenta que é a natureza do numeral que é responsável pela coocorrência de numerais e classificadores em certas línguas, e não a natureza dos nomes. Para Krifka, em línguas de classificadores numerais, os numerais não contam com uma função de medida embutida, como os numerais das línguas europeias. Abaixo apresento a visão de Krifka formalmente, usando, para exemplificação, o numeral dois em português e em kadiwéu:

(13) Numerais para Krifka (1995)

a. Numerais que não coocorrem com classificadores

$$[[\text{dois}]] = \lambda P : \text{ATOMICO}(P). \{x : *P(x) \ \& \ \mu_{\#(x)} = 2\}$$

b. Numerais que coocorrem com classificadores

$$[[\text{ta:le}]] = \lambda m \lambda P : \text{ATOMICO}(P). \{x : *P(x) \ \& \ m(x) = 2\}$$

c. Classificador Numeral/função medida

$\mu_{\#}$

Os dados do kadiwéu dão suporte para esta visão, já que os numerais emprestados não necessitam da presença do classificador. Os nomes que ocorrem com numerais nativos ou emprestados em kadiwéu são os mesmos; de fato, o que muda é o numeral apenas, trazendo, portanto, evidência empírica para Krifka.

Assim, nesta visão, ao empregarem um numeral do português que já conta com a função de medida, um classificador deixa de ocorrer em contagem, sendo apenas necessário em leituras de medida.

E o padrão observado em kadiwéu não é exclusivo desta língua. Bale & Coon (2014) observam exatamente o mesmo padrão em Chol, uma língua Maya. Esta língua conta com numerais tradicionais Maya e emprestados do espanhol. Os numerais nativos ocorrem com classificadores incorporados na morfologia do numeral como no kadiwéu, e os emprestados não. Uma situação, portanto, idêntica ao kadiwéu:

(14) Chol (Bale & Coon 2014)

a. ux-p'ej tyumuty

3-CL ovo

‘ 3 ovos’

b. nuebe tyumuty

9 ovo

‘9 ovos’

Em suma, línguas como Chol e Kadiwéu trazem evidência empírica para Krifka (1995) e para um melhor entendimento de numerais e de línguas de classificadores numerais. Nesta perspectiva, é a natureza sintático-semântica do numeral que é responsável pela ocorrência ou não de um classificador numeral.

REFERÊNCIAS:

Aikhenvald, A. (2000). *Classifiers*. Oxford: Oxford University Press.

Baker, Mark. (1995). *The Polysynthesis Parameter*. Oxford: Oxford University Press.

Bale, Alan & Coon, Jessica. (2014). Classifiers are for numerals, not for nouns: consequences for the mass-count distinction. *Linguistic Inquiry* 45. 4: 707-719.

Chierchia, G. (1998). ‘Plurality of mass nouns and the notion of “semantic parameter”’. In ‘Events and Grammar’, 53–103. Springer Netherlands.

Cinque, G. (2006). ‘Are all languages ‘Numeral Classifier Languages?’ *Rivista di Grammatica Generativa* 31: 119–122.

Griffiths, Glyn. (1975). Numerals and Demonstratives in Kadiwéu. *Arquivos de Anatomia e Antropologia* 1: 61-77.

Krifka, Manfred. 1995. Common nouns: A contrastive analysis of English and Chinese. In

The generic book, ed. G. N. Carlson and F. J. Pelletier, 398–411. Chicago: Chicago University

Press.

Kroch, Anthony (1994). Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. (Ed.). Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society, v. 2, p. 180-201.

Lima, S. & Rothstein, S. (2016). 'The count/mass distinction questionnaire'. University of Toronto & Bar-Ilan University, Ms. Métraux, Alfred. (1945). Etnografia del Chaco. Washington: Smithsonian Institution.

Nevins, Andrew & Sandalo, Filomena. (2011). Markedness & morphotactics in Kadiwéu [+participant] agreement. Morphology 21: 351-378. DOI 10.1007/s11525-010-9165-2

Rothstein, S. (2011). 'Counting, measuring, and the semantics of classifiers'. The Baltic International Journal of Cognition, Logic, and Communication 6: 1–42.

Sandalo, Filomena . (1997). A Grammar of Kadiwéu. MIT Occasional Papers in Linguistics 11.

Sandalo, Filomena. (2017). Measuring and Counting in Kadiwéu. UNICAMP ms. Sandalo, Filomena & Michelioudakis, Dimitris. (2016). Classifiers and Plurality: evidence from a deictic classifier language. The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication. Volume 11: Number: Cognitive, Semantic and Crosslinguistic Approaches pages 1-40 DOI: <https://doi.org/10.4148/1944-3676.1112>

ADAPTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM JAPONESA NO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

*Lara Bertazzo Richter*¹

*Ana Livia Agostinho*²

RESUMO

Este trabalho pretende oferecer uma análise preliminar da fonologia dos empréstimos linguísticos de origem japonesa no português brasileiro. A partir da construção de um *corpus*, se observará como ocorre a adaptação fonético-fonológica, silábica e acentual destes empréstimos. Sendo assim, analisaremos a adaptação do acento original ao padrão acentual do português brasileiro, uma vez que o japonês é uma língua de padrão *pitch-accent* (McCawley 1964), enquanto o português brasileiro é uma língua de padrão acentual *stress*. Além disso, observaremos processos fonológicos que ocorrem no processo de adaptação.

Palavras-chave: acento; sistema acentual, fonologia de empréstimos; japonês; português brasileiro.

ABSTRACT

This research intends to offer a preliminary analysis of the loanwords phonology from Japanese

¹ Graduanda pela Universidade Federal de Santa Catarina com bolsa CNPq. E-mail: larabertazol@gmail.com.

² Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: a.agostinho@ufsc.br

to Brazilian Portuguese. Based on a *corpus*, we will observe the occurrence of the syllabic, accentual and phonetic-phonological adaptation of these loanwords. Therefore, we will analyze the adaptation from the original accent to the stress pattern of Brazilian Portuguese, considering that Japanese is a *pitch-accent* language (McCawley 1964), while Portuguese is a stress language. Besides that, we will observe the phonological processes that occur in the adaptation process.

Keywords: stress; accent; loanword phonology; Japanese; Brazilian Portuguese.

Introdução

Este trabalho analisa questões fonológicas relacionadas a empréstimos linguísticos do japonês no português brasileiro, tais como adaptações fonético-fonológicas, silábicas e acentuais e processos fonológicos.

A relação entre o português brasileiro e o japonês é dividida historicamente por Kono (2001) em três etapas: a primeira no século XVI, período das navegações portuguesas, ocorrendo principalmente durante a tentativa de disseminação do cristianismo no Japão por missionários; a segunda durante a imigração japonesa de 1908 para o Brasil; e a terceira após o retorno de alguns dos descendentes destes imigrantes para o Japão em 1990. Em todas as etapas foram incorporados empréstimos por ambas as partes, porém o enfoque desta pesquisa é nos empréstimos do japonês para o português brasileiro. Entre estes empréstimos encontram-se expressões que se referem a diversos elementos da cultura japonesa, como “sushi”, “origami”, “judô” etc. Assim como os outros empréstimos tomados pelo português, estes são, em sua maioria, pertencentes à classe substantival (cf. Alves 1947).

Assumindo que o contato entre povos gera intercâmbio cultural e linguístico, toda língua está sujeita a inclusões no seu léxico durante este processo (Carvalho 2009). Estas inclusões são, portanto, chamadas de empréstimos linguísticos.

O empréstimo é o resultado da adaptação de um item lexical, introduzido na língua-alvo, por falantes que têm acesso à língua emprestadora (Paradis & Label 1994). O processo de nativização destes empréstimos envolve as adaptações feitas espontaneamente e sem objetivo de ser fiel à língua original pelos falantes da língua que está incluindo o empréstimo (cf. Carvalho 2009). O termo nativização denota a adaptação de um item lexical, introduzido na língua-alvo, por falantes que têm acesso à língua emprestadora (Paradis & Label 1994) e é regida por restrições fonológicas. Segundo

Holden (1976), a hipótese de que empréstimos teriam uma fonologia diferente do sistema nativo não se sustenta, uma vez que muitas regras fonológicas do sistema nativo são aplicadas aos empréstimos.

Tendo em vista que o estudo de empréstimos traz conhecimento da L1, pretende-se observar a fonologia do PB, considerando que fonologia de empréstimo envolve produção e percepção, sem possibilidade de separá-los (cf. Calabrese e Wetzels 2009). Para Holden (1976), “quando um falante nativo monolíngue é confrontado com material novo, podemos observar o modo como ele modifica esse material e assim podemos vislumbrar a natureza de suas restrições linguísticas”³. Além disso, Hyman (1970) assume que uma regra é produtiva se aplicada a palavras novas e argumenta que a nativização de elementos linguísticos é um indicador de quais regras são “reais” na língua receptora. Sendo assim, é possível observar como se comporta a língua que recebe empréstimos (L1) através das adaptações feitas (cf. Calabrese e Wetzels 2009).

Outra questão em relação aos empréstimos é a entrada via língua escrita ou língua falada. Segundo Araujo & Agostinho (2009), é possível encontrar pistas que ajudam a determinar por qual via a palavra entrou. Os autores exemplificam com as palavras “tricô” e “fricote”, ambas de origem francesa. Segundos os autores, a palavra “tricô” entrou no português via língua falada, pois é pronunciada [tri'ko] em francês e “fricote”, [fri'ko] em francês, entrou via língua escrita, uma vez que a consoante <t> não é pronunciada em francês nesse contexto. Esta questão será retomada na análise de dados.

O presente artigo está dividido da seguinte maneira: Na seção 2 apresentaremos os sistemas fonológicos do japonês e do português. A seguir, na seção 3, discutiremos a metodologia e, na seção 4, a análise dos dados. Finalmente, passaremos às considerações finais.

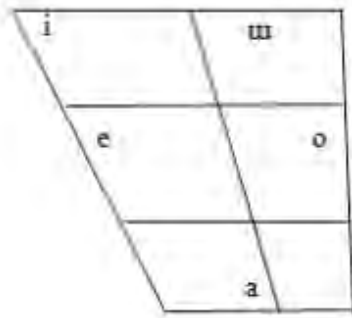
1. Os sistemas fonológicos do japonês e do português

O japonês possui cinco vogais fonológicas, sendo elas /i, e, a, o, u/ (cf. Labrune 2006), que são fonemas também no português. A vogal /u/, no entanto, é produzida como [u] no japonês, sendo mais centralizada que o [u] do português.⁴ Além destas, o português possui ainda as vogais média-baixas [ɛ] e [ɔ] que não ocorrem em japonês. Em (1), podemos observar as vogais do japonês e do português:

3 Tradução nossa.

4 Porém, a realização fonética em japonês de [u] é mais próxima da de [u] do que aponta o IPA (Kubozono 2015).

(1)



b)

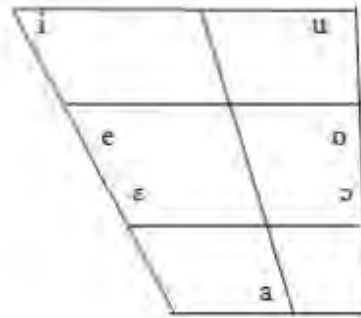


Figura 1: a) Vogais do japonês (Labruno 2006) e b) vogais do português brasileiro (Seara et al 2015).

Em japonês há um processo de desvozeamento de vogais entre consoantes surdas ou após consoante surda em final de palavra (Fujimoto 2015). Este fenômeno poderia influenciar a percepção de vogais com maior ou menor prominência, sendo que a vogal desvozeada não seria adaptada como tônica. No entanto, este processo não ocorre em todas as variedades de japonês e está relacionado com a velocidade da fala (Fujimoto 2015).

A seguir podemos observar as realizações fonéticas das consoantes do japonês e do português brasileiro:

	Bilabiais	Alveolares	Palatais	Velares	Uvulares	Glottais
Oclusivas	[p] [b]	[t] [d]		[k] [g]		
Fricativas	[ɸ]	[s] [z]	[ç] [ʒ]			[h]
Africadas		[ts] [dz]	[tç] [dʒ]			
Nasais	[m]	[n]		[ŋ]	[ɴ]	
Glides			[j]	[w]		
Líquidas		[r]				

Tabela 1: Consoantes do japonês (baseado em Labruno 2006).

	Bilabial	Labio dental	Alveolar	Alveo palatal	Retroflexo	Palatal	Velar	Uvular	Glotal
Oclusiva	[p][b]		[t] [d]				[k] [g]		
Nasal	[m]		[n]			[ɲ]			
Vibrante									
Tepe			[r]						
Fricativa		[f] [v]	[s] [z]	[ʃ] [ʒ]			[x][χ]		[h][ħ]
Africada				[tʃ] [dʒ]					
Lateral			[l]			[ʎ]			
Aproxi- mante			[ɹ]		[ɻ]	[j]	[w]		

Tabela 2: Consoantes do português brasileiro (baseado em Seara et al 2015).

A partir dos dados acima, podemos observar que as consoantes do japonês [ɸ, ɛ, z, ts, dz, tɛ, dz, ŋ, ɴ] não estão presentes no português. Sendo assim, a expectativa é de que o fonema /h/⁵, realizado como [ɸ] antes de /u/ pela variedade conservadora e como [h] diante das demais vogais, e como [ɸ] diante de outras vogais em variedades contemporâneas (Rudell 2013), seja pronunciado como [f] pelos falantes de português diante de /u/, e como [h] nos demais contextos. No entanto, em nosso *corpus*, todas as palavras contêm [ɸ] diante de [u] em japonês. Segundo Labrune (2006), em japonês, a consoante /t/ é produzida como [t] antes de [a], [e] e [o], como [tɛ] antes de [i], e como [ts] antes de [u]. Assim também ocorre com a consoante /d/, produzida como [d] antes de [a], [e] e [o], como [dz] e [z] antes de [i] e como [dz] ou [z] antes de [u]. Já /s/ é realizado como [ɛ] diante de [i] e como [s] diante das outras vogais, assim como /z/ é realizado como [z] e [dz] diante de [i], como [z] junto às demais vogais, e, ocasionalmente, como [dz] diante de [u]. Espera-se que as consoantes citadas sejam reproduzidas no português como [ʃ] e [ʒ] em lugar das palatais [ɛ] e [z], e que ocorra palatização diante de [i] com a realização das africadas [tʃ] e [dʒ]. Em casos como “tsunami”, é provável que seja inserida a vogal [i], formando uma nova sílaba [ti] ou [tʃi], dependendo da variedade do falante. É esperado que a consoante /g/, produzida como uma nasal velar [ŋ] entre vogais e após outra consoante, seja realizada como [g] no português e não como uma consoante nasal.

Segundo Haraguchi (2003), a estrutura silábica do japonês segue o padrão em (2):

(2) (C) V (V) (X)

O (X) representa a nasal moraica ou a primeira consoante de uma geminada, que são os únicos elementos permitidos em coda. Os glides se comportam como consoantes na língua, ocorrendo apenas em posição inicial da sílaba, junto à consoante ou sozinhos (Tsujimura 2014). Não há consenso sobre ditongos no japonês fonologicamente. Labrune (2010) comenta haver a possibilidade de se falar em ditongos com a consideração de peso silábico em japonês, mesmo que não haja justificativa fonética. Portanto, para a autora, apenas definindo a existência de sílabas na língua ou não, e determinando o pertencimento ou não da vogal em questão (quer seja parte de um ditongo ou hiato) na unidade prosódica seria possível chegar a uma conclusão. Segundo o autor, existem apenas os ditongos transcritos como <ya>, <yo> e <yu>. Já Kubozono (2015) considera ditongos apenas /ai, oi, ui/, ditongos formados em contextos específicos. Consoantes obstruentes em japonês podem ser geminadas. Segundo Labrune

5 Tradicionalmente, [ɸ] é considerado variação complementar de [h], por estar presente apenas diante de [u]. Porém, empréstimos tomados pelo japonês do inglês, por exemplo, como “wife” são adaptados com [ɸ], sendo, então, possível que seja fonologicamente /f/ em vez de /h/ (Rudell 2013).

(2006), apenas geminadas desvozeadas são permitidas no vocabulário nativo, enquanto geminadas vozeadas ocorrem em empréstimos. A seguir, podemos observar as sílabas (cf. Kawahara 2016) possíveis em japonês⁶:

Sílaba em japonês	Exemplo
CV	[kabuki] ‘teatro <i>kabuki</i> ’
CVV	[ge:ça] ‘gueixa’
CGV	[kenkyo] ‘humildade’
CGVV	[kjo:ˈto] ‘Kyoto’ ⁷
GV	[çɔ:jw] ‘shoyu’
GVV	[jo:zi] ‘palito de dente’
V	[anime:] ‘ <i>anime</i> ’
VV	[aikido:] ‘ <i>aikido</i> ’
CVN	[ra:ˈmen] ‘prato japonês com macarrão’
CVVN	[ko:ˈN] ‘milho’ ou ‘cone’ ⁸
CGVN	[kjambasu] ‘tela’
GVN	[wampaku] ‘libertinagem’
GVVN	[ja:N] ‘fio’
....VC ₁ .C ₁ V....	[kappa] ‘figura mitológica’

Tabela 3: Sílabas do japonês.

No que diz respeito às sílabas, o português não possui vogais longas e consoantes geminadas em coda, com exceção do caso das geminadas fonológicas [ɲ] e [ʎ] (cf. Wetzels 2000). Sendo assim, é esperado o reparo das sílabas não permitidas (cf. Moura & Damulakis 2013), em que a vogal longa não será realizada e que a consoante geminada em coda será apagada, permanecendo apenas a consoante em onset da sílaba seguinte, como é o caso de *kappa* ‘figura mitológica’, sendo realizado como [ˈkapɐ] em português.

A existência da nasal em coda no português brasileiro é discutida por vários autores, como, por exemplo, Câmara Jr. (1977), que argumenta que as vogais do português são bifonêmicas, ou seja, são vogais seguidas por um elemento consonantal nasal. No entanto, o japonês não nasaliza a vogal antecedente. Além disso, a nasal em coda em final de palavra do japonês é uvular, ou seja, mais posterior que as consoantes nasais do português. A consoante nasal em coda pode sofrer assimilação do ponto de articulação da consoante seguinte em meio de palavra (Labrune 2006), tal como ocorre em

6 O padrão CGVVN não foi encontrado.

7 O diacrítico [ˈ] indica o local da queda de altura, sendo a sílaba anterior a acentuada.

8 Do inglês “korn” ou “cone”.

português. Conforme Mase (1987), mesmo brasileiros descendentes de japoneses produzem palavras como *obaasan* ‘avó’ com a vogal final nasalizada, ao contrário do japonês em que o /a/ e o /N/ são produzidos como vogal oral e consoante nasal em coda. Nesses casos, em português brasileiro, a coda nasal nasaliza a vogal antecedente e pode ocorrer a realização de murmúrio nasal.

Embora exista a noção de que o japonês seja uma língua de moras, como argumenta Labrune (2012) através da contagem métrica baseada em número de moras dos *haiku*, há autores como Kawahara (2016), que afirmam que a sílaba desempenha um papel essencial na língua japonesa, e McCawley (1978), que classifica o japonês como uma língua silábica com contagem em moras. Assumiremos neste trabalho a noção de Kawahara (2016) e McCawley (1978).

O sistema acentual do japonês é analisado tradicionalmente como *pitch-accent*, sendo observado primeiramente por autores como McCawley (1964), à luz da linguística gerativa. Posteriormente, Hyman (2007) questiona esta classificação em relação ao japonês, considerando, como outros autores (Martinet 1960, Garde 1967, Hyman 1977a, 2006, van der Hulst & Smith 1986, Hayata 1999 e Ding 2006 apud Hyman 2007) a existência de sistemas tonais e *stress-accent* apenas. É válido ressaltar que o japonês é classificado como uma língua tonal por diversos autores (Cf. Hyman 2007) e que a classificação de línguas *pitch-accent* é criticada por não constituir um protótipo e não poder ser analisada como um sistema intermediário entre *tonal* e *acentual* (Hyman 2007). Esse artigo não pretende focar nessa questão, uma vez que a língua analisada aqui é o português brasileiro. Sendo assim, utilizaremos a análise de Haraguchi e Kubozono, que classifica o japonês como uma língua de padrão *pitch-accent* e busca aprimorar a pesquisa inicial de McCawley. No entanto, enfatizamos que ambas as análises tomam o *pitch*, ou seja, o tom, como crucial no sistema fonológico do japonês.

Nesse sentido, uma língua *pitch-accent* se difere de uma língua *stress-accent*, como o português, pois “na primeira o acento é marcado pela altura, ou seja, pela frequência da onda sonora, enquanto que, na segunda, o acento é marcado pela intensidade, ou seja, pela amplitude da onda sonora e pela duração” (cf. Gordon 2014, apud Agostinho 2016). O sistema acentual do japonês de Tóquio segue o padrão “n + 1” (Haraguchi 2001), que corresponde à possibilidade de o acento de toda palavra cair em qualquer uma das sílabas ou da palavra não ter nenhum acento⁹. Para identificar a localização do acento, utilizamos [˘] indicando a queda de altura, ou seja, a sílaba acentuada é a anterior, como nos

9 A não obrigatoriedade de características como a possibilidade de palavras não acentuadas em todas as línguas *pitch-accent*, e conseqüente inconsistência de regras comparadas às de padrão tonal vs. padrão *stress*, é um dos argumentos de Hyman (2007, 2014) para questionar a sua utilização como classificação tipológica.

exemplos abaixo:

Transcrição Fonética	Análise tonal
[oriˈŋami]	origami (H-H-L-L)
[kokoˈro]	kokoro (H-H-L)
[kaki]	caqui (L-H)
[goɦaˈŋ]	gohan (H-H-L)

Tabela 4: Exemplo da transcrição fonética dos termos em japonês e análise tonal.

No caso do acento do português brasileiro, percebe-se que o acento só se posiciona nas três últimas sílabas, sendo preferencialmente paroxítonas as palavras terminadas em vogal, e oxítonas as terminadas em consoante (Collischonn 2005). Para Lee (2007), existe uma regularidade no acento dos não-verbos caracterizada por: o acento cair em uma das últimas sílabas, a sílaba pesada final atrair o acento, e o acento nunca corresponder à sílaba com a vogal temática. Embora o português seja visto às vezes como uma língua não favorável à sensibilidade de peso por não diferenciar duração de vogais, Wetzels (2003 e 2007) observa que existe, em não-verbos, tendência a que sílabas pesadas atraiam acento consideravelmente. Igualmente, Ferreira Netto (2001) sugere que o peso silábico determine o acento oxítono.

A sílaba no português brasileiro possui uma “pauta acentual” obrigatória, sendo mais forte, em ordem decrescente, a tônica, a pretônica e, por fim, a postônica (Câmara Jr. 1970). Já no japonês, é possível não haver uma sílaba predominante (Ito e Mester 2016), havendo ocorrência de palavras não acentuadas. Conseqüentemente, a diferença entre a realização de vogais entre os dois também será distinta, sendo que não há redução evidente de vogais postônicas no japonês, diferenciando-se do português, que apresenta alçamento das vogais médias nesta posição. Assim, espera-se encontrar diferença na realização de vogais átonas finais. Um exemplo disso é “anime”, pronunciado [anime:] em japonês e [aˈnimi] ou [aniˈme] no português, dependendo da variação de acento.

Resumidamente, as adaptações previstas são:

Japonês	Português	Exemplos no <i>corpus</i>
[u]	[u]	[sumo:] para [suˈmo] “sumô”
[ɸ]	[f] diante de [u] [h] diante das demais vogais	[to:ɸu] para [toˈfu] “tofu”
[ts]	[tʃis] ou [tis]	[tswunami] para [tʃisuˈnẽmɪ] ou [tisuˈnẽmɪ]
[dz]	[z]	[adzuki] para [aˈzuki]
[tɕ]	[tʃ]	[pikatɕu:] para [pikaˈtʃu]

[dz]	[ʒ]	[dʒu:ˈdo:] para [ʒuˈdo]
[ç]	[ʃ]	[çimezi] para [ʃiˈmeʒi] “shimeji”
[z]	[ʒ]	[çimezi] para [ʃiˈmeʒi] “shimeji”
[ŋ]	[g]	[oriˈŋami] para [oriˈgẽmi] “origami”
...VV...	...V...	[sumo:] para [suˈmo]; [to:ɸu] para [toˈfu]
...C.C...	...C...	[seppuku] para [sepuˈku]
[N] em coda	Vogal nasalizada	[udon] para [uˈdõ] “udon”
Vogal postônica	Vogal postônica reduzida	[anime:] para [aˈnimi]; [kimono] para [kiˈmonʊ] e [sakura] para [saˈkure] “sakura”
Acento <i>pitch</i>	Acento <i>stress</i>	todos os casos

Tabela 5: Adaptações esperadas.

2. Metodologia

Segundo Mase (1987), os imigrantes vindos do Japão no século XVI vieram, em sua maioria, do oeste japonês, sendo esta a variedade predominante na gramática e no léxico da língua japonesa falada no Brasil. Porém, o mesmo não ocorreu com o acento, sendo este mais influenciado pela região leste (equivalente à variedade de Tóquio, base da língua padrão). O autor não explica como chegou a esta conclusão, mas é conveniente aceitá-la pela quantidade escassa de material disponível referente a outras variedades que não a padrão. Por conseguinte, esta pesquisa toma o acento padrão de Tóquio como referência para a formação de dados.

Para formação da lista de empréstimos foram utilizados como fonte principalmente o *Guia da Cultura Japonesa* (2004) e a dissertação de Fujiwara (2014). As palavras foram consideradas como são pronunciadas isoladamente em ambas as línguas devido a alterações de acento por questões prosódicas, especialmente no japonês.

Feito o levantamento do *corpus*, foram analisados as relações entre os termos originais do japonês e os empréstimos no português com ênfase na questão do acento a fim de chegar a conclusões fundamentadas percentualmente. Com este intuito foi elaborada uma planilha de Excel com as seguintes colunas: (1) as palavras tomadas como empréstimo pelo português, (2) sua transcrição fonética em português, (3) o período de entrada conforme o Dicionário Houaiss, (4) a vogal tônica no português brasileiro, (5) a transcrição fonética em japonês com indicação da sílaba acentuada original (se houver) conforme o *NHK Nihongo Hatsuon Akusento Jiten* (Dicionário de Acento do Japonês), (6) o número de sílabas em português, (7) o número de sílabas em japonês, (8) o acento em

português, (9) a manutenção ou não da sílaba acentuada no processo de empréstimo, (10) a variação de pronúncia no PB e a (11) fonte do empréstimo.

O método do Dicionário Houaiss estabelece a datação das palavras de acordo com “a data do primeiro registro conhecido ou estimado de uma palavra, com indicação da fonte onde ocorre ou da primeira obra lexicográfica que a incluiu em sua nominata” (Houaiss e Villar 2001: XXI). Sendo assim, as datas no DH não são sempre precisas, pois a palavra já poderia estar sendo empregada na língua falada muito antes de ser efetivamente documentada. Sendo assim, é impossível saber exatamente quando uma palavra entrou no português via empréstimo.

Algumas palavras foram encontradas dicionarizadas com a ortografia portuguesa, como “caraoquê” e “cabotiá”, enquanto outras adentraram a língua por sistemas de romanização do japonês, denominados *romaji*, tal como o sistema Hepburn, um dos mais populares e muito utilizado para a romanização de palavras do japonês por falantes de língua inglesa. Exemplos de ortografias que seguem sistemas *romaji* são as palavras: “kokoro”, “moyashi” e “teriyaki”.

O *corpus* utilizado para este artigo é composto de 102 palavras, totalizando 121 entradas com as variações encontradas. A seguir é possível observar parte do *corpus* na planilha do Excel:

Palavra	Transcrição portuguesa	Período de entrada	Vogal tônica no PB	Transcrição japonês	Sílabas em português	Sílabas em japonês	Acento em português	Manutenção da sílaba acentuada?	Variação?	Fonte
ABURA	[abu'ra]	?	[a]	[abura]	3	3	oxítona	não	não	Fujiwara
AIKIDO	[ajki'do]	1925	[o]	[aikido:]	3	5	oxítona	não	não	Almanaque
AISHITERU	[ajfite'ru]	?	[u]	[aiçite:ru]	4	6	oxítona	não	sim	Fujiwara
AISHITERU	[ajfi'teru]	?	[e]	[aiçite:ru]	4	6	paroxítona	não	sim	Fujiwara
ANIME	[ani'me]	?	[e]	[anime:]	3	4	oxítona	não	sim	Almanaque
ANIME	[a'nimi]	?	[i]	[anime:]	3	4	paroxítona	não	sim	Almanaque
ARIGATÔ	[ariga'to]	?	[o]	[a'riŋato:]	4	5	oxítona	não	não	Almanaque
AZUKI	[a'zuki]	?	[u]	[adzuki]	3	3	paroxítona	não	não	Almanaque
BAKA	['bake]	?	[a]	[ba'ka]	2	2	paroxítona	sim	não	comunidade otaku
BATIAN	['batfjã]	?	[a]	[oba:'san]	2	5	paroxítona	sim	sim	Almanaque
BATIAN	[batfj'ã]	?	[ã]	[oba:'san]	3	5	oxítona	não	sim	Almanaque
BENTÔ	[bêj'to]	?	[o]	[bento:]	2	4	oxítona	não	não	Almanaque
BIOMBO	[bi'ôbu]	1569	[ô]	[bio:bu]	3	4	paroxítona	não	não	Almanaque
BONSAI	[bô'saj]	DH?	[aj]	[bonsai]	2	4	oxítona	não	não	Almanaque
BUTÔ	[bu'to]	1960	[o]	[buto:]	2	3	oxítona	não	não	Almanaque
CABOTIÁ	[ka'botfje]	?	[o]	[kabotea]	3	3	paroxítona	não	sim	Almanaque
CABOTIÁ	[kabo'tfje]	?	[i]	[kabotea]	4	3	paroxítona	não	sim	Almanaque
CABOTIÁ	[kabotfj'a]	?	[a]	[kabotea]	4	3	oxítona	não	sim	Almanaque
CABÚQUI	[ka'buki]	1995	[u]	[kabuki]	3	3	paroxítona	não	não	Almanaque
CAQUI	['kaki]	1911	[a]	[kaki]	2	2	paroxítona	não	sim	Almanaque
CAQUI	[ka'ki]	1911	[i]	[kaki]	2	2	oxítona	não	sim	Almanaque
CARAOQUÊ	[karaw'ke]	1986	[e]	[karaoke]	3	4	oxítona	não	não	Almanaque
CARATÊ	[kara'te]	1995	[e]	[karate]	3	3	oxítona	não	não	Almanaque

Figura 2: Exemplo do *corpus*

3. Análise dos dados

Apresentaremos nesta seção a análise dos dados em relação à adaptação de vogais, consoantes, sílaba e acento dos empréstimos do japonês no português. Discutiremos, ao mesmo tempo, alguns processos fonológicos que ocorrem nestas adaptações.

As vogais longas são adaptadas como vogais tônicas em 87% dos casos, mesmo não sendo acentuadas em japonês, como “aikido” [ajki'do] (jap.¹⁰ [aikido:]), “anime” [a'nimɪ] ou [ani'me] (jap. [anime:]), “sumô” [su'mo] (jap. [sumo:]) e “biombo” [bi'õbɔ] (jap. [bio:bu]). No caso de “biombo”, especificamente, ocorre uma nasalização, o que pode ser atribuído à vogal alongada e às propriedades da consoante [b], embora não seja possível estabelecer um padrão de processo fonológico. As exceções (os outros 13%) corresponderiam a proparoxítonas caso a vogal longa em japonês fosse adaptada como tônica, como em “shitake” [ʃi'taki] (jap. [ei:'take]), que é adaptada como paroxítona; ou a palavras com sílaba pesada à direita, como “kohai” [ko'haj] (jap. [ko:hai]) e “seitan” [sej'tẽ] (jap. [se:tan]), ambas oxítonas em português, indicando que a adaptação é sensível ao peso silábico. Isso parece estar ligado ao fato de que a duração é um dos correlatos acústicos do acento em português.

Vale ressaltar que o fato das palavras com vogal longa em japonês poderem ser romanizadas com <ei> para [e:] e <ou> para [o:]¹¹ contribui para a interpretação como sílaba pesada e como ditongos para palavras que entram via escrita, como em “shodou” (jap. [ɕodo:]), “nissei” (jap. [nise:]) e “gueixa” (jap. [ge:ea]), que podem ser pronunciados como [ʃo'dow], [ni'sej] e ['gejʃe] em português. Ao mesmo tempo, há casos como “karê” [ka're] (jap. [kare:]), que pode ser um exemplo de entrada via oralidade, uma vez que a palavra não possui o ditongo <ei>, como seria esperado caso tivesse entrado via escrita *romaji*, sendo posteriormente adaptada ortograficamente sem o ditongo em português.

Ainda em relação aos ditongos, foi possível observar uma adaptação ortográfica a representar o <ou> e <ei> do *romaji*, que equivaleria a uma vogal longa do japonês, como <ô> e <ou>, como em “tofu”, “butô”, “bentô”, “kendô”, “shodou”, e <e>, <ê> e <ei>, como em “anime”, “karê” e “sansei”, sendo <ô> e <ê> utilizado para palavras oxítonas que não apresentaram variação de acento na pronúncia.

10 Apresentaremos a transcrição fonética do japonês entre parêntese com a indicação *jap.*

11 Em japonês, para sílabas terminadas em [e] e [o], a regra geral indica que a vogal longa será indicada com い <i> e う <u>, respectivamente.

Nos casos de uma vogal [i] seguida de um ditongo decrescente iniciado por [j], como em “teriyaki” (jap. [terijaki]) e “sukiyaki” (jap. [sukijaki]), ocorre um processo de degeminação de [i] e [j], que não é realizado na sílaba acentuada: [teri'aki] e [suki'aki]. Apesar do português brasileiro não ter sílabas fonológicas GV, é possível encontrar essas sílabas realizadas foneticamente em empréstimo como [jaki'sobɐ] e [wa'sabi].

Palavras com hiato no japonês, como “taiko”, “kohai”, “haiku” e “hentai” são produzidas com ditongo em português, sendo a necessidade de o português acentuar uma das vogais que fazem parte do hiato a única explicação para este fenômeno. Além disso, como prevê Ferreira Netto (2001 e 2003), o acento oxítono seria provocado por sílabas pesadas nesta posição, assim, todos os ditongos posicionados em sílaba final, como “sansei” e “bonsai”, são acentuados, o que pode ser justificado por ser, de fato, uma sílaba pesada no português (cf. Costa 1978, Bisol 1992 e 1994, Wetzels 1992 e Massini-Cagliari 1995 apud Lee 1997). É possível ainda considerar uma forma de compensação, já que no japonês estas sílabas contariam como duas moras, “bonsai” [bõ'saj] (jap. [bonsai]), ou seja, o acento compensaria a maior duração do termo original.

Assim também, palavras com /N/ em coda na sílaba final foram acentuadas em 87% dos casos, com exceção apenas de “lâmen” [ˈlamẽj] (jap. [ra:ˈmɛn]), talvez por haver uma vogal longa na sílaba anterior. Além de corroborar com a hipótese de Ferreira Netto (2001), confirma a posição do autor quanto à consoante fonológica /N/ fazer parte do que entende-se peso silábico no português.

Em palavras com <s> entre vogais, representando o fone do japonês [s] em *romaji*, não foram encontrados casos de adaptação para [z], o que pode ser um indício de entrada via fala e posterior adaptação para a ortografia do português com <ss>, como por exemplo “decasségui” [deka'sɛgi] (jap. [dekaseji]) que é romanizado como “dekasegi” em *romaji*.

O *locus* do acento foi modificado em 90% dos dados, o que demonstra que, de fato, o falante brasileiro não reconhece o padrão de acentual do japonês e aplica restrições fonológicas de sua L1 na adaptação destes empréstimos, uma vez que o tom não é um correlato acústico do acento em português. Em nosso *corpus*, 57% das palavras foram adaptadas como oxítonas e 43% como paroxítonas, sendo que apenas 24% dos dados tinha acento originalmente. Nenhuma palavra do *corpus* foi adaptada como proparoxítona. Argumentamos que isso se deve ao fato do falante de português não aceitar que as vogais /a/, /e/ e /i/, e /o/ e /u/ não sejam realizadas em sua forma reduzida no fim de palavras (como [ɐ], [ɪ] e [ʊ]), percebendo-as, portanto, como oxítonas, em casos de entrada da palavra via oralidade,

além do fator da duração das vogais longas e peso silábico.

Muitos substantivos em japonês não são acentuados (mais de 50%, segundo Haraguchi 2001), como “caqui” [ka'ki] (jap. [kaki]), enquanto no português, o acento é obrigatório. Portanto, percebe-se que os falantes de português brasileiro não reconhecem e não reproduzem o acento lexical baseado em altura, assim como não produzem palavras não acentuadas como no japonês, adaptando as palavras com um acento tônico principal. Ao mesmo tempo, parecem reconhecer como acentuadas as vogais longas por conta da duração, que é um correlato acústico do padrão acentual do português brasileiro, juntamente com a intensidade, uma vez que “designamos como acento o resultado da conjugação das propriedades de duração e intensidade do som vocálico que marca uma sílaba mais “forte” (ou proeminente) na sequência fonética que constitui uma palavra” (Mateus 2004).

Na tabela abaixo é possível observar o núcleo das sílabas tônicas em relação ao padrão acentual:

	[i]		[e]		[ɛ]		[a]		[ɔ]		[o]		[u]	
Oxítonas	10	71%	5	62%	0	0%	9	43%	0	0%	13	60%	12	67%
Paroxítonas	4	29%	3	38%	3	100%	12	57%	3	100%	9	40%	6	33%
Total	14	100%	8	100%	3	100%	21	100%	3	100%	22	100%	18	100%

Tabela 6: Ocorrências de oxítonas e paroxítonas em relação à qualidade da vogal tônica.

Observa-se, de fato, uma tendência de que as vogais altas [u] e [i] atraiam o acento oxítono, como já apontado em Agostinho & Araujo (2007). O fato do padrão acentual do japonês diferir do sistema do português, somado ao fato de que 90% das palavras não mantêm o *locus* original do acento, demonstram que não haveria nenhum impedimento fonológico para a adaptação de “sushi” como paroxítona, como ocorre em inglês, por exemplo. No entanto, não é possível afirmar que a qualidade da vogal exerça, sozinha, uma influência na posição do acento, uma vez que já foi visto como outros fatores como peso silábico e duração influenciam em maior escala.

Não foi possível encontrar regularidade para explicar todas as ocorrências de paroxítonas com vogal final [i] e [u]. Há paroxítonas com sílaba tônica longa em japonês, como “tofu” [ˈtoɸu] (jap. [to:ɸu]) e “daijoubu” [dajˈzobu] (jap. [daizo:ˈbu]), que são acentuadas em português em uma de suas variantes. Parece haver uma tendência a palavras com três sílabas ou mais serem acentuadas como paroxítonas, como “harumaki” [haruˈmaki] (jap. [harumaki]). No caso de palavras com

vogais nasalizadas por onset, como as paroxítonas “origami” [ori'gãmi] (jap. [ori'ŋami]), “tsunami” [tʃisu'nãmi] (jap. [tsunami]) e a oxítone “kani” ['kãni] (jap. [kani]), não foi possível encontrar regularidade.

Este resultado vai de encontro com Agostinho & Araujo (2007), que demonstram que as palavras com acento final em português são, em sua maioria, derivadas da adaptação de empréstimos. Para os autores, “estas adaptações revelam que o padrão oxítono é uma característica da língua portuguesa desde os seus primórdios e não há nenhuma restrição que proíba a entrada de novas palavras oxítonas no português”. Sendo assim, através de nossa análise, podemos constatar que esse padrão ainda é produtivo em português.

Abaixo é possível visualizar as vogais nasalizadas presentes no *corpus*:

	[ĩ]		[ẽ]		[ã]		[õ]	
Oxítonas	0	0%	1	100%	3	25%	3	75%
Paroxítonas	1	100%	0	0%	9	75%	1	25%
Total	1	100%	1	100%	12	100%	4	100%

Tabela 7: Número de ocorrências de vogais nasalizadas¹².

Em japonês, a coda [N] ocorre em 14% das palavras do *corpus*, o que explica o número reduzido de vogais nasalizadas nos empréstimos em português. No entanto, sempre que em japonês havia uma coda [N], o resultado foi uma vogal nasalizada por coda nasal em português, tanto em sílaba tônica como em sílaba átona. As sílabas finais com coda [N] em japonês foram acentuadas como oxítonas, como em “gohan” [go'hẽ] (jap. [goha'N]), “seitan” [sej'tã] (jap. [se:taN]) e “nihon” [ni'hõ] (jap. [nihoN]), sendo a única exceção “lámen” ['lamẽj] (jap. [ra:'meN]), que contém uma vogal longa em japonês.

Uma justificativa para a maior quantidade de vogais nasalizadas em posição tônica seria a hipótese bifonêmica de nasalidade (Mateus 1980 e 2000, Moraes & Wetzels 1992 e Rothe-Neves & Valentim 2012 apud Balduino 2017), em que teríamos na forma subjacente /VN/, ou seja, uma vogal e uma coda nasal. Assim, trabalhos como o de Sousa (1994 apud Balduino 2017) demonstram que estas vogais seriam mais longas, e, portanto, é possível que atraíam o acento de palavras como “tanka” ['tẽkẽ] (jap. [ta'ŋka]) e “nihon” [ni'hõ] (jap. [nihoN]), por exemplo, uma vez que a duração é um correlato fonético do acento em português.

¹² A vogal [ũ] não ocorre no *corpus*.

Cerca de 18% dos termos apresentaram variação na pronúncia, como “cabotiá”, produzida como [ka'botʃɐ], [kabo'tʃiɐ] ou [kabo'tʃi'a] (jap. [kabotea]). A presença de variação parece ser influenciada pelo conflito entre dois fatores influenciáveis no acento, como em “batian”, produzido ora como ['batʃiɐ], ora como [ba'tʃiɐ], em que a primeira forma segue a original (jap. [oba:'san]) em questão de duração do acento no português e vogal longa do japonês, enquanto a segunda forma prevalece a última sílaba pesada fonologicamente. Assim, palavras que não apresentam esse conflito, como “temaki” [te'maki] (jap. [temaki]) ou “caratê” [kara'te] (jap. [karate]), não possuem variação.

Portanto, conclui-se que há uma tendência no português quanto à questão acentual, relacionado ao fator de duração, observado na adaptação de vogais longas, e ao fator de peso silábico, identificado na adaptação de hiatos e nasal moraica.

Foram observados casos de inserção de vogal epentética em palavras com [ts] em japonês e posterior palatalização: “matsuri” [matʃi'suri] (jap. [matsuri]) e “tsunami” [tʃisu'nɛmi] (jap. [tsunami]), uma vez que [ts] não é parte do sistema consonantal do português. A vogal inserida é a *default* [i], que alimenta o processo de palatalização de /t/, sendo realizado como [tʃ].

Quando em contexto favorável, as palavras com ditongo podem ser produzidas de forma monotongada, como “gueixa” ['gefɐ] (jap. [ge:ɛa]), uma vez que o contexto da consoante seguinte desencadeia o processo, recorrente no português (Peixoto 2011), em casos como “peixe” e “caixa”. Já em palavras como “seitan” [sej'tɛ] (jap. [se:tan]), onde o contexto não desencadeia a monotongação, ela não ocorre.

Os hiatos do japonês, mais comuns do que ditongos na língua (Kubozono 2015), sofrem ditongação no português em palavras como “samurai” [samu'raj] (jap. [samurai]), “taiko” [taj'ko] (jap. [taiko]), “senpai” [sɛj'paj] (jap. [sempai]). Como já mencionado, todas as adaptações com ditongo final foram acentuadas.

Foi constatada, além disso, a assimilação regressiva de nasalidade em vogais tônicas seguidas por consoante nasal em onset da sílaba seguinte, como em “katana” [ka'tɛnɐ] (jap. [katana]), “dorama” [do'rɛmɐ] (jap. [dorama]) e “harussame” [haru'sɛmi] (jap. [harusame]). Esse processo não ocorre em japonês, em que as vogais permanecem orais.

As vogais átonas finais são reduzidas no processo de adaptação, como em “kimono” (jap.

[kimono]) para [ki'monɔ], “harussame” (jap. [harusame]) para [haru'sẽmi], “kamaboko” (jap. [kamaboko]) para [kama'bokɔ], “kokoro” (jap. [koko'ro]) para [ko'korɔ] e “shitake” (jap. [ɕi:'take]) para [ʃi'taki]. Nota-se que este processo pode ocorrer mesmo empréstimos com vogal longa em última sílaba, como “anime” (jap. [anime:]) com a variação [a'nimi].

Foi observado ainda, o abaixamento de vogais médias em posição tônica em palavras formadas por derivação, opondo-se ao termo original sem o sufixo, em “judoca” [ʒu'dɔkɐ] (jap. [dzɯ:'do:ka]), vindo de “judô” [ʒu'do] (jap. [dzɯ:'do:]) e “carateca” [kara'tekɐ] (jap. [karateka]), vindo de “caratê” [kara'te] (jap. [karate]), e “aikidoka” [ajki'dɔkɐ] (jap. [aikido:ka]), havendo mudança de sílaba acentuada e qualidade da vogal.¹³ Estas formas entraram no português já com o sufixo, apesar de sua transparência semântica em relação ao termo derivado, uma vez que o sufixo {ka} não é produtivo em português.

Quanto à adaptação silábica, por meio da contagem de sílabas do português e de moras do japonês, foi possível verificar uma tendência à redução de segmentos em português e de sílabas, como hiatos produzidos como ditongos, vogais longas produzidas como curtas e geminadas produzidas como uma só consoante. Alguns exemplos são: “taiko” [taj'ko] (jap. [taiko]), “sumô” [su'mo] (jap. [sumo:]) e “seppuku” [sepu'ku] (jap. [seppuku]). Assim, houve sempre um número igual de sílabas/mora ou um número maior de moras nos termos originais do que sílabas no português, como é possível visualizar nas tabelas abaixo:

Moras do japonês	Porcentagem
2 moras	11%
3 moras	48%
4 moras	33%
5 moras	7%
6 moras	1%
Total	100%

Tabela 8: Número de moras nos termos originais do japonês.

¹³ Embora não relacionado ao contexto específico observado neste trabalho, Irigoite (2011) analisa este processo de alçamento como diretamente relacionado à posição do acento.

Sílabas do português	Porcentagem
1 sílaba	2%
2 sílabas	46%
3 sílabas	37%
4 sílabas	15%
Total	100%

Tabela 9: Número de sílabas dos empréstimos do português.

É possível observar que o padrão mais recorrente das palavras em japonês é de três moras, enquanto que o padrão mais recorrente dos empréstimos em português é de duas sílabas. Ainda assim, há pouca necessidade de manutenção em relação à estrutura silábica, considerando a forte preferência do japonês à estrutura CV, que não apresenta estrutura estrangeira ao português. Diferente disso, por exemplo, são as palavras vindas do inglês, cuja estrutura silábica demanda mais estratégias de adaptação por não ter reflexo no português, sendo a inserção de vogal epentética e apagamento as mais comuns (Freitas & Neiva 2006). Assim, palavras de uma sílaba como “world” do inglês, podem ter até três segmentos na coda, exigindo mais estratégias de adaptação ao português do que as palavras do japonês.

Quanto ao período de entrada no português, retirado do Dicionário Houaiss, apenas se tem registrado a data aproximada de cerca de 32% dos empréstimos. Na tabela abaixo é possível visualizar a distribuição percentual de empréstimos por século:

Século XVI	6	16%
Século XVII	1	1%
Século XIX	4	11%
Século XX	28	72%
Total	39	100%

Tabela 10: Século de entrada dos empréstimos conforme o Dicionário Houaiss.

Apesar de termos um número insuficiente de empréstimos com datação para se chegar a alguma conclusão precisa, é possível notar a predominância de registros no século XX, período do pico da imigração japonesa no Brasil. É notável a presença de elementos da culinária japonesa, como “yakisoba”, “sushi”, “sake” e “caqui”, por exemplo, assim como termos relacionados aos esportes japoneses, como “sumô”, “aikidô”, “caratê” e “judô”, possivelmente incorporados no século XX. Já

outros, como “anime”, “mangá”, “kokoro”, “kawaii” e “aishiteru” são provavelmente incorporações mais recentes e ainda não estão dicionarizados. Dentre estes, destacam-se os nomes de Pokémons¹⁴, como “Pikachu”, “Jigglypuff”, “Caterpie”, “Blastoise”, “Raichu” e “Bulbasaur”, recentemente mais difundidos pela mídia.

Considerações finais

À guisa de conclusão, retomamos os principais procedimentos e resultados desta pesquisa. Com intuito de observar o comportamento dos empréstimos tomados do japonês pelo português, foi organizada uma lista de termos incluindo sua pronúncia no português, sua variação (quando encontrada), o período de entrada no léxico, a vogal tônica no português, a pronúncia original em japonês, contagem de sílabas em português e em japonês, acento em português, entre outros. A partir disso, observando os dados, obtivemos alguns resultados relevantes. Da tabela 5, concernente às adaptações previstas, não houve dados que fossem contra as previsões sugeridas.

Não foi identificada uma relação clara entre qualidade da vogal tônica no português e acento, exceto uma tendência às vogais [u] e [i] atraírem o acento oxítono, como previsto por Araujo & Agostinho (2009). Demonstramos, assim, que o padrão oxítono está ativo na língua (cf. Hyman 1970, Calabrese e Wetzels 2009).

Quanto à adaptação do acento, de todos os empréstimos, 90% não corresponderam ao acento original, o que demonstra que mudança de tom não é um fator reconhecido e/ou reproduzido pelo falante de português. Houve preferência por oxítonas, sendo 57% do *corpus*, o que contraria a predominância de paroxítonas na língua. Como justificativa, foi levantada a hipótese de que o falante, ao ouvir vogais não reduzidas ao fim da palavra, reconheçam como uma sílaba acentuada. Além disso, os resultados confirmam a hipótese de Ferreira Netto (2001) concernente ao peso silábico ser responsável pelo acento em oxítonas, tanto com relação a ditongos quanto à nasal fonológica, como em “samurai” [samu'raj] (jap. [samurai]) e “gohan” [go'hẽ] (jap. [goha`N]). Também deve-se considerar que o falante de português possa reconhecer, nestes casos, o maior número de moras em japonês, e compensar com o fator de duração do acento.

O fato do acento no português ter como um dos correlatos acústicos a duração se mostra

14 Os nomes de Pokémons não fazem parte de nosso *corpus* porque não foi possível verificar seu acento em japonês, com exceção da palavra ‘Pikachu’.

relevante em palavras com uma vogal longa, adaptadas como tônicas em 87% dos casos, como em “sumô” [su' mo] (jap. [sumo:]), sendo exceções a esta regra apenas palavras que corresponderiam a uma proparoxítona no português.

Pelos dados obtidos, percebe-se que palavras com variação (18% do total) ocorrem, em hipótese, por terem mais de um fator que atrairia o acento, gerando conflito. Um exemplo disso seria o empréstimo “batian” ['batʃjẽ] ou [batʃi'ẽ] (jap. [oba:ˈsan]) respeitando a regra de duração no português compensando a vogal longa do japonês em um caso, ou prevalecendo a última sílaba pesada fonologicamente no segundo caso. Para analisar os casos de variação, seria necessário um estudo de frequência de cada variante.

Com relação a processos fonológicos, nota-se, principalmente, a ditongação dos hiatos do japonês, como em “samurai” [samu'raj] (jap. [samurai]) e a redução das átonas finais, como em “kimono” [ki'monɔ] (jap. [kimono]). Foram também observados alguns casos de inserção de vogal epentética, como em “tsunami” [tʃisu'nẽmi] (jap. [tsunami]), assimilação de nasalidade em tônicas, como em “dorama” [do'rẽmɐ] (jap. [dorama]). Além disso, houveram casos de monotongação, como em “gueixa” ['gefɐ] (jap. [ge:ea]) e abaixamento de vogais médias em posição tônica ao se adicionar o sufixo do japonês, como em “judoca” [zu'døkɐ] (jap. [dzɯ:ˈdo:ka]), vindo de “judô” [zu'do] (jap. [dzɯ:ˈdo:]).

Devido à contagem de moras nos dados do japonês em vez de sílabas, como no português, foi possível observar a supressão de segmentos, como a nasal [N], as geminadas e as vogais longas. Portanto o número de moras foi, simplificada, uma a mais do que o número de sílabas do português, sendo mais comuns duas sílabas e três moras (46% e 48%, respectivamente).

Segundo os dados encontrados no Dicionário Houaiss, o período de maior ocorrência de empréstimos foi durante o século XX, o que condiz com o momento de maior imigração japonesa, sendo, em sua maioria, campos lexicais relacionados a culinária, esportes e entretenimento de origem japonesa contemporâneo. É possível também determinar a forma de entrada de alguns termos, como é o caso das palavras que entraram pelo sistema de escrita *romaji*, como “nissei” [ni'sej] (jap. [nise:]), que segue o padrão de adaptação de <ei> no lugar da vogal longa, diferente de outros casos como “karê” [ka're] (jap. [kare:]), que provavelmente entrou pela oralidade, já que não segue este padrão.

A partir da análise dos dados, constatou-se que o léxico estudado é nativizado segundo o padrão

linguístico da língua receptora e não apresenta um sistema fonológico diferente (cf. Hyman 1970; Paradis & Label: 1994; Paradis 1996; Kenstowicz 2001; Kenstowicz & Suchato 2004).

REFERÊNCIAS

Agostinho, A. L. (2016) *Fonologia do lung'le*. Lincom.

Agostinho, A. L. & Araujo, G. A. (2007). Um Estudo Estatístico Sobre as Oxítonas no Português. *Signótica*, v. 19, n. 2, p. 177-208.

Araujo, G. A & Agostinho, A. L. (2009). Nativização e Manutenção de Acento Oxítono em Português. *Signótica* 21:305-40.

Alves, I. (2007). *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática.

Aragaki, B., Mizuta, E. & Tanoue, L. (2004). *Guia da Cultura Japonesa*. JBC: São Paulo.

Balduino, A. (2017). *A nasalidade no português de STP*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Calabrese, A. & Wetzels, L. (2009). Loan Phonology: Issues and controversies. In Calabrese, A. & Wetzels, L. (org.) *Loan Phonology*. Amsterdam: John Benjamins.

Câmara Jr., J. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.

Carvalho, N. (2009). *Empréstimos Linguísticos na Língua Portuguesa*. São Paulo: Cortez.

Collischonn, G. (2005). A Sílabas em Português. In Bisol, L. (org.) *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Ferreira Netto, W. (2001). *Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Hedra.

Freitas, M. & Neiva, A. (2006). Estruturação silábica e processos fonológicos no inglês e no português: empréstimos e aquisição. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. v. 4, n. 7.

Fujimoto, M. (2015). Vowel devoicing. In Kubozono, H. (ed.) *Handbook of Japanese Phonetics and Phonology*. Berlin: De Gruyter.

Fujiwara, E. (2014). *A criação de neologismos de base japonesa por falantes de português*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos – Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

Haraguchi, S. (2003). The phonology-phonetics interface and Syllabic Theory. In Weijer, Heuven & Hulst (eds.) *The Phonological Spectrum - Volume II: Suprasegmental Structure*. Amsterdam: John Benjamins.

Haraguchi, S. (2001). Accent. *The Handbook of Phonological Theory*. Goldsmith, John A. Blackwell Publishing.

Holden, K. (1976). Assimilation Rates of Borrowings and Phonological Productivity. *Language*, v. 52, n. 1, p. 131-147.

Houaiss, A. (2009). Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em 29 dez. 2017.

Hyman, L. M. (1970). How concrete is phonology? *Language*, v. 46, n. 1, p. 58-76.

Hyman, L. M. (2007). How (not) to do Phonological Typology: The Case of Pitch-Accent. *UC Berkeley Phonology Lab Annual Report*, California, p. 654-685.

Hyman, L. M. (2014). Do all languages have word accent? In H. Van der Hulst (ed.) *Word Stress: Theoretical and Typological Issues*. Cambridge: Cambridge University Press.

Irigoite, J. (2011). O Acento no Português: Estudo de Três Processos Fonológicos na Produção de Falantes do Português Brasileiro. *Working Papers em Linguística* 12(2): 95-109.

Ito, A. & Mester, J. (2016). Unaccentedness in Japanese. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v. 47, n. 3, p. 471-526.

Kawahara, S. (2016). Japanese has syllables: A reply to Labrune (2012). *Phonology* 33(1): 169 – 194.

Kenstowicz, M. (2001). The role of perception in loanword phonology. *Linguistique Africaine* n. 20.

Kenstowicz, M. & Suchato, A. (2006). Issues in loanword adaptation: A case study from Thai. *Lingua*, n. 116, p. 921-949.

Kono, A. (2001). Portuguese-japanese language contact in 16th century Japan. *Bulletin of Portuguese – Japanese Studies*, Lisboa, v. 3, p. 43-51.

Kubozono, H. (2015). Introduction to Japanese phonetics and phonology. In Kubozono, H. (ed.) *Handbook of Japanese Phonetics and Phonology*. Berlin: De Gruyter.

Labrune, L. (2006). *La Phonologie du Japonais*. Leuven: Peeters.

Labrune, L. (2012). *Questioning the universality of the syllable: evidence from Japanese*. *Phonology* 29:1, Cambridge University Press, p. 113-152.

Lee, S. (2007). O acento primário no português: uma análise unificada na teoria da otimalidade. In Araújo, G. (org.) *O Acento em Português: Abordagens Fonológicas*. São Paulo: Parábola.

Mase, Y. (1987). A língua japonesa dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. *Estudos Japoneses*, São Paulo, v. 7, p. 137-146.

Mateus M. (2004). *Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos*. Conferência realizada no Encontro sobre O Ensino das Línguas e a Linguística. Setúbal.

McCawley, J. (1964). *The Accentual System of Standard Japanese*. Tese (Doutorado em Filosofia). Massachusetts Institute of Technology.

McCawley, J. (1978). What is a tone language? In Fromkin, V. (ed.) *Tone: a linguistic survey*. New York: Academic Press.

Moura, B. & Damulakis, G. (2013). Reparos de Empréstimos ao Vernáculo. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 57, p. 907-914.

Nippon Hoso Kyokai [NHK] (1943). *NHK nihongo hatsuon akusento jiten*. Tokyo: Nippon Hoso Shuppan Kyokai.

Paradis, C. (1996). The inadequacy of Filters and Faithfulness in Loanword Adaptation. In Jacques Durand & Bernard Laks (eds.). *Current Trends in Phonology: Models and Methods*. University of Salford Publications, Salford, p. 509-534.

Paradis, C. & Label, C. (1994). Contrasts from segmental parameter settings in loanwords: core and periphery in Quebec French. *Proceedings of the MOT Conference on Contrasts in Phonology*. Toronto Working Papers in Linguistics, v. 13, p. 75-94.

Peixoto, J. (2011). O ditongo em português: história, variação e gramática. *Revista Linguística*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 48-52.

Rudell, S. (2013). *An acoustic study of the Japanese voiceless bilabial fricative*. San Francisco State University.

Seara, I., Nunes, V. & Lazzarotto-Volcão, C. (2015). *Para Conhecer Fonética e Fonologia do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

Wetzels, L. (2000). Consoantes palatais como geminadas fonológicas no Português Brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 5-15.

Wetzels, L. (2003). On the Weight Issue in Portuguese: A Typological Investigation. *Letras de Hoje*, 134: 107-133.

Wetzels, L. (2007). Primary Word Stress in Brazilian Portuguese and the Weight Parameter. *Journal of Portuguese Linguistics*, Ubiquity Press, 5/6, p. 9-58.

JOGOS DE SINAIS HÍBRIDOS E EMPRÉSTIMOS DO PORTUGUÊS NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS

Paulo Jeferson Pilar de Araújo¹

Thaisy Bentes²

RESUMO

Apresentam-se as propostas de tipologia de empréstimos nas línguas de sinais, para então apontar casos específicos de empréstimos como os jogos de sinais híbridos, discutindo-se se as restrições de boa formação dos empréstimos se aplicam aos jogos de sinais. Advoga-se que os processos de mudança de sinais indicados por Battison (2003 [1978]) corroboram o estatuto específico dos jogos de sinais híbridos como casos de empréstimos. Por fim, são delineados direcionamentos de investigação relacionados à morfofonologia da Libras, tendo como pano de fundo os jogos de sinais híbridos.

Palavras-chave: Jogos de sinais híbridos, Libras, Empréstimo, Português.

ABSTRACT

A proposal for a a typology of borrowings in sign languages are presented in order to point out specific cases of borrowings such as hybrid signplays, discussing whether well-formed restrictions on loans apply to signplays. It is argued that the processes of sign changes indicated by Battison (2003 [1978]) corroborate the status of specific hybrid signplays as loanblends. Finally, research

¹ Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: jeferson_pilar@yahoo.com.br

² Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

possibilities on the phonology and morphology of Libras are pointed out, taking as the starting point the hybrid signplays and borrowings.

Keywords: Hybrid Signplays, Libras, Borrowing, Portuguese.

Introdução³

A Língua Brasileira de Sinais-Libras tem recebido mais e mais estudos ocupados com seus aspectos linguísticos. À medida que as pesquisas avançam, aspectos menos conhecidos começam a chamar a atenção dos estudiosos, apesar de ainda faltar bastante para que se tenha uma descrição exaustiva das áreas comumente consideradas nos estudos da linguística das línguas de sinais, a exemplo da fonologia e morfologia.

A questão dos empréstimos linguísticos já foi recentemente detalhada em alguns trabalhos (Faria do Nascimento, 2009; Nascimento, 2010, entre outros) abrindo algumas possibilidades de pesquisa e permitindo que possamos observar processos considerados marginais, como a existência de jogos de palavras, trocadilhos, hibridismos, etc., na Libras. Neste trabalho o objetivo é apontar um caso particular de empréstimos do português, língua na modalidade oral-auditiva, na Libras, língua visuoespacial, e discutir o papel que os jogos de sinais (jogos de palavras em línguas sinalizadas)⁴ tem com os empréstimos nesta língua, focalizando os aspectos formacionais ou fonológicos e morfológicos, dos sinais. Para tanto, são considerados os trabalhos sobre empréstimos na Libras; os trabalhos ocupados com os aspectos fonológicos e morfológicos na nativização de empréstimos (Battison 2003 [1978]) e o caso particular dos jogos de sinais e suas especificidades na expansão do léxico nativo das línguas de sinais de modo geral (Klima: Bellugi, 1979) e na Libras em particular (Araújo; Bentes, 2016), apontando posteriormente as implicações de estudar os jogos de sinais em debates relacionados à fonologia e morfologia da Libras.

³ Este trabalho é decorrente de resultados preliminares de pesquisa da segunda autora, relacionados à tradução de trocadilhos literários de “Alice no País das Maravilhas” do português para a Libras, no Programa de Pós-Graduação em Tradução-POSTRAD da Universidade de Brasília-UnB. Os dados foram, em sua maioria, em oficinas de tradução de trocadilhos como ainda em interações espontâneas. A pesquisa está vinculada ainda ao Laboratório de Pesquisas em Línguas Orais e de Sinais-LaPLOS, do Curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Roraima-UFRR, no qual o primeiro autor é líder.

⁴ Tomamos a liberdade de utilizar o termo jogos de sinais em acordo com Araújo e Bentes (2016) que também utilizam o termo “trocadilhos sinalizados” baseados em Klima e Bellugi (1979). Portanto, utilizamos aqui “sinais” no sentido de “palavra”, seguindo Meir (2012, p. 78): “As palavras das línguas de sinais são geralmente referidas como sinais (...)”.

O artigo está organizado em três partes, como segue: na primeira parte oferecemos uma breve descrição sobre os empréstimos de línguas orais em línguas de sinais, tomando o caso da Libras. Na segunda parte, são apresentados os jogos de sinais (palavras) coletados da Libras e uma rápida discussão sobre a importância de lidar com jogos de sinais para os estudos linguísticos da Libras e seus empréstimos. Na terceira e última parte, a discussão é voltada para uma descrição e estatuto dos jogos de sinais e suas restrições fonológicas de boa formação e as frentes de investigação nas quais os jogos de sinais podem contribuir para um melhor entendimento da fonologia e da morfologia das línguas sinalizadas.

1. Empréstimos de línguas orais em línguas de sinais

O trabalho de Battison (2003 [1978]) é clássico sobre empréstimos em língua de sinais, tendo como foco a Língua de Sinais Americana-ASL (*American Sign Language*). Para a Libras, os trabalhos voltados para os empréstimos linguísticos se concentram em dissertações e teses, além de artigos esparsos em vários periódicos científicos (Faria do Nascimento, 2009; Nascimento, 2010, entre outros). Para este trabalho, tomamos o conceito de empréstimo em sentido estrito, seguindo Haspelmath (2009, p. 36) que encara empréstimo como:

Um termo geral para todos os tipos de transferência ou processos de cópia, seja devido à adoção de elementos de outras línguas na língua recipiente por parte do falante nativo, seja como resultado de falantes não-nativos impondo propriedades da sua língua nativa em uma língua recipiente. (Tradução nossa).

Um segundo conceito referido por Haspelmath é o de encarar como empréstimos apenas os elementos que foram realmente acomodados, isto é, integrados na língua recipiente, portanto, em sentido mais restrito⁵. Para o caso das línguas de sinais, os mesmos fenômenos podem ser observados, com a particularidade da diferença de modalidade, ou seja, a diferença entre as línguas oral-auditivas e visuoespaciais. Dentre os fenômenos de empréstimo existentes nas línguas de sinais, citam-se o uso do alfabeto manual ou datilologia (*fingerspelling*), a oralização (*mouthing*) e os calques (Adam, 2012, p. 848-851). Uma das particularidades da coexistência entre uma língua oral e uma língua de sinais é a possibilidade de articulação simultânea entre sinais e fala, produzindo o que é conhecido na literatura como *code-blending* (mescla de códigos), além do fenômeno bastante comum no contato entre duas

⁵ A opção por adotar um conceito mais amplo para empréstimo (*borrowing*), quando não especificado, é o mais comum na literatura, a exemplo dos trabalhos apresentados em Matras e Sakel (2007, p. 1): “Usamos o termo ‘empréstimo’ como um termo guarda-chuva para a adoção de traços estruturais em uma língua como resultado de algum nível de bilinguismo na história da comunidade de fala em questão.” (Tradução nossa).

línguas faladas, o *codeswitching*. Para o caso das línguas de sinais e o constante contato com a língua falada majoritária, é bastante comum que a língua oral exerça forte influência sobre a língua de sinais (o português em relação com a Libras, por exemplo).

Para a Libras, Nascimento (2010)⁶ propõe uma tipologia de empréstimos baseando-se em dois trabalhos: o de Ferreira (2010 [1995]) e Faria do Nascimento (2009), apresentando um paralelo entre esses dois trabalhos, como segue no Quadro 1, abaixo:

QUADRO 1 - Tipologia de empréstimos na Libras (Adaptado de Nascimento, 2010, p. 41)

Ferreira (2010 [1995], p. 21-24)	Faria do Nascimento (2009, p. 59-70)
a) Empréstimos lexicais	a) Empréstimos por transliteração <ul style="list-style-type: none"> • Transliteração pragmática (datilológicos) • Transliteração lexicalizada (semi-datilológicos)
b) Inicialização	b) Empréstimo por transliteração da letra inicial, inicialização (<i>initialized signs</i>)
c) Empréstimos de itens lexicais de outras línguas de sinais ⁷	
d) Empréstimos de domínio semântico ⁸	
e) Empréstimos de ordem fonética	c) Empréstimos da configuração visual dos lábios
	d) Empréstimos semânticos (decalques)
	e) Empréstimos estereotipados
	f) Empréstimos cruzados

Além dos tipos de empréstimos possíveis de ocorrer nas línguas de sinais, conforme Quadro acima, existem aqueles menos comuns, considerados marginais, tanto nas modalidades sinalizada quanto falada (Araújo, G., 2000; Gonçalves, 2006; 2011), tais como as mesclagens lexicais ou *blendings*, os jogos de palavras, etc. Ainda no rol de empréstimos decorrentes de processos de

6 Decidimos por referendar a data da publicação consultada entre parênteses e em seguida, entre colchetes, a data da primeira publicação: (2010 [1995]), de modo que possíveis confusões entre sobrenomes e datas de publicações sejam evitadas. Ademais, a escolha por referendar Faria do Nascimento (2009) se dá também como forma de diferenciar do trabalho de Nascimento (2010).

7 Neste trabalho, nos ocupamos apenas de empréstimos entre língua falada e língua sinalizada. Um estudo sobre empréstimos apenas entre línguas de sinais, focalizando a Libras, é Machado (2016).

8 Os empréstimos de domínio semântico de Ferreira (2010 [1995]) não correspondem aos empréstimos semânticos (decalques) de Faria do Nascimento (2009), necessariamente.

formação de palavras, incluem-se aqueles considerados hibridismos (Gonçalves, 2011), decorrentes de duas línguas diferentes⁹. Esses jogos de sinais são considerados marginais por receberem pouca atenção dos estudiosos, então são marginais em relação aos outros processos de criação lexical mais investigados. Outrossim, sabe-se que nas línguas de sinais acontecem com bastante naturalidade esses hibridismos entre a língua sinalizada e a língua falada da sociedade envolvente. A existência dos “jogos com os sinais” é conhecida desde o trabalho seminal de Klima e Bellugi (1979, p. 319) ao atestarem que: “Na comunicação espontânea em ASL, os jogos sobre os sinais são abundantes”. Neste ponto, o que está em jogo são processos apontados no Quadro 1 acima, que podem ocorrer nas interações espontâneas de surdos-surdos ou surdos-ouvintes. Na maioria das vezes esses processos são produzidos com o intuito de utilizar um item lexical ainda inexistente na Libras, outras vezes os sinalizantes bilíngues operam com os fenômenos de *codeswitching* e *code-blending*¹⁰. Em outros momentos esses usos linguísticos acontecem com o fim de produzir o humor, nesse caso, surgem os trocadilhos propriamente ditos (Sutton-Spence; Napoli, 2009; Araújo; Bentes, 2016).

Por questão de espaço, convidamos o leitor a visitar os trabalhos de Nascimento (2010) e Faria do Nascimento (2009) para uma definição de cada tipo de empréstimo denominado no Quadro 1¹¹. Para fins de exemplificação, apresentamos um primeiro jogo de sinais também considerado um empréstimo do tipo de transliteração pragmática, conforme tipologia de Faria do Nascimento (2009). Esse jogo de sinais foi realizado durante uma aula na qual o tópico era sobre o trabalho de conclusão de curso ou TCC e um dos alunos, ouvinte, brincou com o sinal TCC que é produzido com a configuração de mão das iniciais, e disse: “O importante é a gente TER-C-C!”. A aluna fez uma brincadeira com o fato de o sinal TCC iniciar com a letra T, mas no lugar de utilizar a CM em T, realizou o sinal TER seguido da configuração em C para insinuar que o graduando interessado em se formar precisar “ter seu TCC pronto”. Para isso, no lugar da CM em T, a CM passa a ser realizada com o sinal do verbo TER da Libras.

Dando continuidade à brincadeira, o primeiro trocadilho permitiu brincar e criar um segundo trocadilho sinalizado, conforme Figura 1:

9 No português, as áreas de informática ou da internet (internetês) apresentam diversos exemplos: shipar, catioiro, etc.

10 Conferir Adam (2012) para a definição desses processos.

11 O trabalho de Nascimento (2010) está disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9013>> Acesso em 22 de novembro de 2017. O de Faria do Nascimento (2009) está disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6547/3/2009_SandraPatriciadeFariadoNascimento.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2017.

(1) TER-C-C



Figura 1a – Sinal TER



Figuras – 1b sinal C



Fig. 1c sinal C

No exemplo em (1), os sinalizantes brincavam com o fato de alguém ter um forte odor nas axilas (ter cecê), como se pode ver nas figuras 1b e 1c em que o sinalizante posiciona a mão ativa na CM em C na axila. Esse segundo trocadilho produziu risos entre os presentes¹². Neste exemplo e nos demais que serão apresentados, chamamos a atenção para o fato de o jogo de sinais produzido ter alguma relação com a língua portuguesa, sendo assim um tipo de jogo de sinais e ao mesmo tempo guardando alguma relação com os empréstimos do português, a exemplo da brincadeira da Figura 1 acima. No entanto, a proximidade entre a produção de jogos de sinais e o estatuto de empréstimos de línguas orais em línguas de sinais ainda não foi explorada na literatura conhecida. O único trabalho dedicado ao uso de trocadilhos em línguas de sinais e sua relação com uma língua falada é o de Sutton-Spence e Napoli (2009), porém, nele, as autoras estão muito mais preocupadas com a produção do humor surdo no uso de trocadilhos em línguas de sinais.

Este trabalho surge como uma primeira tentativa de apontar mais detalhadamente as interrelações entre jogos de sinais e empréstimos, intuito perseguido nas próximas seções.

¹² Agradecemos aqui às observações de um dos pareceristas quem atentou para essa segunda acepção do trocadilho. Em uma versão anterior deste artigo, mencionamos apenas a primeira acepção criada pelos alunos, apesar de no registro das imagens termos selecionado a do segundo trocadilho sinalizado que provocou o humor relatado. De qualquer modo, é interessante notar que o parecerista percebeu o possível sentido do trocadilho sinalizado, mesmo não tendo sido mencionado.

2. Jogos de sinais e empréstimos na Libras

2.1 Sobre a motivação de abordar jogos de sinais e empréstimos

Desde Battison (2003 [1978]), os empréstimos de línguas orais em línguas de sinais têm sido abordados sob diferentes perspectivas, descritivas ou teóricas, conforme pode-se verificar em obra organizada por Brentari (2001). No capítulo 3 dessa mesma obra, Brentari e Padden (2001) propõem uma nova abordagem de “visualizar” o léxico das línguas de sinais, sejam eles nativos ou não-nativos. Para isso, as autoras afirmam que além dos “empréstimos sinalizados” (*loan signs*), os empréstimos nas línguas de sinais podem ser ainda os nomes sinalizados, as inicializações, as abreviaturas e os sinais + compostos soletrados pelo alfabeto manual (Brentari; Padden, 2001, p. 91). As autoras propõem ainda uma representação do léxico da ASL que lembra um *continuum* do núcleo dos elementos nativos aos não-nativos e estrangeirismos (Brentari; Padden, 2001, p. 89). Em grande parte, os elementos não-nativos são produzidos a partir do parâmetro Configuração de Mão (CM)¹³ do alfabeto manual, inseridos assim entre os empréstimos por transliteração (pragmática e semântica) e inicialização, conforme Quadro 1 acima. Tais empréstimos são analisados de acordo com seu grau de adaptação às restrições de boa formação de sinais das línguas de sinais (LSs). O que chama a atenção é o fato de que o tratamento dado aos empréstimos nas LSs se dê majoritariamente da língua falada para a língua sinalizada, por não se conjecturar haver influências no sentido oposto, da língua de sinais para a língua oral (LO), mesmo que tal direcionalidade de influência possa ocorrer.

A partir do exemplo (1) para o jogo de sinais TER-C-C, indagamos qual seria o estatuto desse tipo de produção de sinais decorrente de jogos com a língua e ao mesmo tempo relacionado com uma língua oral. Seriam jogos de sinais e/ou empréstimos? Alguns desses jogos de sinais parecem não se conformar devidamente aos processos descritos em trabalhos voltados para a temática, tanto para a Libras (Faria do Nascimento, 2009; Nascimento, 2010) como para outras LSs (Battison, 1978; Brentari; Padden, 2001). Neste ponto, o que estamos fazendo neste trabalho é relacionar o fenômeno de empréstimos linguísticos do português para a Libras e a produção de trocadilhos nesta língua, aqui denominados sob o termo guarda-chuva “jogos de sinais”, conforme já mencionado. Como exemplo, apresentamos três jogos de sinais realizados com o sinal PROBLEMA da Libras. O sinal PROBLEMA é realizado com as duas mãos em CM em L do alfabeto manual (não confundir com

13 Os parâmetros aqui considerados são: Configuração de mão (CM), Movimento (M), Localização (L), Orientação (O), Marcas não-manuais (MNM). Mencionamos ainda o Parâmetro Número de mãos (PNM) estudado por Xavier e Barbosa (2013). Para uma descrição detalhada dos parâmetros fonológicos da Libras, sugerimos a leitura de Xavier (2006). Outras siglas presentes neste trabalho são: Línguas de Sinais (LSs); Línguas Orais (LOs).

o parâmetro Localização) e movimentos com os dedos indicadores de cada mão. Para os jogos de sinais, os surdos fizeram as seguintes brincadeiras com o sinal:

(2) PROBLEMINHA



Figura 2 – Sinal PROBLEMINHA

(3) PROBLEMÃO



Figura 3 – Sinal PROBLEMÃO

Os dois jogos de sinais foram realizados durante as oficinas de tradução de trocadilhos literários para a Libras, realizadas pela segunda autora deste artigo. Os exemplos em (2) e (3) foram feitos por um sinalizante surdo para indicar que não era um “probleminha”, (2), o que estávamos fazendo, mas um “problemão”, (3), ou seja, tentar traduzir trocadilhos literários para a Libras. Ao trocar a Localização do sinal PROBLEMA do dedo indicador para o dedo mínimo, o surdo fez uma brincadeira com o sinal, dando a entender que não era um probleminha. E ao realizar o sinal PROBLEMA, mas dessa

vez com todos os dedos da mão passiva distendidos, enquanto a mão ativa (com CM em L, própria do sinal PROBLEMA) passa por entre eles dando sentido de ter “vários problemas” ou um problemão.

Os dois primeiros exemplos (Figura 2 e 3) são considerados jogos de sinais prototípicos por se utilizarem de mecanismos bastante conhecidos na produção de jogos de sinais já descritos por Klima e Bellugi (1979). A principal característica desses jogos de sinais é a intenção de produzir humor. Nos dois exemplos, os sinais PROBLEMINHA e PROBLEMÃO foram realizados para brincar com as dificuldades de tradução de trocadilhos literários para a Libras. Numa outra situação, no âmbito de uma associação de pais de surdos, tentávamos explicar para os surdos o fenômeno do rotacismo no português para palavras como “claro” por “craro”, etc., e que os registros do segundo caso carregam conotação negativa indicando um estrato popular e de baixa instrução para falantes do português. Então um dos surdos, ao mostrar que entendeu a distinção, realizou o sinal PROBLEMA da Libras como se mostra abaixo:

(4) PROBLEMA



Figura 4 – Sinal PROBLEMA

O curioso dessa “sacada” do surdo foi a de incorporar dentro do sinal PROBLEMA a CM em R, à semelhança com a do português, para distinguir possivelmente dois sinais distintos: PROBLEMA e “PROBREMA”. O ponto em comum para os jogos de sinais em (2), (3) e (4) é a intenção de produzir humor, no entanto, o último jogo de sinais, em (4) tem uma particularidade: é uma brincadeira com o sinal relacionado com a língua portuguesa. Este sinal, PROBREMA, não se configuraria, aparentemente, como um caso de empréstimo prototípico, apesar de se aproximar de casos de empréstimos por transliteração lexicalizada (Quadro 1), configurando-se antes como jogos de sinais produzidos com o intuito de provocar o humor. A particularidade desta última ocorrência,

em (4) acima, se dá pelo fato de só ser possível por sua relação com a língua portuguesa, em outras palavras, um hibridismo.

Outra constatação é a de que jogos de sinais TER-C-C e PROBREMA foram realizados em contextos específicos, tomando elementos do português. Portanto, a característica comum a eles é a possibilidade de se produzir sinais como esses devido à relação da Libras com a língua portuguesa. Chamamos a atenção, entretanto, para o fato de que a motivação de tais ocorrências não ser a do português influenciando a Libras, mas de a Libras tomando aspectos da língua falada, apropriando-se de elementos não-nativos para efetuar uma brincadeira, ou seja, jogos de sinais de duas línguas diferentes, como já mencionado, híbridos ou um tipo de empréstimo duplamente híbrido, não apenas por serem de duas línguas diferentes, mas ainda por serem de duas modalidades diferentes, portanto, jogos de sinais híbridos.

A questão que permanece ainda é de como categorizar ocorrências como essas com as tipologias de empréstimos conhecidas e quais as possíveis implicações para os estudos sobre aspectos morfofonológicos das LSs? Qual o real estatuto dos jogos de sinais como esses? Podem ser considerados empréstimos? Se sim, quais os mecanismos morfofonológicos envolvidos?

2.2 O que os jogos de sinais (híbridos) têm a dizer sobre empréstimos na Libras?

A questão que temos levantado até aqui é se esses jogos de sinais podem ser caracterizados como (casos particulares de) empréstimos do português na Libras, haja vista que nos exemplos apresentados acontece a substituição de uma soletração manual por um sinal (CM em T para o sinal TER, no exemplo em (1)) ou a inserção de um uma CM em um sinal (CM em R no sinal PROBLEMA, no exemplo em (4)), o que caracterizaria tais exemplos como possíveis casos de empréstimos híbridos. Coincidentemente, a CM para o sinal PROBLEMA é realizada justamente em L, ocorrendo um tipo de “rotacismo” sinalizado em que houve a troca da CM em L para a CM em R, para marcar a realização de uma variante não padrão do português brasileiro (probrema), que poderia ser encarada, grosso modo, como uma forma aproximada do rotacismo em português representado por CM na Libras.

Temos diante dos exemplos aqui descritos duas possibilidades: considerá-los casos peculiares de criação lexical, distinto de empréstimos, o que nesse caso, teríamos que ignorar a participação do português, ou considerar esses exemplos como casos híbridos de criação de jogos de sinais e empréstimos ao mesmo tempo. Para advogar uma ou outra opção, descrevemos as duas situações em

foco, a de um trocadilho sinalizado e um empréstimo na Libras, como segue: (i) a criação de um jogo de sinais típico da Libras por usar sinais considerados nativos da língua; (ii) um caso prototípico de empréstimo, já nativizado.

No primeiro caso, um trocadilho foi realizado por um surdo em uma conversa descontraída entre amigos na qual o assunto era sobre sexo. Ao se referir a um dos interlocutores, um surdo fez um sinal que nunca havíamos visto, mas que todos entenderam e riram no momento. O surdo em questão bateu a mão ativa com a configuração de mão em E no antebraço da mão passiva, insinuando que seu amigo era “viciado em sexo”, conforme Fig. 5c. Para uma melhor visualização, as Figuras 5a. e 5b apresentam os sinais VICIADO e SEXO respectivamente:

(5) a. VICIADO



(5) b. SEXO



(5) c. VICIADO^SEXO



Fig. 5a. Sinal para viciado

Fig. 5b. Sinal para transar/sexo

Fig. 5c. Sinal para viciado em sexo

Esse exemplo é interessante ao se perceber que o sinal de sexo (com sentido pejorativo de “foda”) é feito com a mão ativa batendo nas costas da mão passiva, iconicamente simulando o ato sexual entre duas pessoas, enquanto que um dos sinais para viciado (há outros sinais para “vício”) é a mão ativa fechada na configuração em A tocando no antebraço da mão passiva. Ao mesclar a CM em E do sinal SEXO e utilizar o P. A. do sinal VICIADO na mão passiva, o surdo criou um trocadilho sinalizado com o sentido de “viciado em sexo” (Fig. 5c.). Nesse exemplo temos dois sinais considerados nativos da Libras, com um certo grau de iconicidade (SEXO e VICIADO), mas considerado nativos no léxico da Libras, produzindo um trocadilho sinalizado interessante num momento de interação.

O segundo caso, o de empréstimo, é o do sinal E-MAIL e a forma como foi nativizado na

Libras. Inicialmente o sinal era realizado com a mão ativa na configuração em M e a mão passiva na configuração em E, nitidamente as iniciais para *electronic-mail*, fazendo-se um movimento da mão ativa entre os dedos da mão passiva em E, conforme figura abaixo:

(6) E-MAIL (Diniz, 2011, p. 59)

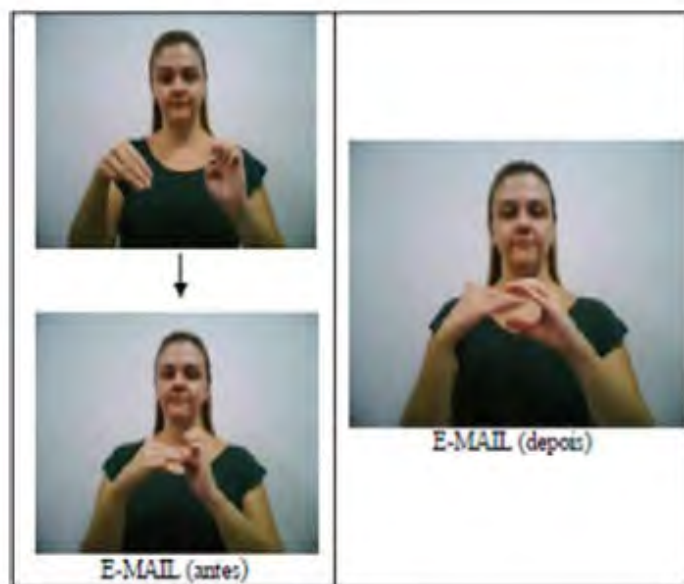


Figura 6 – Mudança diacrônica do sinal E-MAIL

Percebe-se que o sinal E-MAIL era já um empréstimo do português a partir de uma transliteração de letra inicial (tipo b na tipologia de Faria do Nascimento, Quadro 1) seguida de um decalque semântico, devido ao movimento de passar “no meio” (mail) da mão passiva. Com o tempo, o sinal se adaptou e a configuração de mão mudou para as duas mãos. A mão ativa com todos os dedos espalmados e a mão passiva com a configuração em C, mantendo-se apenas o movimento no meio da mão passiva.

O exemplo para o sinal E-MAIL, tem em comum com os exemplos de TER-C-C e PROBLEMA, diferentemente do exemplo VICIADO^SEXO, o contato e a dependência com a língua portuguesa para que se entenda a motivação na sua criação lexical. Os trocadilhos sinalizados PROBLEMINHA, PROBLEMÃO e VICIADO^SEXO não têm qualquer relação com a língua portuguesa, por outro lado, os jogos de sinais TER-C-C e PROBLEMA guardam alguma relação com o português para que se entenda a sua produção. Estes dois últimos se assemelham pelo simples fato de só poderem ocorrer por serem decorrentes do contato com o português, o que caracterizaria um empréstimo (Haspelmath, 2009). Por outro lado, o cenário não é tão simples assim. Admitimos a especificidade

dos jogos de sinais, em relação com os empréstimos estritamente ditos. Fato que nos direciona a um questionamento mais amplo sobre fenômenos de contato pouco ou não estudados.

Na literatura da linguística do contato, nos deparamos com menções aos *loanblends* (empréstimos mesclados) para o caso de línguas faladas (Haspelmath, 2009) que se aproximam do caso em foco deste artigo. Conforme Haspelmath (2009, p. 39): “*Loanblends* são empréstimos híbridos que consistem em parte de material emprestado e parte de material nativo (as propriedades estruturais também são emprestadas)”. No entanto, o autor afirma que os *loanblends* não são bastante atestados e que “A maioria das expressões de caráter híbrido ou estrangeiras não são de fato empréstimos, mas criações baseadas em empréstimos (*loan-based creation*), isto é, palavras criadas em uma língua com material que foi emprestado anteriormente [...]”. No entanto, não parece ser esse o caso dos jogos de sinais híbridos focalizados neste trabalho, por serem decorrentes de duas modalidades diferentes de língua, caso não levado em conta pelo autor.

Cabe ressaltar que o exemplo apresentado por Haspelmath (2009, p. 39) para *loanblends* são específicos de empréstimos etimológicos, ou seja, palavras emprestadas anteriormente, geralmente de raízes gregas ou latinas, com material nativo de determinada língua. Para o caso das línguas de sinais, especificamente os dois exemplos já apresentados aqui (TER-C-C e PROBREMA), poderíamos encará-los como casos de *laonblends*, mas com a especificidade de serem de duas línguas em duas modalidades diferentes. O que ocorre ainda é a pouca atenção dada a esses fenômenos aparentemente marginais de criações lexicais nas tipologias de empréstimos nas línguas de sinais (Cf. Quadro 1), também apontada para o caso de línguas faladas (Araújo, 2000; Gonçalves, 2006). Uma alternativa de análise, mesmo que incipiente, seria a de testar as restrições formacionais dos empréstimos considerados prototípicos das línguas de sinais (o sinal E-MAIL, por exemplo) e se essas mesmas restrições se aplicariam aos jogos de sinais encarados aqui como híbridos ou, grosso modo, *loanblends* (TER-C-C e PROBREMA). Discutimos essas questões na seção 3, no entanto, oferecemos alguns apontamentos sobre a ocorrência e produtividade dos jogos de sinais e as possibilidades metodológicas de coleta (ou eliciação) dos jogos de sinais. Para além disso, levantamos alguns questionamentos sobre a melhor forma de denominar os processos sob estudo, de modo que seja favorecida uma descrição mais refinada desses jogos de sinais, posteriormente.

2.3 Algumas palavras sobre a produtividade dos jogos de sinais e a terminologia adotada

Na interação entre surdos e ouvintes ou entre surdos acontecem frequentemente brincadeiras

com as palavras do português em contato com os sinais da Libras. Os exemplos apresentados na subseção 2.2 são apenas os mais emblemáticos por ter causado um certo estranhamento quando tentamos distinguir aqueles jogos de sinais de casos de empréstimos.

Por acontecer em sua grande maioria em momentos de interação espontânea, uma coleta sistemática se torna mais difícil, no entanto, não impossível. Assim que percebemos o uso de determinado jogo de sinais em conversas espontâneas, buscamos, posteriormente, eliciar alguns dados com surdos para atestar a aceitabilidade desses jogos de sinais. Como esperado, os surdos compreendiam perfeitamente o sentido, mas o humor produzido no contexto da interação era perdido parcialmente, o que demonstra que os jogos de sinais, assim como os jogos de palavras de línguas faladas dependem em certa medida do contexto em que são criados e utilizados.

Em poucos meses foram coletados um número considerável de jogos de sinais caracterizados como decorrentes do contato com o português, a exemplo da expressão “positivo e operante” realizado como um decalque na Libras: POSITIVO^OPERANTE, utilizando os sinais para POSITIVO e CIRURGIA para traduzir a expressão. Outras ocasiões de produção de jogos de sinais foram as brincadeiras de tradução de memes de redes sociais como “senta aí Cláudia” e “tá tranquilo, tá favorável”, etc. Os surdos, principalmente aqueles com conhecimento do português, e ouvintes com certa fluência na Libras, produzem diversos jogos de sinais, fazendo uso de aspectos do contato do português com a Libras. Dos jogos de sinais que tivemos a chance de anotar, os sinais TER-C-C e PROBREMA chamaram mais nossa atenção. Para além destes, presenciamos brincadeiras com os sinais individuais, de lugares e ainda jogos de sinais sobre outros jogos de sinais pré-existentes ou recentemente criados.

Aqui talvez valha traçar algumas considerações acerca das oscilações no uso dos termos para cunhar os fenômenos sob análise. É sabido que diante de fenômenos novos ou pouco conhecidos um investigador se vê na tarefa de denominar o conjunto de processos sob sua análise. No desenvolvimento deste trabalho vez e outra nos deparamos com a necessidade de fazer algumas escolhas terminológicas, senão para cunhar termos duradouros, mas muito mais para auxiliar a tarefa de focalizar os fenômenos de interesse da pesquisa. Para início, insistimos no termo “jogos de sinais” justamente para reafirmarmos a existência e produtividade dos jogos com os sinais na Libras.

Considerando a natureza do contato entre a Libras e o português, indagamos se seria necessário fazer menção aos jogos de sinais simplesmente como jogos de sinais ou para caracterizar o contato

com o português como “jogos de sinais híbridos”¹⁴. Optamos pela última alternativa, a qual passamos a utilizar a partir daqui, sem parênteses, deixando claro que o interesse neste trabalho são os jogos de sinais decorrentes do contato da Libras com o português, reservando o termo “jogos de sinais” quando o jogo sobre os sinais se dá com o núcleo lexical nativo da Libras apenas (exemplo de VICIADO^SEXO).

Por fim, a questão da terminologia neste trabalho surgiu atrelada à necessidade de categorizar os jogos com os sinais que foram sendo presenciados, mesmo sabendo que os termos adotados aqui poderão ser substituídos com a realização de pesquisa mais abrangente. Retomando a questão da subseção anterior, nossa impressão ainda é aquela de que talvez seria necessário mais uma linha no Quadro 1, acrescentando à tipologia de empréstimos na Libras os jogos de sinais híbridos. Esperamos que a partir desta primeira abordagem de jogos de sinais híbridos na Libras, deste artigo, o debate seja expandido levando em consideração a discussão da subseção anterior acerca dos *loanblends*, para o caso das línguas de sinais, os *signed loanblends*. Reiteramos que a escolha terminológica aqui se fez necessária para podermos manejar os dados em vista, sabendo que com a realização de novos estudos um termo mais adequado ou menos enviesado seja eleito para denominar o rol de fenômenos sob lupa neste artigo.

3 A fonologia e morfologia dos jogos de sinais híbridos na Libras

3.1 As restrições na produção de empréstimos na Libras: as mesmas para os jogos de sinais?

Encarar os jogos de sinais apresentados neste trabalho como empréstimos linguísticos do português para a Libras requer que seja demonstrado que os jogos de sinais passam pelas mesmas restrições fonológicas que os empréstimos prototípicos. Detemo-nos agora sobre os processos de mudança de sinais na adaptação de empréstimos em línguas de sinais atestados por Valli e Lucas (2000, p. 64-67), pautados em Battison (2003 [1978]), para a ASL. Os autores concordam que os sinais decorrentes de empréstimos de língua falada acabam por se conformar às restrições de boa formação e sinais, lexicalizando sinais antes realizados apenas com a datilologia. Um exemplo bem conhecido é o sinal NUNCA da Libras, realizado basicamente com as CMs em N e U, antes realizado N-U-N-C-A.

14 Foi cogitado ainda um termo mais específico para os trocadilhos sinalizados (sinadilhos), mas a opção foi por “jogos de sinais” ou trocadilhos sinalizados, como já utilizados por Araújo e Bentes (2016).

Para o caso da Libras, Nascimento (2010, p. 84) apresenta um quadro de “mudanças de sinais datilológicos lexicalizados com seus respectivos sinais em LSB”¹⁵, seguindo os mesmos oito processos apontados inicialmente por Battison (2003 [1978]: 184-210), abaixo:

Mudanças (Battison, 2003 [1978])	Exemplos de sinais da Libras (Nascimento, 2010)
1 - Configuração de mão apagada	#ADJETIVOS, #GAY, #QUEM2, #VAGEM1
2 - Localização modificada	#AMAPA, #CURSO, #DÍZIMO
3 - Configuração de mão modificada	#EMA, #LOJA, #LUCRO, #PAR1, #VICIO
4 - Movimento adicionado	#VENEZUELA, #VENTO, #ASSOCIAÇÃO, #DOUTOR, #ILHA
5 - Orientação da palma da mão modificada	#URSO1, #AR, #BELO HORIZONTE, #DOUTOR, #ILHA
6 - Movimento reduplicado	#FOFOQUEIR@, #LETRAS, #PRATA
7 - Segunda mão adicionada	#COMUNICAÇÃO, #FAMÍLIA, #HIPPIE, #REGRA
8 - Informação gramatical adicionada	#SOL

Quadro 2 – Mudanças de sinais na adaptação de empréstimos (Adaptado de Nascimento, 2010, p. 84)¹⁶

As mudanças que acontecem com os sinais em processos de lexicalização e adaptação fonológica podem ser organizadas a partir dos processos envolvidos: (i) apagamento de traços ou parâmetros; (ii) modificação de parâmetros; (iii) adição de parâmetro; e (iv) reduplicação. Battison identificou para o primeiro caso apenas o apagamento da CM, podendo ainda haver a modificação da CM. Além da CM, os parâmetros L, e O sofrem modificações. O parâmetro M aparentemente não sofre modificação, mas pode ser adicionado ou reduplicado. Uma questão que surge é a do porquê o M não figurar entre os parâmetros que podem sofrer modificação, à semelhança da CM, L e O. Retomamos esse questionamento adiante numa rápida discussão sobre essa questão. Além do M, o parâmetro número de mãos (PNM) pode operar com a duplicação de mãos, fenômeno estudado por Xavier e Barbosa (2013). Aqui também surge a dúvida sobre a possibilidade de ocorrer o processo contrário, o da unificação de mãos, também analisado por Xavier e Barbosa (2013). Por fim, acontece o fenômeno de informação gramatical adicionada, o qual acontece quando o uso do espaço de sinalização ou a mudança na L permite a emergência de informações gramaticais não existentes antes no sinal.

¹⁵ Nascimento (2010) utiliza a sigla LSB para a Libras, buscando seguir a tentativa de se referir às línguas de sinais por três letras, as duas primeiras indicando antes a modalidade e a última letra indicando a origem ou nacionalidade, nesse caso: Língua de Sinais Brasileira-LSB, como é apregoado na academia. No entanto, diversas línguas de sinais do mundo não seguem à risca essas regras, a exemplo da língua de Sinais Japonesa-NS (*Nihon Syuwa*); a Língua de Sinais Australiana-Auslan; a Língua Italiana de Sinais-LIS. Nesta, à semelhança com a Libras, indica-se antes a origem da língua e depois a modalidade. Neste trabalho decidimos seguir a abreviação Libras, respeitando o endônimo escolhido pela comunidade surda brasileira para denominar sua língua.

¹⁶ Remetemos o leitor ao trabalho original para um detalhamento de cada restrição. Ademais, informamos que o uso de # antes do nome do sinal indica que o sinal foi lexicalizado.

Nascimento (2010), na tabela acima, ilustra com o sinal #SOL, um possível caso dessa mudança, por acontecer com esse empréstimo a mudança de localização do espaço neutro da datilologia para o espaço acima e do lado da cabeça do sinalizante, representando iconicamente os raios de sol com o movimento interno das mãos entre a CM em S para a CM em L.

O exemplo com #SOL de Nascimento nos deixou ligeiramente em dúvida por acreditarmos que a mudança descrita por Battison, na verdade, teria como foco a adição de informação gramatical como a concordância ou outra próxima aos processos de gramaticalização, conforme rápida descrição de Valli e Lucas (2000, p. 67) para casos da ASL. De qualquer maneira, o oitavo tipo de mudança em sinais decorrentes de empréstimos (Quadro 2) parece ter alguma semelhança com o processo de lexicalização de sinais icônicos antes realizados com movimentos do corpo do sinalizante, passando a ser sinalizado apenas com os articuladores manuais. Diniz (2011, p. 109) oferece como exemplos os sinais #CADEIRA e #FACA¹⁷.

Os empréstimos na Libras passariam por uma ou mais das tendências de mudança apresentadas no Quadro 2 acima, permitindo a integração, maior ou menor, dos tipos de empréstimos apontados no Quadro 1. Cabe agora uma rápida ilustração para o caso dos jogos de sinais híbridos, para verificarmos se passam pelas mesmas restrições observadas na adaptação dos empréstimos. Como exemplo, descrevemos outro jogo de sinais produzido por um surdo ao ser convidado para participar de uma disciplina como aluno “ouvinte”, o mesmo sinalizou que seria um OUVINTE, como mostra a figura abaixo:

(7) ALUNO^OUVINTE2



Figura 7 – Sinal de surdo como aluno ouvinte

17 Suspeitamos que o sinal SUSTO/ASSUTAR tenha seguido essa mesma tendência.

No jogo de sinais acima, acontece a modificação da localização, do sinal ALUNO[^]OUVINTE1, realizado na orelha, para ALUNO[^]OUVINTE2 realizado em um dos olhos, juntamente com a oralização (*mouthing*), fazendo-se uso do empréstimo pela configuração visual dos lábios, na tipologia de Faria do Nascimento (2009) (Cf. Quadro 1). O jogo de sinais em questão é caracterizado pelo decalque semântico do português juntamente com a oralização, apresentando-se como um bom exemplo de jogo de sinais híbrido e empréstimo do português na Libras por ser produzido juntamente com a oralização (o surdo gesticula com a boca a palavra “ouvinte”, o que infelizmente não foi registrado na imagem da Fig. 7). Verifica-se assim que os jogos de sinais híbridos parecem obedecer às mesmas restrições pelas quais passam os empréstimos, no entanto, até que ponto?

Com o exemplo apresentado nesta seção, indagamos sobre o processo de integração desses empréstimos em formato de jogos de sinais no léxico da Libras, ao passar pelos mesmos processos fonológicos e morfológicos de adaptação ao sistema linguístico da língua de sinais. A hipótese é de que os jogos de sinais, em princípio, não apresentariam nenhuma dificuldade de se integrarem ao léxico da Libras por também passarem pelas mesmas restrições fonológicas (Quadro 2) presentes nas línguas de sinais para os empréstimos decorrentes de inicialização. Uma das principais diferenças percebidas entre os empréstimos e os jogos de sinais híbridos é a de que para estes uma das motivações primordiais é a de produzir humor, o que não necessariamente é o caso daqueles. Frente a isso, mesmo que, tanto empréstimos quanto jogos de sinais pareçam se conformar às mesmas restrições fonológicas de boa formação de sinais, os jogos de sinais parecem ter uma outra particularidade em possíveis violações nas restrições fonológicas dos empréstimos. Retomamos aqui o exemplo em (5c.), VICIADO[^]SEXO, em contraposição ao exemplo em (7), ALUNO[^]OUVINTE2. Enquanto os dois exemplos são casos nítidos de jogos de sinais, apenas o último guarda alguma relação com a língua portuguesa para ser compreendido. Para haver o sentido de ALUNO[^]OUVINTE2 é preciso haver a oralização (*mouthing*) o que caracteriza tal jogo de sinais como um empréstimo do português, seguindo a tipologia de Faria do Nascimento (2009) no Quadro 1, caso de empréstimo pela configuração visual dos lábios. Além de ser um empréstimo, o exemplo em (5) é ainda um trocadilho sinalizado: foi produzido para produzir humor (Sutton-Spence; Napoli, 2009), ou seja, um jogo de sinais híbrido (*signed loanblend?*). Com esta última exemplificação, acreditamos ter apresentado uma aproximação entre jogos de sinais híbridos e empréstimos do português na Libras.

3.2 O estatuto dos jogos de sinais na Libras

Com sua primeira análise de jogos de sinais para a ASL, Klima e Bellugi (1979: 324-333)

apontam estratégias utilizadas pelos sinalizantes para brincarem com os sinais (*play on signs*). As estratégias são basicamente a substituição de parâmetros: CM, L, M e O, além do uso da articulação simultânea de sinais (dois sinais com sentidos opostos feitos ao mesmo tempo com as duas mãos)¹⁸ ou a de sinais mesclados (*blending of signs*). Estes últimos podem se dar nos sinais individuais ou epítetos, ou seja, nas brincadeiras com os sinais de nomes de pessoas, algo próximo aos apelidos, e como mescla de movimentos. Neste último caso, os autores afirmam que esses jogos de sinais parecem ocorrer apenas em jogos de sinais e em sinais relacionados à arte (*art signs*) (Klima; Bellugi, 1979: 332).

A descrição para os jogos de sinais, apresentada por estes autores, esclarece parcialmente a natureza dos jogos de sinais TER-C-C e PROBLEMA discutidos na subseção 2.1. Poderíamos caracterizar as duas ocorrências como caso de mesclas de sinais para TER-C-C, no qual verifica-se a inserção do sinal TER na transliteração pragmática de T-C-C. Para o sinal PROBLEMA, temos a atuação do que os autores chamam de parâmetros menores: a estratégia consiste em mudanças internas em um sinal que permita a incorporação de outras unidades de sentido, podendo acontecer com a utilização de morfemas ditos menores como o morfema boca ou pela configuração visual dos lábios, caso do sinal OUVINTE2 (Fig. 7). Para o sinal PROBLEMA, ocorre a modificação da CM de L para R, mantendo-se todos os outros parâmetros do sinal original PROBLEMA.

Os mecanismos à disposição para se brincar com os sinais podem se assemelhar àqueles existentes nas línguas faladas. As estratégias apontadas por Klima e Bellugi (1979) suscitam uma pequena semelhança com as tendências de mudança de empréstimos propostos em Battison (Quadro 2). Ainda que aqueles autores tenham exemplificado muito mais jogos com sinais a partir de sinais já consolidados na ASL, é interessante notar que eles mencionam pelo menos dois casos de jogos de sinais que poderiam ser considerados como empréstimos discutidos neste artigo. Klima e Bellugi (1979, p. 331) mencionam que um dos colaboradores surdos criou o sinal para LINGUISTICA até então inexistente para eles naquele momento, mas logo que criou o sinal LINGUISTICA, o surdo mesclou o sinal referido com o sinal de BALANÇA produzindo o sinal LINGUISTICA^BALANÇA, satisfazendo assim a necessidade que sentiu para resolver um impasse que surgiu durante discussões sobre questões linguísticas da ASL. Além desse, os autores mencionam ainda a possibilidade de jogar com sinais sobre sinais, isto é, jogos de sinais sobre sinais criados anteriormente já como jogos

18 Não confundir a articulação simultânea de sinais com a duplicação de sinais analisada por Xavier e Barbosa (2013). Para a primeira situação ocorre a sinalização simultânea de dois sinais distintos, o que não é o caso das variantes estudadas na duplicação.

de sinais, como foi o caso do sinal TER-C-C, no sentido de mau odor das axilas. Para esse caso, os autores (1979, p. 336-337) apresentam o sinal criado para lapsos linguísticos (SLIP-OF-THE-TONGUE) para então brincar sobre os jogos de sinais criados para produzir “lapso das mãos” (SLIP-OF-THE-HAND), ainda criando outros jogos de sinais a partir do primeiro.

Falta, por enquanto, um estudo mais aprofundado e uma coleta exaustiva de jogos de sinais ou trocadilhos sinalizados. Os jogos de sinais híbridos na Libras parecem respeitar tanto as tendências de mudança na integração de empréstimos (Battison, 2003 [1978]) quanto parecem seguir as estratégias para jogar com os sinais, criados ou já existentes (Klima; Bellugi, 1979). Diante dessa natureza híbrida dos jogos de sinais decorrentes de empréstimos, é tentador que se conjecture sobre a interrelação entre as facetas fonológicas e morfológicas próprias de empréstimos e jogos de sinais e em que medida o estudo dessas interrelações teria para um melhor entendimento da estrutura das línguas de sinais.

3.3 Implicações para a descrição da fonologia e morfologia da Libras

Atentar para a existência e funcionamento dos jogos de sinais e sua interrelação com os empréstimos traz resultados inesperados para os estudos em fonologia e morfologia das línguas de sinais. Primeiramente por demonstrar que os casos pouco descritos e considerados marginais nas pesquisas em linguística das línguas de sinais, como a criação de trocadilhos, escondem aspectos até então ignorados, mas que sempre estiveram à disposição para serem estudados tais como o limite na variação de subparâmetros como mecanismos de criação de trocadilhos sinalizados. Por exemplo, o jogo de sinais em (2) e (3) em que a mudança de dedos na sinalização, do dedo indicador para o dedo mínimo em (2) não acarreta uma má formação do sinal, mas acrescenta uma informação de diminutivo, ou o fato de espalmar a mão passiva no exemplo em (3) não desconfigura o sinal PROBLEMA, mas antes brinca com a possibilidade de produzir o sentido de “vários problemas”.

De qualquer forma, uma consequência, talvez menos esperada, seja a de que a existência de jogos de sinais híbridos apresenta-se como uma arena para testes e confirmações sobre aspectos de áreas já consideradas consolidadas nos estudos das línguas de sinais, tais como a impossibilidade de violação de parâmetros na boa formação de sinais, a exemplo do parâmetro Movimento (M) em jogos de sinais híbridos, como já observado na subseção 3.1. Uma hipótese inicial é a de que o M é um parâmetro fonológico que guarda bastante informação gramatical (a exemplo dos verbos de concordância para os quais uma mudança de movimento pode acarretar mudança no sentido gramatical: $_1$ ENTREGAR $_2$, e $_2$ ENTREGAR $_1$, nos quais os números sobescritos indicam as primeiras e segundas pessoas do

singular) por isso apresentaria uma restrição mais rígida para a aceitação de sinais como empréstimos. Devido a isso, o parâmetro M pode apenas ser adicionado ou duplicado nas mudanças apresentadas por Battison (Quadro 2). Por outro lado, na produção de jogos de sinais, o parâmetro M poderia ser “violado” justamente para que se produza o jogo sobre os sinais. Até o momento esta é apenas uma hipótese que necessita de um estudo bem mais aprofundado sobre a natureza dos jogos de sinais na Libras.

Em segundo lugar, esse conjunto de usos linguísticos, os jogos de sinais, que à primeira vista teria ligação apenas com questões pragmáticas ou semânticas das línguas de sinais ou mesmo sociolinguístico, poderia contribuir na corroboração do que é já conhecido sobre a estrutura fonológica das LSs e seus processos morfológicos, como também pode revelar novas nuances antes não percebidas pelos investigadores, a exemplo do estatuto do parâmetro M como núcleo da sílaba nas língua de sinais, conforme é aceito pela maioria dos teóricos (Brentari, 2012: 27-31; Cunha, 2001), apesar de haver propostas na qual o parâmetro Localização (L) seja o núcleo da sílaba para a Libras (Aguiar, 2013)¹⁹.

Considerações finais

Os questionamentos e direcionamentos de pesquisa oferecidos neste trabalho condizem com a constatação do ainda pouco explorado aspecto dos jogos de sinais das línguas sinalizadas. De uma justificativa inicial de tratar os jogos de sinais híbridos em relação aos empréstimos, de uma língua oral-auditiva para uma língua visuoespacial, verificamos a produtividade no discurso espontâneo de surdos e ouvintes sinalizantes de jogos linguísticos sobre os sinais, não raro decorrentes do contato da Libras com a língua portuguesa. Essa produtividade remete à necessidade e possibilidades de incluir os jogos de sinais híbridos nas tipologias de empréstimos do português na Libras (Faria do Nascimento, 2009; Nascimento, 2010).

Concordando com a inclusão dos jogos de sinais híbridos nas tipologias de empréstimos, nos detemos ainda sobre o estatuto desses processos de formação de sinais, tomando como partida

19 Em outras versões deste artigo, elencamos rapidamente algumas informações sobre as frentes de pesquisa relacionadas com jogos de sinais e o parâmetro Movimento quanto à sua violação em processos de boa formação de sinais em trocadilhos sinalizados e como possível núcleo da sílaba, no entanto, seguindo os pareceristas anônimos, concordamos que o texto estava muito hipotético, fato que nos motivou a apenas mencionar essas futuras frentes de pesquisa, o que talvez acarrete para esta subseção uma carência maior de argumentos a favor das propostas de investigação aqui delineados.

os trabalhos pioneiros de Klima e Bellugi (1979), chamando a atenção para o fato de os jogos de sinais passarem pelas mesmas restrições fonológicas de adaptação de empréstimos apontados por Battison (2003 [1978]), apesar de termos notado que o parâmetro sublexical Movimento (M) parecer se comportar diferentemente na produção de jogos de sinais na Libras. Hipótese que aguarda ser investigada mais detidamente. Com isso, delineamos brevemente algumas linhas de investigação ao considerarmos justamente essa possível diferença do M na constituição de jogos de sinais e empréstimos. Reiteramos que os jogos de sinais devem figurar na elaboração de testes que busquem descrever profundamente parâmetros fonológicos na Libras, por exemplo, na descrição do real estatuto do parâmetro M como possível núcleo da sílaba nas línguas de sinais, podendo corroborar o que é aceito na literatura (Brentari, 2012; Cunha, 2011) ou trazer elementos que possibilitem outras propostas (Aguiar, 2013).

Com o desenvolvimento de novas investigações sobre empréstimos e jogos de sinais nas línguas sinalizadas, uma melhor caracterização dos processos de criação lexical ou de contato linguístico poderá desanuviar o real alcance dos fenômenos descritos e discutidos neste trabalho, podendo contribuir sobremaneira para debates referentes aos *loanblends* (Haspelmath, 2009). Até que novos dados e outros estudiosos interessados lancem perspectivas diferentes de análise, seguimos acreditando que os jogos de sinais híbridos se interrelacionam em alguma medida com os empréstimos, nomeadamente de LOs para LSs, como apresentado preliminarmente neste artigo.

REFERÊNCIAS

Adam, R. (2012). Language contact and borrowing. In: Pfau, R., Steinbach, M., Woll, B. *Sign Language: an international handbook*. Berlim: de Gruyter Mouton, p. 77-112.

Aguiar, T. C. (2013). *Nova proposta de sílaba em Libras*. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Araújo, G. A. (2000) de. Morfologia não-concatenativa em português: os *portmanteux*. *Cad. Est. Ling.*. Campinas, (39): 5-21, jul-dez.

Araújo, P. J. P. & Bentes, T. (2016). *(Un)punslatable Alice in Singland: wordplays in Brazilian Sign Language (Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS)*. In: Knospe, S.; Onysko, A. & Goth, M.

Crossing Languages to Play with Words: Multidisciplinary Perspectives. Berlim: Mouton de Gruyter, p. 337-356.

Battison, R. M. (2003 [1978]). *Lexical borrowing in American Sign Language*. Linstok Press: Burtonsville, Maryland.

Brentari, D. (Org.). (2001). *Foreign Vocabulary in Sign Languages: A crosslinguistic investigation of word formation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

_____. (2012). Phonology. In: Pfau, R., Steinbach, M., Woll, B. *Sign Language: an international handbook*. Berlim: de Gruyter Mouton.

Brentari, D. & Padden, C. (2001). Native and foreign vocabulary in American Sign Language: a lexical with multiple origins. In: Brentari, Diane (Org.). *Foreign Vocabulary in Sign Languages: A crosslinguistic investigation of word formation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Cunha, K. M. M. B. (2011). *A estrutura silábica na Língua Brasileira de Sinais*. 181f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Diniz, H. G. (2011). *A História da Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros: Um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais na Libras*. Petrópolis: Arara Azul.

Faria do Nascimento, S. P. de. (2009). *Representações lexicais da LSB: uma proposta lexicográfica*. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Letras.

Ferreira, L. (2010 [1995]). *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Gonçalves, C. A. (2006). Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 219-241, 2. Sem.

_____. (2011). Paitrocínio, tecnomacumba, maridoteca: o comportamento das formas combinatórias no português do Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 10, n. 2, p. 67-90, jul/dez.

Haspelmath, M. Lexical borrowing: concepts and issues. In: Haspelmath, M. & Tadmor, U. (Orgs.). *Loanwords in the World's Languages: A comparative handbook*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2009.

Klima, Edward & Bellugi, Ursula. *The signs of language*. Cambridge: Havard University Press, 1979.

Machado, R. N. (2016). *Empréstimos linguísticos na Libras: primeira turma do curso de Letras Libras da UFSC*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Matras, Y. & Sakel, J. *Grammatical borrowing in Cross-Linguistic Perspective*. Berlim? Mouton de Gruyter, 2007.

Meir, I. Word classes and word formation. (2012). In: Pfau, R., Steibach, M. & Woll, B. *Sign Language: An International Handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Nascimento, C. B. do. (2010). *Empréstimos linguísticos do Português na Língua Brasileira de Sinais – LSB: Línguas em Contato*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

Sutton-Spence, R. & Napoli, D. Jo. (2009). *Humour in Sign Languages: The Linguistic Underpinnings*. Dublin: Trinity College Dublin.

Valli, C. & Lucas, C. (2000). *Linguistics of American Sign Language: An introduction*. Gallaudet University: Washington, D.C.

Xavier, A. (2006). *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (libras)*. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Xavier, A. & Barbosa, P. (2013). Com quantas mãos se faz um sinal? Um estudo do parâmetro número de mãos na produção de sinais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). *Todas as Letras*, v. 15, n. 1.